

Para as

Autoridades Locais de Educação

Circular 1/64, de 28/2/1964

Ministério da Educação

Curzon Street, W.1 - London

x

Tôda comunicação deverá ser dirigida

à Secretaria de Estado

x

CONSÓRCIOS DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES INDUSTRIALIZADAS

— x —

Tradução de MARIA LUISA DO LAGO BITTENCOURT

GNDCE - ZCS/zpc/jan. 1970

CONSÓRCIOS DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES INDUSTRIALIZADAS

1. No relatório oficial intitulado "Uma Agência Nacional de Construção" (Commd. 2228) foi chamamada a atenção para a importância do aumento rápido do uso de métodos de construção industrializados. O parágrafo 5, em particular, refere-se à intenção de expandir e desenvolver os consórcios de construção que foram fundados sob o estímulo do Ministério da Educação.

2. O valor dos projetos escolares e universitários a serem iniciados em 1965/66 e nos anos imediatamente após será aproximadamente um têrço mais do que a quantia correspondente aos anos de 1963/64. Esse esforço crescente ocorre é numa época em que a necessidade de novas construções de todos os tipos estará crescendo consideravelmente. Na indústria de construção haverá intensa necessidade de potencial humano treinado, tanto de equipes de arquitetos como de operários de construção, principalmente dos especializados. Os prognósticos a longo prazo sugerem que essas condições persistirão: espera-se que o volume das necessidades de construção suba mais de 50% nos próximos 10 anos enquanto a equipe dos que trabalham em construção se expandirá pouco.

3. São essas as circunstâncias que levam o Governo a encorajar o emprêgo mais amplo dos métodos industrializados de construção. Um dos objetivos é o de tornar possível, através da combinação do uso de eficazes sistemas de construção e do grande volume de pedidos dos elementos de construção, que as autoridades locais alcancem economias compensatórias no custo das construções e maior aproveitamento do dinheiro. Entretanto, não é menos importante a redução da necessidade de trabalho local e especialmente de operários especializados de construção, bem como do tempo para o planejamento e para a construção no terreno. Por exemplo, a utilização de um dos sistemas do consórcio resultou, em média, numa economia de cerca de 1/4 de trabalho local comparado à construção tradicional e esperamos reduzir consideravelmente mais como resultado do aperfeiçoamento do trabalho. O tempo para erguer a construção pode ser reduzido em 40%.

4. Há agora cinco grupos de autoridades educacionais locais, na Inglaterra e no país de Gales, preocupados sobretudo com construções escolares, mas também com outros tipos de construções públicas. Embora haja variações em sua organização e metas, todos têm o objetivo comum de coordenar esforços e combinar os recursos de pessoal especializado no interesse de todas as autoridades associadas. Há também arranjos para que autoridades, ou gerentes, ou administradores de

escolas, que voluntariamente se apresentarem, se associem aos consórcios, frequentemente através de agência deste Ministério, tendo em vista compartilhar os benefícios para um número limitado de projetos ou até mesmo para um só. Encontram-se anexas anotações sobre essa associação e constituição dos diferentes grupos relacionados à construção escolar, seus objetivos e propostas para futuro desenvolvimento.

5. O Ministério também está colecionando informações sistemáticas sobre sistemas empresariais de construção industrializada usados comumente em projetos educacionais. Pretende-se tornar essa informação disponível a autoridades, dando também informações sobre o conhecimento e experiência adquiridos pelo grupo de desenvolvimento do Ministério, ao usar e, em alguns casos, dar assistência ao desenvolvimento desses sistemas.

6. O Ministério reconhece que as autoridades educacionais locais desejariam decidir por si mesmas sobre os métodos a serem adotados para a execução de maior número de construções no futuro, mas ele acredita que, se os métodos industrializados não forem usados em escala muito mais ampla, os programas de construção sofrerão sério atraso. Com a perspectiva de alto nível de trabalho contínuo e maior comunicação sobre os programas, a situação torna-se especialmente favorável à construção industrializada sendo particularmente propícia ao maior desenvolvimento dos consórcios de autoridades locais. O Ministro espera que as autoridades que ainda não são membros de um grupo venham a considerar vantajoso unir-se a algum. Quando uma autoridade não agir assim, talvez por ter um programa pequeno, poderá considerar o uso de um sistema de construções industrializadas ou de um consórcio através de agência do Ministério ou de outro membro do consórcio (ver parágrafo 4). Essas alternativas oferecem ampla oportunidade para o uso de métodos industrializados de construção para escolas e universidades. Mais tarde será considerado, à luz do emprêgo dessas alternativas existentes, se as novas disposições estabelecidas no "White Paper" (relatório oficial) serão também exigidas no caso da construção escolar.

7. O Ministro espera que os patrocinadores, gerentes e dirigentes de escolas que recebem auxílio voluntário e que estejam incluídos em disposições especiais também utilizem métodos industrializados de construção. Os sistemas de Consórcio poderão ser colocados à sua disposição através de agência do Ministério ou através de outro membro do Consórcio, em cuja área a escola esteja situada; outros sistemas empresariais de construção industrializada também serão colocados à sua disposição. Os patrocinadores, gerentes e dirigentes que tenham projetos para programas de construção consultarão primeiramente as autoridades religiosas adequadas, com as quais já tenha havido entendimentos.

8. O Departamento de Construção e os arquitetos do Ministério terão prazer em discutir informalmente as possibilidades do sistema, com qualquer autoridade local ou com as autoridades religiosas! Estão sendo tomadas providências para orientação sobre todos os aspectos relativos à maior produtividade em assuntos de construções escolares. Especialmente, está sendo formado um grupo de desenvolvimento da produtividade em construção para dar assistência técnica sobre os novos sistemas de construção, na medida em que surgirem as necessidades e para trabalharem em questões tais como coordenação dimensional, intercâmbio dos componentes dos diferentes sistemas e outros problemas de produtividade relativos tanto à construção industrializada como tradicional, no campo da Educação. A experiência e conhecimentos adquiridos por esse grupo estarão à disposição das autoridades locais. Poderá, entretanto, haver contato direto com os consórcios através de seus representantes, cujos nomes estão nas notas anexas.

C L A S P

HISTÓRICO E OBJETIVOS

O C L A S P Consórcio de Autoridades Locais para Programas Especiais, foi fundado em 1957. Seus objetivos são os de usar e controlar um sistema pré-fabricado de construção que reduza a necessidade de trabalho local; alcançar um programa de construção de extensão suficiente para conseguir produção econômica de seus componentes; controlar a padronização dos componentes a fim de impedir a diversificação pouco econômica desses elementos; executar trabalho contínuo de desenvolvimento a fim de aperfeiçoar e estender o uso do sistema.

DESCRIÇÃO DO SISTEMA

O sistema consiste de uma estrutura de aço aparafusada, estabilizada por suportes curvos (wind braces) com molas diagonais e de ampla escala de elementos componentes elaborados pelo próprio Consórcio e fabricados em dimensões padronizadas e com grades (grid) básicas atualmente de 3 pés e 4 polegadas. O revestimento pode ser escolhido (concreto pré-lançado), cerâmica em várias formas, tábuas horizontais e esmalte vítreo; o telhado é um simples painel de madeira pré-fabricado; os tetos são suspensos, os pisos de madeira, os caixilhos das janelas são de madeira vermelha sueca com clarabóias de metal que podem ser abertas, as divisões internas são construídas de unidades de argamassa pré-fabricadas.

Devido à leveza da superestrutura, não são necessários alicerces complicados. Após a consolidação do solo por um aplanador de vibração, uma camada de 6 polegadas de saibro ou de argila xistosa é espalhada no local e sobre esta é colocada uma chapa levemente reforçada de concreto, variando em espessura de 5 a 8 polegadas.

O sistema C L A S P foi planejado para locais sujeitos a deslocamentos (terrenos de mineração), mas é igualmente eficaz para outros locais. Embora muitas das construções CLASP tenham sido escolas, o sistema também foi empregado com sucesso em escritórios, estações de corpo de bombeiros, oficinas, clínicas, estações de ambulância e asilos para velhos. Atualmente não é possível construir acima de 5 andares.

Desenhos padronizados que poderão ser fornecidos aos membros, contém os desenhos dos componentes e das vantagens. O arquiteto responsável por um projeto específico terá de preparar desenhos das partes padronizadas, mostrando como deverão ser usadas para suprir as necessidades de seu projeto particular.

Há uma completa descrição do sistema no "Bulletin Building nº19 The Story of CLASP" publicado pelo H.M.S.O em junho de 1961, preço 5 shillings.

CONCORRÊNCIA

Em novembro e dezembro de cada ano os membros submetem seus projetos para serem incluídos no programa. O programa aceito serve de base para a determinação das necessidades relativas a cada componente ou elemento construtivo, referentes ao ano seguinte. Há disposições quanto à lista das firmas concorrentes e, uma vez aceitas estas, o consórcio poderá indicar os fornecedores dos componentes da construção no princípio de cada ano do programa. Alguns ajustamentos menores poderão ser feitos ao programa nos primeiros nove meses, mas este deve estar estabilizado no último quarto do ano. O consórcio também compartilha de comissões obtidas pelo uso comercial do sistema no país de origem e no estrangeiro.

Os membros individuais podem também abrir concorrência para as firmas que contratam com o CLASP, como poderiam fazê-lo para qualquer outra firma: os vários elementos construtivos do consórcio estão incluídos no orçamento com seus preços.

ESTATUTO E ORGANIZAÇÃO

Não há estatuto escrito e a administração é tão simples e informal quanto possível. Representantes das organizações membros, eleitos, encontram-se uma vez por ano para o relato da Junta de Arquitetos Chefes, a qual se reúne duas ou três vezes por ano e consiste de representantes dos departamentos de arquitetura de cada uma das organizações membros.

QUALIFICAÇÕES PARA INGRESSO DOS MEMBROS NO CONSÓRCIO

Os Membros Plenos deverão:

- 1º -Comprometer-se a um programa anual do CLASP numa importância acima de £ 1/4 milhão (250.000);
- 2º -ter uma organização arquitetural capaz de executar eficazmente o seu programa CLASP;
- 3º -enviar representantes às reuniões;
- 4º -contribuir com até 1/4 por cento (25%) do valor líquido de seu programa anual CLASP para as despesas com o trabalho de desenvolvimento;
- 5º -assumir a responsabilidade de uma parcela razoável do trabalho de obter quotas para o programa, e da administração desses contratos.

Os Membros Associados serão organizações cujas necessidades de construção sejam excessivamente pequenas ou esporádicas, de modo que não possam preencher a primeira condição exigida para ser membro pleno.

Os membros associados podem ficar sob a responsabilidade de um outro membro e suas transações com o consórcio em geral ocorrem através da agência do Ministério da Educação ou do Departamento de Educação Escocês que são membros do consórcio. Os membros associados contribuem com 1/4 por cento (25%) do valor líquido do seu programa CLASP para as despesas com o trabalho de desenvolvimento.

Diretores e Sede

Presidente da Junta de Arquitetos

Chefes..... Henry Swain, Nottinghamshire (Diretor Geral de Pesquisa e Desenvolvimento, Ministério de Edifícios Públicos e Obras

Vice Presidente da Junta de Arquitetos

Chefes..... W.D.Lacey, Esq. (Arquiteto, Nottinghamshire C.C.)

Secretário..... A.R.Davis, Esq. (Secretário, Nottinghamshire C.C.)

Tesoureiro..... T.Watson, Esq. (Tesoureiro, Derbyshire C.C.)

Reuniões do grupo de trabalho são realizadas nos escritórios do County Architect, County Hall, West Bridgford, Nottingham. A reunião anual dos membros é realizada nos escritórios dos membros em rodízio e a Junta de Arquitetos Chefes vem se encontrando na R.I.B.A.

Lista dos membros plenos

Conselhos do Condado	Minicípios do Condado	Outros
Derbyshire C.C	Coventry C.B.	Glasgow C.B.
Durham C.C.	Gateshead C.B.	*Ministry of Education
Glamorgan C.C.	Leicester C.B.	Ministry of Public Building and Works
Nottinghamshire C.C.	Manchester C.B.	Lanarkshire C.C.
Warwickshire C.C.		*Scottish Education Department
West Riding C.C.		York University

* Agentes para membros associados

Valor anual do programa

O valor do programa C.L.A.S.P. cresceu de cerca de £ 3 milhões em 1958/59 para mais de £ 10 milhões em 1963/64.

Desenvolvimento futuro, incluindo regulamentos para os novos membros

É provável que o consórcio continue a desenvolver-se na direção atual. O desenvolvimento concentra-se agora especialmente em:

- (i) ajustar as dimensões dos componentes às recomendações apresentadas pelo Ministro de Construção e Obras Públicas na "Dimensional Co-ordination for Industrialised Building" (D.C.1);
- (ii) ampliar a atuação do sistema para que possa fornecer escala mais variada de tipos de construção - especialmente acomodações residenciais, construção para Escolas Normais e universidades;
- (iii) redução do trabalho no local através da simplificação do processo de construção e do maior trabalho pré-fabricado.

O Consórcio não pretende estender-se em ritmo tal que possa prejudicar sua sólida unidade e sua informalidade. Contudo, poderão ser considerados os pedidos (para serem admitidos como membros plenos) de um número limitado de autoridades com extensos programas anuais e os pedidos, para serem admitidos como membros associados, por parte de outras autoridades, incluindo aquelas desejosas de executarem projetos relativos à saúde e os de benefício social

S.C.O.L.A.

Histórico e Objetivo

O S.C.O.L.A. (Segundo Consórcio de Autoridades Locais) foi fundado em 1961. Seu objetivo é o mesmo do CLASP e a organização das duas é semelhante, embora haja diferenças técnicas. O próprio Consórcio elaborou um sistema de construção para prover economicamente as necessidades dos que se utilizam do sistema, para garantir os benefícios da compra em grande volume, para reduzir o trabalho no local onde, sempre que possível, haverá apenas a reunião de componentes fabricados em outra parte. O trabalho de desenvolvimento do Consórcio é parte essencial de suas atividades.

Descrição do Sistema

O sistema consiste de uma estrutura de aço cujas extremidades são fixas (pretende-se utilizar uma estrutura aparafusada de 1964/65 em diante) e de ampla escala de componentes idealizados pelo Consórcio. Atualmente, baseia-se em grade (grid) estrutural de 3 pés e 4 polegadas e de uma grade projetada de 1 pé e 8 polegadas. O revestimento projeta-se 1 1/2 polegadas além da linha do módulo e o sistema é versátil quanto ao acabamento e vidramento, incluindo materiais tradicionais. O telhado é um painel de madeira simples, pré-fabricado com terminação de asfalto; os tetos são suspensos, o piso é de concreto pré-lançado, as janelas são de alumínio; as divisões internas são painéis de face dupla com emplastro.

O sistema SCOLA pode ser usado para outras construções além de escolas. Atualmente, não é possível construir acima de cinco andares.

Desenhos padronizados, colocados à disposição dos membros mostram os desenhos dos componentes e as combinações de peças. O arquiteto responsável por um projeto específico deve preparar desenhos demonstrando as partes padronizadas e mostrando como serão usadas para prover as necessidades de seu projeto particular.

Um folheto da SCOLA pode ser obtido através dos Conselhos dos Condados de Hampshire ou Shropshire.

Concorrência

O mesmo sistema e CLASP é usado.

Estatuto e Organização

Não há estatuto escrito e a administração é tão simples e informal quanto possível. Os representantes eleitos das autoridades mem-

broos encontram-se uma vez por ano para receber um relatório, para aprovar o programa de construção do ano seguinte e para tomar decisões quanto às normas de ação.

Uma Junta de Arquitetos Chefes reúne-se trimestralmente, e cada três ou quatro semanas há reuniões de um grupo de trabalho composto de representantes técnicos de cada membro sócio.

Qualificações para associação

Os membros plenos deverão:

- (i) submeter-se a um programa anual da SCOLA correspondente a £ 1/4 de milhão;
- (ii) ter uma organização de arquitetos capazes de dirigir eficazmente seu programa relativo à SCOLA;
- (iii) enviar representantes às reuniões;
- (iv) contribuir, segundo os acordos, para o trabalho de desenvolvimento.

A qualidade de membros associados destina-se às organizações cuja necessidade de construção sejam demasiado pequenas ou esporádicas, impedindo-as de preencher a primeira condição exigida para ser membro pleno. Os membros associados poderão ficar sob a responsabilidade de algum membro existente ou suas transações com o Consórcio poderão ser efetuadas através de agência do Ministério da Educação, que seja membro do Consórcio. Os membros associados atualmente contribuem com 1/4 por cento do valor bruto de seu programa SCOLA, sujeito a uma taxa mínima de £ 150 relativa aos custos de desenvolvimento e custos relativos a manuais e outros documentos. Pretende-se aumentar essa contribuição para 1/2 por cento de 1965/66 em diante.

Diretores e Sede

Presidente da Junta de Ar-

quitetos Chefes..... R. Crowe, Esq., (Architect, Shropshire C.C.)

Secretário..... G.C. Godber, Esq., (Clerk, Shropshire C.C.)

Tesoureiro..... J.R. Sampson, Esq., (Treasurer, Hampshire C.C.)

As reuniões da Junta de Arquitetos Chefes se realizam alternadamente nos escritórios das autoridades membros. As reuniões dos grupos de trabalho se realizam no Ministério da Educação, Curzon Street, London, W1.

Lista de membros plenos

Cheshire C.C.

Shropshire C.C.

Dorset C.C.

West Sussex C.C.

Gloucestershire C.C.

*Ministry of Education

Hampshire C.C.

Valor anual do programa

O valor do programa SCOLA em 1963/64 foi de cerca de £ 3 1/2 milhões e espera-se que seja bem mais elevado em 1964/65.

Desenvolvimento futuro, incluindo regulamentação dos novos membros

É provável que o Consórcio continue com sua orientação atual . O trabalho de desenvolvimento ~~concentrar-se-á~~ particularmente no problema de ajustar as dimensões dos componentes às recomendações do "Dimensional Co-ordination for Industrialised Building" (D.C.1)

O Consórcio está ansioso para aumentar o valor de seu programa de construção e prepara pedidos de inscrição para membros plenos, de autoridades com programas substanciais, assim como acôrdos das agências em relação aos membros associados.

S E A C

Histórico e Objetivo

A S E A C (Colaboração dos Arquitetos do Sudeste) foi fundada em fevereiro de 1963. O objetivo inicial da associação voluntária dos três membros fundadores é a formação de um sindicato de arquitetos comprometidos em compartilhar recursos profissionais e técnicos para o contínuo desenvolvimento de sistemas de construção inter-relacionados e para a aplicação direta dos programas de construção que caberão a cada um; os objetivos primários são os de alcançar maior eficiência, dinheiro mais valorizado e tempo de construção mais rápida, através do desenvolvimento progressivo e do uso de métodos de construção racionais e industrializados, incluindo pedidos em massa dos componentes fabricados.

Descrição dos Sistemas

Há três sistemas estruturais inter-relacionados, projetados em base dimensional comum e que utilizam grande proporção de componentes secundários permutáveis, havendo especificação dos itens não dimensionais:

a) Estrutura de construção pré-fabricada em aço leve.

O sistema é elaborado sobre uma grade (grid) básica de 2 pés e 8 polegadas (8M) sendo os tamanhos dos componentes relacionados à escala das dimensões do projeto - 1 pé e 4 polegadas; 2 pés e 0 polegadas; 2 pés e 8 polegadas; 4 pés e 0 polegadas; 5 pés e 4 polegadas etc. A altura máxima é de 4 andares. Embora destinado primeiramente à construção escolar, o sistema está sendo usado com sucesso para outras construções públicas locais.

b) Estrutura de concreto pré-lançado reforçada (em parte pré-resistente "prestressed")

Há duas alternativas para estruturas, as quais estão ainda em construção e desenvolvimento. Ambas são projetadas em grade básica de 2 pés e 8 polegadas (8M) como no caso da estrutura de aço, porém podem suportar cargas mais pesadas e podem exceder quatro andares. Ambos os sistemas aceitam muitos dos componentes secundários comuns: janelas, aberturas do telhado, divisões e encaixes das portas, mobiliário fixo etc.

Os sistemas de concreto são empregados para prédios especiais e também para alguns edifícios escolares maiores (Universidades F.E.), tribunais, distritos policiais etc.

c) Construção racional resistente (4M, Development in Structural Crosswall).

Método simples de construção racional resistente baseada numa extensão dos princípios relativos a "crosswall" (paredes cruzadas) a fim de poder alcançar flexibilidade de planejamento sobre grade quadrada básica, empregando condições padronizadas e com detalhes de todos os elementos relacionados a uma grade de referência de 1 pé e 4 polegadas (4M). Embora sejam usados muitos dos componentes secundários comuns empregados nos outros sistemas de estruturas, há alternativas de elementos tais como, janelas em madeira.

Esse método é usado sobretudo para prédios menores, de um único andar, tais como centros de treinamento, bibliotecas, clínicas de saúde e algumas escolas primárias. É adaptável à construção de dois andares. Os três métodos de construção e os componentes comuns são controlados por desenhos padronizados.

Concorrência

Atualmente a maioria dos componentes disponíveis são aqueles, para os quais se obteve numerosos fornecedores através do programa "Hertfordshire". Esses pedidos aos mesmos fornecedores se ampliaram como medida provisória a ser aplicada a outros membros. Prevê-se concorrência daqui a doze meses ou quando forem elaborados os novos padrões do sistema.

Estatuto e Organização

Não há estatuto escrito e a administração é simples e informal. O controle é mantido por um comitê executivo composto de dois diretores superiores providos de cada autoridade contribuinte, sendo um deles o Arquiteto Chefe.

Um grupo de trabalho, composto por equipe de profissionais, dirige o preparo dos desenhos padronizados e outros documentos para uso de todos, e recomenda ao Comitê Executivo o programa de desenvolvimento.

As reuniões administrativas ocorrem cerca de quatro vezes ao ano e o grupo técnico de trabalho se reúne uma vez por mês ou quando necessário.

Qualificações para associação

a) Os membros plenos, que devem ser preferencialmente autoridades do Sul, Sudeste ou Área Este, só serão admitidos com a aceitação dos três membros fundadores. Deverão:

- (i) submeter-se voluntariamente aos mesmos princípios, metas e objetivos dos membros fundadores;
- (ii) ter o suficiente programa anual de construções análogas, sobre o controle direto de uma organização de arquitetos compe-

tentes;

- (iii) estar preparados para aceitarem como base técnica os sistemas de construção elaborados, para os quais deverão contribuir com quantia combinada, que será uma espécie de taxa de associação, para compartilhar dos desenhos existentes e da orientação técnica;
- (iv) indicar representantes que compareçam e contribuam para todas as reuniões indicadas;
- (v) estar preparados para aceitarem uma parte razoável da responsabilidade de levar avante o desenvolvimento e administração técnica, sob a coordenação do presidente indicado pelo grupo de trabalho técnico, ou de contribuir para o pagamento das despesas.

b) Membros Associados

Acôrdo para êsse tipo de sócio estão sendo considerados e é provável que a orientação nesse sentido será semelhante ao dos outros consórcios, incluindo os acôrdos para a contribuição relativa ao desenvolvimento técnico e à administração.

Diretores e Sede

Os representantes superiores do Comitê Executivo são:

G.C. Fardell, Esq. (Chairman)....(Architect, Hertfordshire C.C.)

E.T.Ashley Smith, Esq.....(Architect, Kent C.C.)

J.T. Redpath, Esq.....(Director of Development, Ministry of Public Building and Works)

As reuniões são realizadas nos escritórios dos membros e as reuniões deliberativas ocorrem geralmente em Londres.

Listas de Membros

Hertfordshire C.C.

Kent C.C.

Ministério de Obras e Construção Pública

Ministério de Educação

Valor anual do "programa de construção em três sistemas"

Programa de 1963/64.....Aproximadamente £ 4 milhões

Programa de 1964/65.....Aproximadamente £ 5 1/2 milhões

Desenvolvimento futuro, incluindo regulamentação dos novos membros

O Consórcio provavelmente continuará a desenvolver-se na direção atual, aumentando o valor de seus programas a cada ano. Atualmente limita-se ao seu caráter regional, mas estará pronto a considerar pedidos de associação para novos membros, quando as diretrizes para o futuro desenvolvimento e o trabalho conjunto forem fixadas. O trabalho atual concentra-se em:

- a) Atualmente - aperfeiçoamento dos sistemas existentes.
- b) Futuro:
 - (i) Reformulação de todos os desenhos padronizados para adaptá-los às recomendações apresentadas no "Dimensional Co-ordination for Industrialised Building" (D.C.I).
 - (ii) Reavaliação dos padrões executados e aperfeiçoamento e ampliação do âmbito dos componentes para cobrir tipos residenciais como asilo e internatos.
 - (iii) Redução do trabalho local
 - (iv) Aumento da possibilidade de permuta, entre os três métodos, dos elementos componentes.
 - (v) Intercâmbio das informações relativas a técnica e ao custo.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

DAS

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

1 9 6 6

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

De longa data, a insuficiência da rede de edifícios próprios para escolas se vem constituindo num dos mais sérios óbices à adequada expansão dos sistemas estaduais de ensino, revelando essa ca rência sérios aspectos no tocante ao ensino primário.

Segundo dados constantes dos Documentos de Estudo elaborados sob a direção e responsabilidade do Dr. Carlos Pasquale para a III Conferência Nacional de Educação, a fim de atender aos acréscimos de matrículas necessárias para atingir as metas fixadas no Plano Nacional de Educação, até 1970, dentro do esquema proposto pelo Conselho Federal de Educação, faz-se mister construir e equipar, até aquêles ano, mais de 140 000 salas de aula. Esta estimativa foi feita admitindo-se a matrícula média de 35 alunos por classe e a possibilidade do funcionamento de tôdas as escolas urbanas e de apenas a metade das escolas rurais em dois turnos por dia.

O cálculo não envolve o déficit de salas necessárias para regularizar as escolas primárias que vêm funcionando em três ou mais turnos diários - medida indispensável à garantia de adequadas condições às atividades escolares - nem as que deveriam substituir as instalações de unidades escolares que funcionam em locais inservíveis e irrecuperáveis.

Nenhuma política de democratização do ensino primário alcançará êxito se não se alicerçar num esforço deliberado das diferentes esferas do poder público no sentido de assegurar a prioridade reclamada aos respectivos programas de construções, sem embargo dos inúmeros óbices relativos ao montante dos investimentos reclamados, às providências de ordem técnica e administrativa no tocante à apuração do vulto real do déficit existente, e ao estabelecimento de normas sobre a natureza, número e área das dependências, padrões e módulos dos elementos constitutivos dos edifícios, tipos e formas de acabamento.

O Plano Nacional de Educação prevê o apêlo a empréstimos que poderiam ser contraídos solidariamente pela União, os Estados e Municípios para a construção, reconstrução e conservação de prédios escolares, mediante a constituição de um fundo comum para o qual se carregariam, além de parcelas retiradas às respectivas quotas destinadas ao ensino primário, parte da receita do Salário-Educação e créditos internos e externos obtidos.

Considerando a importância, a urgência e a complexidade da matéria, a II Conferência Nacional de Educação a ela dedicou especial atenção como segundo sub-tema da agenda dos trabalhos, concluindo por aprovar uma série de vinte Recomendações, da qual se destaca a de nº 18 que preconiza o seguinte:

Criação de um Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, de composição inter-ministerial, constituído por educadores, engenheiros, arquitetos, economistas e sociólogos de comprovada experiência, com a finalidade de realizar estudos e pesquisas sobre as construções escolares nos seus vários aspectos, e prestar assistência técnica aos Estados e Municípios que a solicitarem, a qual poderá abranger:

- a) preparação e realização de levantamentos de prédios e equipamentos;
- b) determinação de déficits;
- c) elaboração de mapas de localização;
- d) organização do cadastro dos prédios escolares;
- e) estabelecimento de escalas de prioridades;
- f) organização dos programas de obras e previsão dos investimentos;
- g) elaboração de programas-padrão de prédios escolares;
- h) determinação de normas pedagógicas e técnicas;
- i) apreciação dos prédios construídos segundo projetos arquitetônicos feitos de acordo com os programas-padrão;
- j) definição de critérios de modulação das estruturas e dos elementos constitutivos da construção;
- l) técnicas de elaboração dos programas de execução das obras e casos especiais de execução;
- m) seleção de terrenos adequados para a construção de escolas;
- n) estudo e indicação do equipamento para os diferentes tipos de ambientes escolares;

- o) preparação de programas de conservação;
- p) aperfeiçoamento e treinamento de pessoal técnico;
- q) colaboração para a preparação, instrução e encaminhamento de processos de pedidos de financiamento nacional ou internacional.

São tão evidentes as razões que levaram o plenário a decidir, de forma tão explícita e minuciosa, em tal sentido que não há pretextos que possam justificar qualquer protelação. Impõe-se que o Ministério da Educação e Cultura passe ao imediato desempenho do papel que lhe cabe na promoção do desenvolvimento do ensino no País e que resulte na concretização do recomendado pelo memorável conclave de Pôrto Alegre. Nesse sentido venho, data vênia, sugerir se digne V. Ex^a determinar as devidas providências no sentido do início de gestões visando à constituição desse grupo de composição interministerial, solicitando dêle venham a participar, com os elementos que V. Ex^a houver por bem designar dos quadros do Ministério, representantes dos Ministérios do Planejamento, de Viação e Obras Públicas, da Fazenda e da Indústria e Comércio.

Ao mesmo tempo que se constituir o grupo, entendimentos poderão também ser iniciados com os Governos Estaduais para o estabelecimento de um programa comum para a superação das deficiências apontadas e a elaboração de convênios bilaterais, no sentido de disciplinar a ação futura segundo os moldes reclamados pelas dimensões nacionais do problema e sua peculiar configuração em cada Estado ou Território. Como é sabido, em várias Unidades da Federação já há experiências de relativo vulto no concernente a construções escolares que poderão servir como subsídio valioso para orientação das atividades iniciais do Grupo Nacional.

Com as medidas retro propostas inaugura-se no MEC uma fase nova de atividades destinadas a promover a eliminação de um dos mais sérios pontos de estrangulamento no fluxo das providências da alçada das autoridades responsáveis pela educação popular e pela expansão da qual não vem medindo esforços, nem regateando recursos, o Governo Federal.

SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
E DE REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS

Tema II

Subvenção, Assistência Técnica e Financiamento
a estabelecimentos de ensino, para compra, cons-
trução e reforma de prédios escolares nos têr-
mos do Art. 95 da Lei de Diretrizes e Bases.

Relator: Dr. CARLOS PASQUALE

Do Conselho de Educação do Estado de São Paulo

- Belo Horizonte -

6 a 12 de dezembro de 1964

SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
E DE REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS

TEMA II

Subvenção, Assistência Técnica e Financiamento
a estabelecimentos de ensino, para compra, cons-
trução e reforma de prédios escolares nos tēr-
mos do Art. 95 da Lei de Diretrizes e Bases

SUMÁRIO

1. Responsabilidade solidária e autonomia dos Estados
2. Emancipação dos sistemas estaduais
3. Cooperação pecuniária da União
4. Ação supletiva do sistema federal
5. Cooperação dos municípios
6. Liberdade das Instituições de Ensino
7. S u b v e n ç õ e s
8. F i n a n c i a m e n t o
9. C o n c l u s õ e s

RELATOR: Dr. CARLOS PASQUALE

Do Conselho de Educação do Estado de São Paulo

COORDENADOR: Prof. Dr. ALMEIDA JR.

Do Conselho Federal de Educação

- Belo Horizonte -

6 a 12 de dezembro de 1964

SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
E DE REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS

Tema II

Subvenção, Assistência Técnica e Financiamento
a estabelecimentos de ensino para compra, cons-
trução e reforma de prédios escolares nos tēr-
mos do Art. 95 da L.D.B.

Relator: Carlos Pasquale

Conselho Estadual de Educação de São Paulo

Excetuada a instituição de bôlsas de estudo e fi-
nanciamento, matéria que se encontra tratada no art. 94 e que
constitui objeto de outro tema, o art. 95 da L.D.B. rege tō-
das as demais formas pelas quais a União dispensará sua coope-
ração financeira ao ensino: subvenção, financiamento e assis-
tência técnica.

Envolve, pois, o art. 95, matéria ampla, relevan-
te e complexa, para cujo estudo o Conselho Federal de Educa-
ção apresenta, como subsídio, o completo documento de traba-
lho elaborado pelo Sr. Carlos de Souza Neves, chefe do Servi-
ço de Jurisprudência e Informação de Processos.

Dentro dos limites de tempo em que se compreende
uma exposição como estão limitar-nos-emos ao exame da Subven-
ção e do Financiamento, as duas modalidades que, a rigor, po-
dem ser consideradas de cooperação financeira. A assistência
técnica, visando ao aperfeiçoamento do magistério, à pesqui-
sa pedagógica e à promoção de congressos e conferências, ma-
téria igualmente de suma importância, envolve a necessidade
de considerações especiais, e, por isso, deve merecer exame
à parte. No tocante à subvenção e ao financiamento, cingir-
nos-emos a alguns aspectos que reputamos mais importantes
uns, menos esclarecidos outros, examinando-os à luz dos prin-
cípios básicos que informam os deveres e atribuições dos três
níveis de governo, em matéria de ensino, para, em função dê-
les, procurar fazer a crítica e apresentar sugestões perti-
nentes ao inciso legal em aprêço.

1. Responsabilidade Solidária e Autonomia dos Estados

O imperativo constitucional, ao estatuir que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos que determinadas percentagens das respectivas receitas de impostos, estabelece a responsabilidade solidária das três órbitas da administração pública por esse serviço fundamental da Nação.

A participação mínima, nos estritos termos constitucionais, da União, dos Estados e dos Municípios em despesas com o ensino deveria atingir os seguintes totais e proporções no corrente exercício:

1964

Despesas com o ensino (Const. Art. 169)

Em Cr\$ 1.000.000

União..... 128.700 34,5%

Estados 218.000 58,3%

Municípios 27.000 7,2%

Não tendo sido estabelecida a delimitação jurídico-legal das áreas de competência de cada uma das esferas da administração pública em relação a cada uma das modalidades de ensino, deflue, como consequência óbvia, a necessidade do estabelecimento de planos harmônicos e sinérgicos de ação inter-administrativa, que, integrando os esforços realizados, assegurem os bons resultados da obra comum.

Por outro lado, a autonomia dos Estados no domínio da educação, corolário natural da independência recíproca entre os órgãos centrais e os órgãos locais de governo, pelos quais se reparte o poder público, é da essência descentralizadora do próprio regime federativo, e a Federação constitui, entre nós, uma grande aspiração e uma grande necessidade.

Ressalvando a competência da União para legis-

lar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art.5, XV, d), que, aliás, não exclui a legislação estadual complementar (art.6), a Constituição consagra expressamente a autonomia estadual, dispondo que "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino" (Art.171), para o desenvolvimento dos quais "a União cooperará com auxílio pecuniário". (Art. 171, parágrafo Único).

Acentuando mais nitidamente o caráter primordial do dever dos Estados na organização dos serviços de ensino, a Constituição estabelece que a União, além dos sistemas dos Territórios, organizará o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá por todo o país nos estritos limites das deficiências locais (art. 170 e parágrafo único).

2. Emancipação dos Sistemas Estaduais

Ao princípio constitucional da autonomia dos Estados em matéria de ensino, a L.D.B. aditou todo um conjunto de normas, estas realmente de caráter inovador, que visam a garantir a emancipação dos sistemas de ensino, em relação ao poder político-administrativo.

Entre essas normas, sobrepõem as que instituem os Conselhos de Educação, outorgando-lhes um elenco de atribuições de relevo, ligadas à constituição dos currículos, à duração dos cursos, ao funcionamento das escolas e, principalmente, à elaboração dos planos de educação.

A autonomia dos Estados em relação à União para organizar os seus próprios sistemas de ensino e a liberdade dos sistemas de ensino em relação ao poder político-administrativo não são conferidas sem restrições, mas sob a égide de um conjunto de princípios que definem a auto-direção como disciplina compreendida e ordenada para a consecução do bem-comum.

Nos termos da Constituição e da lei complementar, o direito conferido aos Estados de organizar sistemas próprios de ensino está subordinado à observância, entre outras, das seguintes normas:

- a) a educação é direito de todos (C. art. 166);
- b) o ensino dos diferentes ramos será administrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa privada (C. art. 168, I);

- c) o ensino primário é obrigatório (C. art. 168, I);
- d) o ensino primário oficial é gratuito (C. art. 168, II);
- e) o ensino ulterior ao primário será gratuito a quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (C. art. 168, II);
- f) será destinada, anualmente, para o custeio dos serviços de ensino, nunca menos que vinte por cento da receita de impostos estaduais e municipais (C. art. 169);
- g) os recursos estaduais e municipais serão aplicados, de preferência, na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelos conselhos estaduais de educação (L.D.B., art. 93);
- h) os planos de educação procurarão assegurar: o acesso à escola de maior número possível de educandos; a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação; o desenvolvimento do ensino técnico-científico (L.D.B., art. 93, parágrafo 1);
- i) não se computarão como despesas com o ensino: as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino; os auxílios e subvenções para fim de assistência e cultura (L.D.B., art. 93, parágrafo 2).

3. Cooperação pecuniária da União

Uma das formas pelas quais o Governo Federal se desobrigará da sua co-responsabilidade em matéria de ensino é, pois, representada pelo auxílio pecuniário para o desenvolvimento dos sistemas estaduais. A L.D.B. adverte expressamente que os Estados e o Distrito Federal, se deixarem de aplicar a percentagem mínima prevista, não poderão solicitar auxílio da União, e especifica as despesas que são, ou não, consideradas como de ensino.

Como, no caso, há de entender-se por "aplicar" não apenas "despender", mas "despender com propriedade", isto é, "despender adequadamente aos fins", força é concluir que a outorga da cooperação financeira confere à União o direito de verificar se a organização dos sistemas estaduais de ensino atende às prescrições legais.

Por outro lado, os critérios que se devem fixar para a repartição do auxílio federal, em consonância com a diversidade das condições econômicas nas várias regiões do

país, não serão justos senão quando as diferenças de capacidade financeira dos Estados forem aferidas pelo confronto de situações decorrentes da observância, por parte de cada um deles, na aplicação dos seus próprios recursos, da hierarquização de objetivos, da escala de prioridade, dos padrões de qualidade e das normas de remuneração adotadas no planejamento nacional.

Dai se infere que o próprio Conselho Federal de Educação, no exercício da competência que a lei lhe outorga de elaborar o plano de educação referente a cada Fundo Nacional de Ensino, poderá estabelecer, para a concessão de auxílio pecuniário, condições complementares, que julgar necessárias para garantir a boa aplicação dos recursos e a equidade da distribuição dos mesmos entre as Unidades da Federação.

No curso dos debates preliminares sobre a matéria, realizados no Conselho Federal de Educação, na sessão de abril de 1962, o Professor Anísio Teixeira teve oportunidade de acentuar que "se a União tem o dever de exercer ação supletiva, é evidente que o plano da União deve ser tão engenhosamente armado que governe indiretamente a aplicação dos recursos pelos Estados e Municípios".

O Plano Nacional de Educação destina-se, realmente, a constituir o esquema de notas, normas e recursos, com fundamento no qual serão elaborados os planos estaduais.

Para a boa coordenação dos planos regionais, mediante um plano nacional, e a correta repartição dos recursos federais para o desenvolvimento dos mesmos, faz-se imprescindível que o volume dos recursos da União e os critérios para a sua aplicação sejam estabelecidos de tal forma e com tal antecedência, que cada Unidade da Federação possa prever, na oportunidade própria, com relativa precisão, a modalidade e o valor dos auxílios que, a longo e a curto prazo, lhe será dado solicitar, a fim de incluí-los na estrutura dos seus planos, somando-os aos próprios recursos.

A União, por sua vez, deve reservar-se o direito de efetivar a concessão do auxílio apenas na hipótese de que a elaboração e execução dos planos estaduais se façam comprovadamente com observância das metas, princípios e critérios pré-fixados.

É recomendável que, entre as formas de assistência técnica da União, se inclua, sempre que solicitada, a de colaboração na preparação dos planos regionais de educação.

A realização do Primeiro Censo Escolar do Brasil, recomendado em nossa reunião anterior, inspirou-se nessa orientação e, exceção do Estado da Guanabara que se antecipou nos trabalhos, foi levada a efeito em todo o país de acordo com o plano e sob a assistência técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O recenseamento escolar recém-realizado constitui um passo fundamental para a implantação do planejamento escolar no Brasil, pois, além de fornecer elementos estatísticos, seguros e comparáveis, constitui um inexaurível filão de outros dados sobre a real situação do ensino primário em cada Unidade da Federação.

Já a partir de 1965, muitos Estados, que ainda não dispõem de planos de educação tecnicamente estruturados, contarão, ao menos, com números fidedignos sobre população em idade escolar, deficit de matrículas, falta de salas de aula, necessidade de professores, dados sobre os quais, inspirando-se nos princípios fundamentais de planejamento, poderão empreender providências administrativas e medidas técnicas adequadas.

Não basta, porém, a elaboração cuidadosa de planos estaduais e a sua inteligente articulação com o Plano Nacional para que fiquem assegurados bons resultados à aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

Há necessidade de estabelecer-se, também, a confiança dos Estados no amparo da União, proporcionando-lhes a certeza de que os auxílios financeiros, concedidos com a imprescindível antecedência, serão irredutíveis, isto é, não sujeitos a eventuais planos de economia, e fluirão com regularidade, no devido tempo, até às administrações estaduais, de acordo com programa financeiro ajustado, antes de tudo e acima de qualquer outra consideração, ao ritmo natural dos trabalhos subsidiados.

A L.D.B., elevando para doze por cento a parcela mínima da receita de impostos que a União aplicará na manu-

tenção e desenvolvimento do ensino, determina que, com nove décimos desses recursos, se constituam, em partes iguais, os Fundos Nacionais correspondentes a cada um dos três graus de ensino.

Esta providência, de inegável inspiração democrática e de grande sentido social, visou, como não se ignora, à correção de distorções verificadas na repartição dos recursos federais pelos diferentes níveis de ensino. Em 1961, precisamente o ano em que o Congresso consagrou a fórmula na votação final da Lei, a distribuição das dotações se fez nas seguintes proporções:

Ensino Primário 12%

Ensino Médio 15%

Ensino Superior 73%

Já tendo imposto a si mesma essa regra de disciplina, não se nos afigura fora de propósito que, para efeito da outorga de auxílio financeiro, a União conduza os Estados a um voto semelhante de bom senso, estabelecido, evidentemente, em relação ao ensino primário em percentagem mais elevada, adequada às maiores responsabilidades que no caso lhes competem.

Medidas dessa natureza, tanto as que já constituem normas do Plano Nacional de Educação, como outras que possam vir a ser adotadas, tendo sua aplicação adstrita aos casos de concessão de auxílio, que pode, ou não, ser solicitado, não atentarão contra a autonomia estadual.

No gênero, parecem-nos discutíveis, senão quanto à constitucionalidade, ao menos quanto à coerência, as disposições da L.D.B. que facultam à União a concessão de auxílios diretos aos Municípios (art. 92, parágrafo 3) e a estabelecimentos de ensino mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, quando são integrantes do sistema federal (art. 95, a e c).

O Parecer n. 49/64 do Conselho Federal de Educação, de que foi relator, na Câmara do Ensino Primário e Médio, o Cons. Pe. José Vasconcelos, perfilha este nosso entender, elucidando-o nos seguintes termos:

"Dentro do espírito que anima a L.D.B., de centralização planificada e de descentralização administrativa, seria imprescindível que a aplicação de recursos federais, que tem caráter supletivo, fôsse programada em estreita articulação com as necessidades e planos do Estado e a êles fôsse entregue a execução, a fim de melhor se entrosarem programas e metas".

4.

Ação Supletiva do Sistema Federal

Para completar os sistemas de ensino, cuja organização compete prioritariamente aos Estados, e para acelerar a evolução do processo educativo em todo o país, a ação do Governo Federal deve exercer-se, de preferência, sob a forma de cooperação financeira e assistência técnica aos sistemas estaduais.

O critério, susceptível de revestir-se de organicidade, não implica na uniformidade de soluções para as várias regiões do país, pois comporta a diferenciação dos sistemas em consonância com as peculiaridades e os padrões regionais.

Não obstante, a competência da União em matéria de educação não está circunscrita à modalidade apontada. A Constituição comete-lhe, também, o dever de organizar, além dos sistemas dos Territórios, o sistema federal de ensino, que terá caráter supletivo e estender-se-á a todo o país nos estritos limites das deficiências locais (art.170, e parágrafo único).

Nessas condições, sempre que, em determinadas regiões, ou em relação a certos níveis ou formas de ensino, o processo de cooperação financeira com o sistema local mostra-se contra-indicado para corresponder aos objetivos da política educacional adotada, a União poderá agir diretamente, levando a essa região e a êsse setor de educação os serviços do seu próprio sistema de ensino, e nisso consiste, a rigor, a ação federal supletiva.

Circunstâncias geográficas, econômicas e financeiras têm contribuído para inspirar a ação supletiva do sistema federal de ensino. Embora essas circunstâncias não sejam uniformemente observadas pelos Poderes Públicos Federal e Estadual, a ação que vem sendo desenvolvida pelo Governo

da União pode ser definida nos seguintes termos gerais: manutenção de estabelecimentos de ensino superior em áreas prioritárias de várias regiões do país; manutenção do sistema de ensino dos Territórios; manutenção de campanhas de educação assistemática; manutenção de campanhas e serviços de assistência ao estudante.

5. Cooperação dos Municípios

Se as disposições da Constituição e da L.D.B. permitem definir a posição da União em face dos sistemas estaduais, já o mesmo deixa de ocorrer com a contribuição dos Municípios na integração desses sistemas de ensino. Quem quer que examine o modo pelo qual Municípios aplicam recursos destinados à educação, certificar-se-á da absoluta necessidade de melhor entrosamento da atuação municipal com as iniciativas do Governo do Estado.

O problema, afluído na 1ª Reunião dos Conselhos de Educação, foi objeto de sugestões, uma das quais no sentido de que os Estados e os Municípios deverão recorrer, para a execução de medidas de interesse mútuo em matéria de ensino, à forma de convênios, tanto quanto possível de convênios gerais, de âmbito estadual, abrangendo todos os municípios, ou regional, compreendendo grupos de municípios, destinados à coordenação das atividades, sem quebra da autonomia municipal.

O convênio teria por objetivo estabelecer o estudo, em conjunto, das respectivas necessidades de ensino primário e médio, e as formas de atendê-las, dentro das metas do Plano Nacional de Educação, através da conjugação das iniciativas estadual, municipal e particular.

Acreditamos que a ocasião é extraordinariamente propícia para a promoção desses convênios. Já realizado o recenseamento escolar, conhecidos os seus primeiros resultados, com a revelação do deficit de matrículas, frequentemente muito elevado e sempre verificado "in loco" pelos próprios elementos da comunidade, a consciência pública local há de despertar-se para os problemas de ensino e estará, então, preparada para, através da administração municipal e das forças vivas da coletividade, acertar com o Estado modalidades de cooperação.

Os convênios estaduais de ensino abrem amplos caminhos para a conjugação de esforços, podendo regilar, entre outros, problemas como estes: organização do cadastro escolar, com o objetivo de permitir a chamada da população escolar e contribuir para tornar efetivas a obrigatoriedade da matrícula e a frequência às aulas; elaboração de um plano de construções urbanas e rurais; instituição de serviços auxiliares, como o de transporte, e a prestação de assistência ao escolar.

6. Liberdade das instituições de ensino

A par da emancipação dos sistemas de ensino, a L.D.B. procura instituir, dentro de cada sistema, a liberdade das escolas, assegurando-lhes o direito de dispor, em regimentos próprios, sobre a sua organização, a constituição de seus cursos e o seu regime administrativo, didático e disciplinar.

No âmbito do ensino oficial, pelo implícito reconhecimento de que a condição de liberdade é inconciliável com a subordinação direta a outros órgãos da administração pública e às regras uniformes que regem os serviços do Estado, a L.D.B. estabelece que o ensino em todos os seus graus pode ser ministrado em escolas públicas mantidas por fundações, cujo patrimônio e dotações provirão do Poder Público e cujo pessoal ficará sujeito exclusivamente às leis trabalhistas (art. 21).

O dispositivo em apreço atende à conveniência de dotar o Poder Público de um novo instrumento de ação para o exercício de sua competência em matéria de ensino, e o legislador, criando-o, procurou conferir à escola pública a flexibilidade da escola particular, libertando-a de normas de constituição e funcionamento demasiado rígidas, não compatíveis com a natureza do trabalho educativo, que requer ação ampla, imediata e variada.

A escola oficial não pode reduzir-se à condição de um simples órgão do serviço público e, tampouco, a educação deve ser entendida como um serviço qualquer do Estado. Essas concepções aberram da nossa tradição democrática e conduziriam a escola a uma burocratização incompatível com a necessidade de manter-se em comunicação com as famílias, das quais é um prolongamento e conjuntamente com as quais deve

resolver, na singularidade de cada caso, os problemas da infância e da adolescência.

Instituindo para as escolas mantidas por fundações, quando de ensino médio ou superior, a faculdade de estabelecer contribuições (art. 21, parágrafo 1), a norma em a preço concorrerá, por outro lado, para corrigir a situação indefensável que vimos mantendo em favor de determinados grupos da sociedade, com prejuízo da educação fundamental de extensas camadas da população. Trata-se do privilégio, seguramente inconstitucional, de proporcionar a gratuidade generalizada do ensino posterior ao primário, indiscriminadamente a todos, aos que podem e aos que não podem contribuir, enquanto metade da população infantil, em idade de ensino obrigatório e gratuito, fica sem acesso às escolas, porque os recursos públicos são insuficientes para abri-las e mantê-las.

Em suma, a L.D.B., ao facultar que as escolas oficiais sejam instituídas sob a forma de fundações, enseja uma experiência destinada a apresentar valiosos subsídios para a reformulação dos serviços públicos de ensino, inclusive no sentido de ajustá-los à política educacional da Nação, que consiste em assegurar ensino primário a toda a população de 7 a 14 anos e promover o acesso, cada vez mais fácil e mais amplo, à educação de nível médio e superior, realmente ajustada às necessidades técnicas e ao estilo de vida da sociedade contemporânea.

Os objetivos dessa política educacional não serão atingidos senão mediante a racionalização do emprego dos recursos disponíveis e, para esse fim, é necessário despertar nos responsáveis e usuários do ensino público a consciência dos aspectos econômico-financeiros ligados ao empreendimento, de modo especial os do "custo do serviço", que, embora muito relevantes, não constituem, via de regra, objeto de suas preocupações.

A manutenção da gratuidade generalizada, indiscriminada, principalmente do ensino superior, que, embora teóricamente acessível a todos, na prática não aproveita senão a pequeno número, vem sendo feita, em nosso país, à custa do sacrifício da universalização e da qualidade da educação fundamental do Povo.

A defesa desse indisfarçável privilégio, tentada

com a invocação de aparentes princípios democráticos, constitui, a rigor, uma atitude reacionária, pelo papel negativo que o mesmo tem representado para o progresso social.

7. Subvenção

Além da prestação de assistência técnica, mediante convênio, o art. 95 prescreve duas formas de cooperação da União com o ensino: subvenção e financiamento, benefícios dos quais será excluído o estabelecimento que, sob falso pretexto, recusar matrícula por motivo de raça, cor ou condição social.

Considerada inicialmente em face da própria L.D. B., a concessão de subvenções pela União deverá atender aos princípios básicos que inspiram a Lei (autonomia dos sistemas estaduais e liberdade das escolas) e observar os critérios gerais por ela expressamente estabelecidos no art. 93, para a aplicação dos recursos destinados ao ensino:

"Art. 93 - Os recursos, a que se refere o art. 169 da Constituição Federal, serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Estaduais de Educação, de sorte que se assegurem:

1 - O acesso à escola do maior número possível de educandos;

2 - a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação;

3 - o desenvolvimento do ensino técnico-científico;

4 - o desenvolvimento das ciências, letras e artes.

1 - São consideradas despesas com o ensino:

a) as de manutenção e expansão do ensino;

b) as de concessões de bolsas-de-estudo;

c) as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa, e realização de congressos e conferências;

d) as de administração federal, estadual ou municipal de ensino, inclusive as que se relacionem com a atividades extra-escolares.

2 - Não são consideradas despesas com o ensino:

a) as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;

b) as realizadas por conta das verbas previstas nos arts. 199, da Constituição Federal, e 29, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

c) os auxílios e subvenções para fins de assistência e cultura (Lei n. 1.493, de 13-12-1951)."

Dispõe a L.D.B. que a subvenção será dada de acordo com as leis especiais em vigor.

A Lei n. 4.320, de 17-3-64, que, de acordo com o disposto no art. 5, inciso XV, letra b da Constituição Federal, estabelece normas gerais de direito financeiro, classifica como "transferências correntes" as contribuições e subvenções destinadas a atender a manutenção de outras entidades de direito público ou privado (art. 12, parágrafo 1) e considera como subvenções sociais as que se destinam a instituições, públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidades lucrativas (art. 12, parágrafo 3).

O conceito de subvenção é, por conseguinte, amplo: abrange não apenas, como se poderia supor, as instituições mantidas pela iniciativa particular, mas também as entidades de direito público, tanto os Estados e os Municípios propriamente ditos, como os estabelecimentos públicos, mantidos nos termos da L.D.B., arts. 21 (escolas públicas de qualquer grau, mantidas sob a forma de fundações), 81 (universidades oficiais) e 85 (estabelecimentos oficiais isolados de ensino superior).

Subvenções, a União as vem concedendo, depois de

vigência da L.D.B., aos Estados e a Municípios, através de convênios celebrados à base das dotações correspondentes ao Plano Nacional de Educação, e, bem assim, a estabelecimentos públicos e particulares de ensino, notadamente de grau superior na forma da legislação considerada vigente.

A subvenção, mesmo quando concedida a estabelecimentos particulares de ensino, justifica-se plenamente.

Em nossos dias, não apenas no campo da educação, mas em todos os domínios sociais e econômicos, desenvolvem-se novas formas de ação, nas quais o "oficial" e o "privado" se congregam.

A condição de serviço privado de interesse geral, de que se reveste o ensino particular, postula uma colaboração entre a iniciativa privada e o serviço público, isto é, a atividade do Estado.

Se não se pode admitir que o Estado, depositário dos dinheiros da Nação, deixe de amparar um serviço como o ensino particular, de real interesse público, não se pode consentir, também, que o faça, sem as necessárias cautelas. Como conceber que os Poderes Públicos destinem recursos para o amparo a obras ou a instituições privadas, sem a prévia segurança de que o auxílio é realmente necessário, e sem a posterior certeza de que foi corretamente empregado?

É óbvio, outrossim, que a conjugação dos recursos públicos com as instituições particulares de ensino não pode fazer-se de maneira indiscriminada, e que, dentro de critérios gerais, devem ser excluídas do sistema de cooperação, as iniciativas que não comprovem o interesse público de seus serviços, pelo afastamento de intuítos de lucro e pelo preenchimento de outros requisitos essenciais.

Ninguém contesta que, para encorajar toda obra de interesse geral, o processo da subvenção é lícito, mas, na observação de Jêze "não há subvenção lícita a obras ou estabelecimentos privados, senão quando o interesse público está em jogo e nessa medida somente".

Não nos parece que consulte aos interesses comuns a outorga de auxílios às escolas sob a forma de subvenções globais, arbitradas pelo critério pessoal dos agentes

dos Podêres Públicos, ou sob a forma de subsídios, estabelecidos de modo mais ou menos empírico, à base do número de alunos matriculados.

Na primeira hipótese, a assistência do Estado reveste-se, até certo ponto, do aspecto de um "favor", que pode constranger tanto a autoridade que o estipula, como a instituição que o recebe. No segundo caso, as considerações fundamentais de justiça social, ligadas à situação econômica dos alunos, são totalmente omitidas.

Não cremos que as subvenções que o Governo Federal vem atribuindo a instituições de ensino, nos termos da copiosa legislação anterior à L.D.B. considerada ainda vigente, se concilie com a letra e o espírito da legislação básica.

Sempre acreditamos necessária a revisão da legislação existente.

Hoje, porém, temos como certa que a reformulação já não poderá ser mais adiada, em face da citada Lei n.º 4.320, que estatui: 1) "a concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica" (art. 16; 2) "o valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados" (art. 16, parágrafo único); 3) "somente as instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções" (Art. 17).

8. Financiamento

Sobre o financiamento, destinado a compra, construção e reforma de prédios e respectivas instalações e equipamento, a L.D.B. é bastante prudente e minuciosa: especifica os tipos de estabelecimentos a que será concedido, submete a concessão não apenas às leis especiais em vigor, como a subordina a um rol de exigências que especifica, com a ressalva de outras mais que venham a ser fixadas pelo Conselho Federal de Educação.

A fim de que se tenha idéia da importância dominante que o aspecto do prédio escolar assume na problemática brasileira, basta acentuar que, em face do atraso em que nos encontramos, para criar condições materiais de atendimento às metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação, seria necessário construir, até 1970, pelo menos 100.000 salas de aula de ensino primário.

Pelo volume dos investimentos que requer, a solução do problema não será viável sem a criação de uma Carteira de Financiamento.

A crédito da referida Carteira, deverão reverter, nos termos do Plano Nacional de Educação, a quota de 10% dos recursos destinados à educação nos termos da Constituição, além das percentagens da receita do salário-educação, que a Lei n. 4.440 estipula, isto é, 60%, 50% e 40% da importância arrecadada respectivamente em cada um dos três primeiros anos de vigência da lei, e, a partir de 1968, a percentagem que o Conselho Federal de Educação estabelecer.

Calculando à base de dados pertinentes ao presente exercício, a Carteira para o financiamento da construção e equipamento de prédios escolares contaria anualmente com recursos orçamentários da ordem de 70 bilhões de cruzeiros (valor monetário presente).

CONTRIBUIÇÕES ANUAIS PARA A CARTEIRA DE FINANCIAMENTO

Em Cr\$ 1.000.000

	Receita de Impostos	Recursos mínimos para o ensino	Recursos da Carteira
União	1.287.000 (1)	154.440	15.444
Estados	1.090.000 (1)	218.000	21.800
Municípios	135.000 (2)	27.000	2.700
Salário-Educação ..	50.000 (3)	50.000	30.000
T O T A I S	2.562.000	449.440	69.944

- (1) Dados orçamentários relativos a 1964.
- (2) Estimativa.
- (3) Previsão apresentada na justificativa do projeto que se converteu na Lei n. 4.440, instituindo o tributo.

No propósito de acelerar a eliminação do deficit de construções escolares, poupando, ao mesmo tempo, os recursos orçamentários, que já são escassos para atender ao custeio das despesas também essenciais, relativas à preparação de professores e à manutenção dos serviços de ensino, a Carteira de Financiamento deverá procurar obter outros recursos nacionais e, principalmente, externos, estes sempre que possíveis quando solicitados com fundamentos objetivos e à vista de planos bem estruturados.

A complexidade do problema está a exigir efetiva colaboração de todas as órbitas da administração do país e, em cada esfera administrativa, dos vários serviços que possam contribuir para o estudo e o estabelecimento de medidas administrativas, técnicas, econômicas e financeiras, destinadas a acelerar o desenvolvimento e diminuir o custo do programa.

O Censo Escolar, tendo abrangido, também, o levantamento de dados sobre os edifícios ocupados pelas escolas de ensino primário, com informações sobre a natureza da construção, a capacidade presente e a possibilidade de sua ampliação, irá fornecer elementos para a elaboração de programas locais e planos estaduais ajustados às necessidades imediatas e futuras a serem atendidas pelo sistema de financiamento indicado.

9. Conclusões

À luz das considerações expendidas, afigura-se nos oportuno apresentar a sugestão das seguintes providências, capazes de concorrer para a ordenação da matéria no sentido dos altos interesses da educação nacional:

1. A concessão de auxílio pecuniário correspondente aos Fundos Nacionais de Ensino confere à União o direito de verificar se o emprêgo dos recursos estaduais destinados à educação nos termos do artigo 169 da Constituição se faz

com observância da hierarquização de objetivos, escala de prioridades e demais critérios adotados pelo respectivo Plano Nacional.

2. Através de medidas administrativas ou financeiras, que foram julgadas apropriadas, deve ser assegurado, aos governos estaduais e aos estabelecimentos de ensino beneficiados com o amparo pecuniário da União, um regime especial de financiamento que lhes garanta o recebimento dos recursos com regularidade e a tempo de atender às necessidades de custeio a que se destinam.

3. É recomendável que, a exemplo do estatuído pela Lei de Diretrizes e Bases em relação aos recursos federais (art. 92, parágrafo 1), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fixem em bases adequadas as proporções segundo as quais os respectivos recursos destinados à educação serão aplicados em cada um dos três graus de ensino.

4. Em face dos novos recursos que, em virtude da instituição do salário-educação, serão carreados para a manutenção e desenvolvimento do ensino primário e à luz dos resultados do censo escolar recentemente realizado no país, torna-se necessário que o Conselho Federal de Educação proceda ao reexame dos critérios estabelecidos para a distribuição e a aplicação das dotações correspondentes ao Fundo Nacional do Ensino Primário.

5. É recomendável a imediata realização de estudos para a elaboração de ante-projeto de lei que disponha sobre as fundações, de que trata o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases, fixando normas gerais para a sua constituição.

6. O financiamento instituído pela Lei de Diretrizes e Bases para a compra, construção e reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos (art. 95, letra "c"), não se efetuará ordenada e eficientemente, sem a criação de uma Carteira de Financiamento de Educação. A aludida "Carteira" operando com recursos externos, que possam ser obtidos, e com recursos nacionais, provenientes das dotações do Plano Nacional de Educação e da arrecadação do salário-educação, deverá revestir-se das proporções adequadas para atender aos investimentos necessários à execução do amplo programa de construção e equipamento de escolas que a conjuntura educacional impõe.

7. Urge proceder-se à revisão das leis especiais que dispõem sobre a concessão de subvenções a entidades educacionais, de direito público ou privado, com vistas a estabelecer um conjunto de normas gerais que, entre outros cuidados, assegurem o emprego dos recursos apenas em casos de incontestável interesse da educação e, em cada caso, na comprovada e estrita medida desse interesse.

8. A realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, que o Ministério fará realizar no próximo ano, apresenta-se como feliz oportunidade para que os órgãos e autoridades responsáveis pela administração escolar estudem e estabeleçam medidas de ordem prática no sentido de que os Planos Nacional e Estaduais de Educação, tanto na elaboração, quanto na execução, não apenas se articulem, mas se integrem para o desenvolvimento sinérgico das formas de cooperação instituídas.

O "DÉFICIT" ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES

Zenaide Cardoso Schultz *) - INEP

O diagnóstico da situação educacional do país, alvo dos estudos e pesquisas a que, no Ministério da Educação e Cultura, se dedica o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem sendo esclarecido, com a configuração de novos esquemas até então não evidentes, principalmente com relação ao ensino primário. Devido ao seu caráter de obrigatoriedade e de educação básica geral, análises mais minuciosas têm sido feitas sobre ele.

Muitas vezes empresta-se, à primeira vista, a quantitativos numéricos, significados que não expressam a realidade completa, e a interpretação dos fatos pode resultar distorcida.

O censo escolar, realizado em 1964, por iniciativa do INEP, com a cooperação do IBGE e das Secretarias de Educação dos Estados, revelou que, das crianças de 7 a 14 anos, num total de 13,5 milhões, 8,8 milhões estavam escolarizadas e 4,7 milhões não frequentavam escolas, o que representaria um déficit de escolarização de 34% da população na faixa etária de obrigatoriedade da educação elementar.

Se, considerando o número absoluto deste déficit - 4,7 milhões - sentimos a amplitude do problema, mais grave ele se torna quando se analisam as causas da não escolarização deste vultoso contingente de crianças. As apurações finais do censo escolar vêm esclarecer que, desse total, apenas 1,4 milhões (10%) não estudam por falta de escola no local ou por falta de vaga na escola existente. Os demais 3,3 milhões (24%) não se matricularam por motivos outros, alheios à presença ou não de escola, como: por pobreza, por terem que trabalhar, por deficiência física ou mental, por doença, por já terem concluído o curso primário ou por desinteresse.

O déficit do ensino primário não é, como se verifica, devido somente à falta de escola. Outros fatores de mais difícil e lento controle interferem para sua existência. O problema aí escapa, em sua maior parte, da área da educação e se situa no âmago do complexo sócio-econômico de subdesenvolvimento. Mais detido exame demonstra que o problema apresenta aspecto mais grave, como era de se esperar, nas zonas rurais, onde o baixo nível econômico-cultural é o principal responsável pela não frequência à escola.

Daqueles 3,3 milhões que não procuraram matrícula, independente da existência ou não de escola, 2,0 milhões (quase 2/3) se localizam na zona rural,

A escola só subiste quando a comunidade sente sua necessidade! Do contrário, permanece vazia, fechada ou mesmo inexistente pela indiferença local.

Ainda o censo escolar configura em número este fato, quando estudou a escolarização das crianças de 7 a 14 anos, segundo o nível de instrução ao pai ou responsável:

Crianças cujo pai ou responsável	Frequentam ou frequentaram escola	Não frequentam nem frequentaram escola
É analfabeto	57,3%	42,7%
Tem instrução primária	84,0%	16,0%
Tem instrução média	96,0%	4,0%
Tem instrução superior	97,2%	2,8%

Embora haja grande carência escolar não se poderia chamar "excedentes" às crianças não escolarizadas que não demandaram matrícula. Eis porque o ensino primário apresenta dificuldades peculiares não resolúveis por simples programas de ampliação da rede. Aqui, no próprio Estado da Guanabara, de população concentrada e urbana, ainda há vagas nas escolas primárias e foi necessário criar-se um serviço de fiscalização da frequência escolar para conduzir à escola aqueles que não a procuram.

A solução do problema da ampliação da rede escolar requer esforço conjugado de recursos entre os três níveis administrativos (federal, estadual e municipal) para poder racionalizar-se a atuação dos Poderes Públicos e obter-se o rendimento desejado, evitando-se o desperdício e a dispersão de energias. Esse o objetivo dos programas de Assistência Técnica Federal aos Estados.

Dentro desse raciocínio é evidente que, como primeira prioridade, a atenção deve ser voltada para as crianças que demandam matrícula (1,4 milhões). As restantes não escolarizadas se irão integrando paulatinamente no programa, na medida em que providências articuladas pelas três órbitas governamentais possam ir sanando aquelas causas básicas da estrutura sócio-econômica, e que a demanda se manifeste.

Por outro lado há um deficit registrado no censo escolar que não é aparente no simples compute das matrículas e, este sim, é mais flagrante nas zonas urbanas das grandes concentrações populacionais mais desenvolvidas. Trata-se das escolas que subdividem sua matrícula em três e mais turnos, prejudicando o ensino destas crianças pela redução do tempo de aula. Nestas áreas, pois, a carência re-

quer também classificação de primeira prioridade, considerando-se que a solução da demanda, pela redução do tempo e, por conseguinte, da qualidade do ensino, não é justificável.

O Censo escolar revelou que mais de 2 milhões de crianças estudam nestas condições precárias.

Temos ainda que levar em conta que há dois grupos de crianças que não constam das matrículas do ensino primário e não representam "deficit", mas são arroladas como tal. São as que já concluíram o curso e as que estão ou já estiveram matriculadas no ensino médio e não ultrapassaram os 14 anos.

O censo escolar registrou que 208 mil crianças da faixa etária em estudo já tinham concluído o curso primário e 406 mil estão frequentando o ginásio, além de quase 10 mil que já o tinham frequentado.

Vê-se assim que a simples comparação, entre a população escolarizável (número de crianças de 7 a 14 anos) e a matrícula da escola primária, não nos presta uma informação real sobre o "deficit" de matrícula, valendo apenas como um dado aproximado da realidade, de caráter muito global e de significação muito elástica.

Dai a necessidade urgente e inadiável dos estudos e levantamentos locais para o conhecimento da realidade educacional de setores geográficos cada vez menores (cidades, bairros, vilas, povoados, área dispersas) até chegar-se à diminuta área do raio de alcance da escola.

Este programa de ação foi previsto pelo censo escolar que doou às Prefeituras Municipais, para análise de suas carências, todos os questionários (chamados "Boletim de Família CE-1"), já classificados por pequenos setores geográficos, e onde constam todos estes informes básicos, colhidos de casa em casa pelos recenseadores nas zonas urbanas e rurais de cada município, inclusive nome, endereço e filiação das crianças de 0 a 14 anos recenseadas no âmbito municipal.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, como um dos programas de Assistência Técnica do INEP, visa a contribuir para a sistematização desse esforço racionalizador e para o fortalecimento da interrelação administrativa, desenvolvendo um tipo de trabalho normativo, dentro da política educacional, na elaboração, dos programas de construções escolares com base em estudos preliminares das realidades específicas locais e das metas e prioridades nacionais estabelecidas.

Associando-se os programas de assistência técnica aos de auxílios financeiros decorrentes dos convênios celebrados anualmente, entre o Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação dos Estados, estaremos abrindo amplos e claros caminhos para a neces-

sária revisão dos critérios adotados nos planejamentos educacionais , a fim de poder-se evoluir dos planos fracionados para planos integridos que envolvam os três níveis de ensino como um todo sequente, e sirvam de suporte à promoção do desenvolvimento econômico do país, tendo em vista "a interdependência complementar e convergente, entre o desenvolvimento econômico e o da educação",

*) - Técnica de Educação do MEC. Chefe de Seção do INEP. Membro da Comissão Central do Censo Escolar do Brasil, Assessora do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Of. 1385

29 de novembro de 1968

- : Secretário Executivo do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares
- : Coordenador do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.
- : atividades do GNDCE.

Senhor Coordenador:

Na qualidade de Secretário Executivo do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, tenho a honra de dirigir-me a V.Sa. a fim de relacionar alguns dos mais pungentes problemas e impasses que atualmente enfrenta esse órgão sob a sua operosa coordenação, e acerca dos quais já tive oportunidade, por mais de uma vez, de conversar com V.Sa., buscando encontrar a viabilidade de tratamento das questões pendentes e vitalizar, de vez, um grupo de trabalho que, apesar do esforço de seus responsáveis e componentes não pôde, até o presente, funcionar organicamente, de modo a possibilitar o alcance das metas educacionais que justificaram a sua criação.

Sabe V. Sa., que desde junho próximo passado o Grupo não se reúne, embora o seu Regimento determine um número mensal de quatro reuniões. Esse fato, e mais o pedido coletivo de demissão por parte dos membros titulares do GNDCE, apresentado em há cerca de quatro meses, significou a paralisação virtual do Grupo.

Na condição de Secretário Executivo, procurei, nesse período, assegurar a continuidade da rotina administrativa de encaminhamento de papéis, e algumas das providências alinhadas a diante, exemplificam esse procedimento; porém, dada a natureza das incumbências a mim regimentalmente atribuídas, não poderia, como Secretário Executivo, tomar decisões ou iniciativas que exigiram o prévio exame técnico de sua pertinência pelos integrantes do Grupo, ou a autorização, não concedida por V.Sa., para que, delegando-me competência, levasse adiante tarefas inerentes ao GNDCE. Por esses motivos, uma série de providências válidas e operativas permanece à espera de que o Grupo se recomponha.

Tendo em vista o fato de que esse Grupo de Trabalho foi criado para, até 1970, dar cobertura à política de aceleração das construções escolares, em todo o País, de modo a permitir a superação do elevado déficit nacional de salas de aula, não se pode deixar de reconhecer que, mantida a atual situação do Grupo, em cada dia que se passar nos aproximaremos daquele ano-meta e nos afastaremos das metas daquele ano.

Ante a permanência da atual situação por meses a fio, e a evidência flagrante de sua notória inconveniência, sinto-me no indeclinável dever de expressar a V.Sa. as minhas apreensões no tocante às possibilidades de reorganização e dinamização do Grupo, em tempo hábil, de sorte a que possa ele proporcionar à política educacional brasileira as normas de ação apropriadas para que, até o fim da presente década, quando termina igualmente o Programa Estratégico do Governo da União, a rede de estabelecimentos de ensino do País já testemunhe, quantitativa e qualitativamente, as influências benéficas do Grupo, de seu trabalho, de sua orientação técnico-pedagógica, de sua ação educativa.

Duas questões interdependentes tem sido evocadas para justificar a suspensão das atividades do Grupo: a necessidade de se regulamentar as gratificações por sessão e, em seguida, a nomeação de novos membros.

Quanto ao primeiro assunto, como é do conhecimento de V.Sa., o Sr. Presidente da República encaminhou ao DAPC o julgamento da proposta que o Sr. Ministro da Educação, atendendo à sugestão do Sr. Coordenador do GNDCE, submetera à sua consideração. Tenho solicitado a representantes do INEP em Brasília, que localizem o processo no DAPC, de modo a apressar, se possível, a sua tramitação, e permitir o mais rápido e breve conhecimento da decisão final a respeito.

Quanto ao segundo assunto, parece-me, data venia, que nada impede que se cuide da escolha e nomeação dos novos membros do Grupo, de modo a que, tão logo aquela regulamentação se oficialize, já encontre cada integrante do GNDCE conhecedor dos demais e familiarizado com as questões atinentes ao problema das construções escolares.

A preservação da presente situação de expectativa tem criado, para a Secretaria Executiva, embaraços e constrangedoras situações, notadamente no que se refere a órgãos internacionais, cujo entendimento pessoal ou postal com os membros do Grupo fica prejudicado, dada a impossibilidade de desdobrar ajustes iniciais e protocolares, convertendo-os em planos efetivos.

Dois exemplares podem ser citados, a esse respeito: o primeiro, a visita que no próximo dia 3 de dezembro fará ao Brasil o Sr. Carrillo Flores, Co-Diretor do CONESCAL; Sua Senhoria, que desconhece os problemas internos do Grupo, manifestou desejo de conhecer os seus componentes, avaliar suas experiências e realizações; embora tenhamos, sem dúvida, merecido o esforço e dedicação de V.Sa. e dos ex-membros do Grupo, um acervo de trabalho a exibir, embora não executado, pode V.Sa. aquilatar o inusitado da situação, em face de um órgão da UNESCO com o qual, em fevereiro passado, assinamos um convênio de cooperação. Estivessem já nomeados, os novos integrantes do GNDCE, e a visita de Sr. Flores já não teria apenas um sentido protocolar de cortesia, mas o sentido de permuta efetiva de idéias e experiências.

O outro exemplo, um pouco mais recuado no tempo, é o da oferta que em junho passado nos fez o Programa Mundial de Alimentos, sobre o plano de construções de escolas em áreas rurais, mediante o pagamento de rações alimentares a trabalhadores voluntários.

Periódicamente, o representante daquele organismo consulta o Grupo para saber se já houve alguma decisão, para o que é necessário, todavia, julgamento prévio dos componentes do GNDCE.

Creia V.Sa. que estou ciente de que não é só minha mas também sua, a preocupação no tocante ao Grupo de trabalho para o qual V.Sa. confiou-me os encargos de Secretária, como sei que obstáculos mais ou menos visíveis, de penosa ou difícil transposição, impedem V.Sa. de dar pronto atendimento, como é de seu desejo a todas essas questões.

Participando porém do dia-a-dia das atividades do Grupo, sem prejuízo de minhas obrigações na realização de pesquisas para o INEP e da elaboração de artigos para a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, sinto igualmente que a gravidade de tais problemas exige o fim das protelações e das expectativas, para o que só existe como alternativa válida, o fim legal do GNDCE, nunca porém essa transição que se retiniza, e na qual já perdemos meio-ano.

Na oportunidade de apresentação deste ofício, lembro a V.Sa. que o GNDCE deve apresentar ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, conforme determina o seu decreto de criação, o seu relatório anual de atividades, no mês de dezembro entrante, tendo o Sr. Chefe de Gabinete de Sua Excelência lembrado essa obrigação em ofício de nº 922, de 25 de novembro.

No intuito de colaborar com S. Sa. na elaboração do citado documento, registre a seguir algumas das atividades que

desenvolvi pessoalmente em junho até esta parte, já que, no primeiro semestre, as atas das reuniões fornecerão os elementos de referência porventura necessários.

Dentre das limitações inerentes à fase por que passa o GNDCE, procurei articular-me com os Senhores Secretários de Educação e Cultura da maioria dos Estados brasileiros, valendo-me, para tanto, da feliz oportunidade de encontrá-los reunidos no Rio de Janeiro, no início de novembro, por ocasião do lançamento da Operação - Escola. A eles disse, informalmente, quais eram os objetivos do Grupo, pedindo-lhes que enviassem para a sede do GNDCE, materiais e documentos alusivos às suas experiências regionais de edificações de escolas. Do mesmo modo, notifiquei-lhes de que o Grupo dispunha, em vista do convênio firmado com o CONESCAL, de obras técnicas de alto valor, que os serviços estaduais de educação poderiam consultar. Como parte desse contato, encaminhei aos Senhores Secretários, na mesma oportunidade, exemplares do Censo Escolar, com referências especiais ao número atinente aos prédios escolares.

Da mesma forma, atendendo à solicitação do Dr. Edson Franco, Secretário Geral deste Ministério, enviei à Sua Senhoria documentos do Grupo que serviram como ilustração num encontro que eu mesmo mantive com uma comitiva de arquitetos escolares estrangeiros que o procuraram a 18 de novembro próximo passado.

Procedimento similar adotei em relação ao Sr. Luiz Acioli, deste Instituto, que foi designado para representar o Brasil no Congresso de Construção Escolares realizado recentemente em Santiago do Chile, e acerca do qual nenhuma comunicação tiveram, nos meses precedentes, os membros do Grupo e o seu Secretário Executivo.

A atual situação do Grupo, Sr. Coordenador, deita por terra, ao que tudo indica, a possibilidade de realização, em dezembro, próximo, do I Simpósio Nacional de Construções Escolares, que V.Sa. pretendia realizar em São Paulo.

Esses problemas novos, somando-se aos problemas iniciais do Grupo, o primeiro dos quais surgiu com o desistério do Banco Nacional de Habitação em face da recomendação nº 1 do GNDCE, de alto alcance educativo e social, compõem um quadro verdadeiramente complexo de embaraços funcionais e distorções estruturais, tanto mais graves porque ocorrem justamente no ano da Reforma Administrativa.

Novas solicitações chegam à Secretaria do Grupo, e tenho procurado, tanto quanto possível, dar-lhes atendimento. Elas provêm sobretudo, do CONESCAL, e se referem à coleta de dados, ou, como no caso mais recente, à oferta de renovação de assinatura da publicação RESUMENES ANALÍTICOS, para o que se torna necessário um desembolso de cinco dólares.

Esses assuntos, eu os submeto à apreciação superior de V.Sa., no melhor empenho e disposição de colaborar para que, com a devida presteza, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares se integre, sob a alta e competente Coordenação de V.Sa., na trilha da participação edificante na redenção educacional brasileira.

Supondo, não obstante, que V.Sa. deseje recompor o GNDCE em todos os seus escalões, solicito a V.Sa. se digne conceder meu desligamento desse órgão colegiado, para o qual creio ter dedicado o melhor dos meus esforços e correspondido, dentro de minhas limitações pessoais, à confiança com que fui honrado por V.Sa.

Atenciosamente,

Ass.) Sérgio Guerra Duarte
Secretário Executivo do G.N.D.C.E.

O GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES, usando das atribuições que lhe confere o Art. 6º, do Decreto nº... 61.050 de 21 de julho de 1967, e

CONSIDERANDO o crescente déficit de salas de aulas destinadas ao curso primário, fenômeno este responsável em grande parte para que um grande número de crianças não tenham acesso à escola;

CONSIDERANDO que no sistema de aprovação usualmente utilizado índice de reprovação na primeira série primária é de 60% e que somente 18% dos alunos matriculados no primeiro ano atinham à quarta série primária;

CONSIDERANDO que a taxa de deserção imediata tem estado em torno de 15% e que a evasão ao longo do curso primário de alunos que depois de reprovados não voltam à escola, tem-se apresentado entre 11% e 18%, dependendo da série;

CONSIDERANDO uma grande massa de alunos que por não serem aprovados congestionam o sistema impedindo o acesso de outras crianças aos cursos primários, que o investimento para a criação de uma vaga no ensino primário está no Brasil em torno de US\$. 55,00/matrícula nova e que portanto, esta estrutura esclerosada obriga aos governos que, para atender a estas necessidades, invista na ampliação da rede escolar mais do que seria o necessário se houvesse uma racionalização dos processos de promoção de alunos.

CONSIDERANDO ainda que o custo de manutenção de um aluno, no curso primário, está calculado em nesse país entre quatorze e dezesseis dólares por ano e, que portanto, estes elementos repetentes e desistentes representam para os governos gastos que não correspondem ao aproveitamento;

CONSIDERANDO que o atual sistema a rede primária abrange oito faixas etárias - de sete a quatorze anos inclusive cuja população está estimada em 16.756.000 crianças, enquanto que o desejável seria que fossem atendidas basicamente só cinco faixas etárias que compõe uma população de umas 10.860.000 crianças;

CONSIDERANDO que a adoção imediata por parte das diversas unidades da federação de um sistema racional de promoção iria tornar mais fluido o sistema, reduzindo consideravelmente os investimentos para a ampliação da rede de ensino primário, as despesas de conservação dos prédios e os gastos com a manutenção dos alunos no sistema, permitindo um melhor atendimento a eles e abrindo a muitos outros a oportunidade de acesso à escola, contribuindo assim, de forma decisiva, para a consecução do objetivo de governo qual seja o de tornar universal o primário no Brasil.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSIDERANDO finalmente que neste sentido já foram feitas experiências com sucesso em outros Estados;

RECOMENDA que cada Estado ou Território da Federação reveja o seu sistema de promoção nos cursos primários e procure adaptá-los às suas necessidades e aos objetivos de o Governo Federal, de forma a dar uma maior vazão ao sistema, descongestionando-o para permitir uma maior acesso à escola e contribuindo para resolver em definitivo o problema da escola primária no Brasil.

CUSTOS DO ALUNO/ANO

AUTOR	A N O	PRIMÁRIO
Roberto Moreira.....	1961	US\$ 14
UNESCO.....	1960	US\$ 16
Arlindo Corrêa.....	1960	US\$ 70 (*)

OBS. (*) - Inclui merenda escolar, referindo-se unicamente à Guanabara.

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Educação - página 126 - IPEA.

- x -

POPULAÇÃO DO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA DE 7 A 19 ANOS

I D A D E	1 9 6 8	1 9 7 6
7	2.276	2.956
8	2.223	2.887
9	2.170	2.819
10	2.120	2.754
11	2.071	2.690
12	2.020	2.624
13	1.966	2.553
14	1.910	2.479
15	1.851	2.404
16	1.794	2.331
17	1.738	2.257
18	1.681	2.184
19	1.625	2.111

OBS. Os dados para 1968 foram obtidos a partir de um estudo do Setor de Demografia do IPEA sobre a composição da população do Brasil em 1976.

Composição de matrículas do curso primário
segundo as idades dos alunos

CURSO PRIMÁRIO	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
1a. Série	19,0	23,2	17,2	14,6	9,5	7,9	5,1	3,5
2a. Série	2,1	12,5	19,7	20,9	16,0	13,8	8,9	5,8
3a. Série	-	1,7	11,1	21,8	20,8	20,1	14,5	9,9
4a. Série	-	-	1,6	13,5	22,8	25,7	20,7	15,5
5a. Série	-	-	-	2,0	8,1	28,1	27,1	34,5

FONTE: Coeficientes determinados sobre resultados do Censo Escolar do Brasil - Volume II - Apurações Finais (no prélo).

MATRÍCULAS EFETIVAS E PERDAS IMEDIATAS (%)

	ENSINO PRIMÁRIO	
	Matrícula Efetiva	Deserção Imediata (%)
1 9 4 7	3.063.775	15
1 9 4 8	3.301.084	16
1 9 4 9	3.479.052	15
1 9 5 0	3.709.887	15
1 9 5 1	3.891.156	14
1 9 5 2	4.034.948	14
1 9 5 3	4.212.405	14
1 9 5 4	4.483.820	15
1 9 5 5	4.772.347	15
1 9 5 6	5.183.904	15
1 9 5 7	5.486.470	14
1 9 5 8	5.882.907	13
1 9 5 9	6.104.393	14
1 9 6 0	6.423.188	14
1 9 6 1	6.842.398	14
1 9 6 2	7.363.747	14
1 9 6 3	-	-
1 9 6 4	-	-

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Educação - página 122- IPEA

COEFICIENTES DE EVASÃO E DE REPROVAÇÕES - 1962 - (2)

	1a. Série	2a. Série	3a. Série	4a. Série
Evasão	18,0%	13,8%	12,7%	11,4%

FONTE: Coeficientes determinados sobre dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Anuário Estatístico do Brasil - 1964.

-X-

Os dados sobre investimentos unitários no ensino brasileiro são escassos. Em 1960, segundo Arlindo Lopes Corrêa (14), tais investimentos/matricula nova seriam no Brasil:

Ensino Primário: US\$ 55/matricula nova.

(14) - CORRÊA Arlindo Lopes - Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Consultec, Rio, 1963.

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Educação - página 132 - IPEA.

-X-

INVESTIMENTOS UNITÁRIOS EM REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS DO MUNDO

DISCRIMINAÇÃO	ADDIS-ABEBA (ÁFRICA)	KARACHI (ÁSIA) (*)	SANTIAGO (AMÉRICA-LATINA)
PRIMÁRIO Construções.....	30	30	65

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Educação - página 133 - IPEA

EXPRIMINDO EM ÍNDICES OS RESULTADOS DA TURMA 1954/64. CHEGA-SE
AOS NÚMEROS TRANSCritos ABAIXO
ÍNDICES (1a. Série Primária = 1.000)

	PRIMÁRIO				GINASIAL				COMERCIAL		
	1a. Série	2a. Série	3a. Série	4a. Série	1a. Série	2a. Série	3a. Série	4a. Série	1a. Série	2a. Série	3a. Série
1954/1964	1000	395	282	181	101	80	65	53	51	41	35

FONTE: Diagnóstico Preliminar da Educação - página 117 - IPEA

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES
Recomendação 02/68.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, nº 61.050, de 21 de julho de 1967 e considerando;

- que para atingirmos as metas fixadas no Plano Nacional de Educação, que procura corresponder aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em particular os da Conferência de Santiago, segundo estudos realizados pelo Ministério da Educação e apresentados na III Conferência Nacional de Educação, faz-se mister construir e equipar, até 1970, mais de 140.000 salas de aula;

- que, face à exiguidade de recursos disponíveis quer federais, quer estaduais ou municipais, urge criar a consciência da importância dos aspectos econômicos e financeiros dos programas de construções escolares, notadamente a preocupação da redução dos seus custos;

- que o Serviço Social da Indústria - SESI -, e o Serviço Social do Comércio - SESC -, órgãos ligados ao setor assistencial, vêm promovendo, através de financiamentos, a construção de conjuntos habitacionais e centros sociais em quase todos os estados do Brasil;

- que há vinculação entre habitação ou centro social e escola, pois a construção de conjuntos habitacionais, ou centros sociais, por si só vem justificar a construção de pelo menos uma escola, o que quando não ocorre vem agravar ainda mais e de forma substancial o déficit de salas de aula na região.

- que o custo da construção da escola tem, direta ou indiretamente, incidência nos orçamentos familiares das comunidades e que a ausência da escola acarretará, indiscutivelmente, maiores malefícios a estas comunidades;

S U G E R E

Art. 1º Que o Serviço Social de Indústria - SESI - e o Serviço Social do Comércio - SESC - prevejam nos próximos projetos habitacionais ou de centros sociais a construção de uma escola primária, a qual será mantida com a colaboração do Estado ou Município em que se localize o conjunto ou centro.

Art. 2º Que estas escolas sejam projetadas em locais adequados e com um número de salas determinado em função de população prevista nos conjuntos ou centros e da demanda estimada de crianças de 7 a 14 anos, calculando-se a média de 35 alunos por classe.

Art. 3º O GNDCE apresentará quando solicitado normas e sugestões de projetos e estudos técnicos disponíveis a respeito, para que melhor sejam satisfeitas as exigências pedagógicas nas construções das escolas.

Art. 4º Nos Estados que já tiveram constituído o seu Grupo Estadual de Desenvolvimento das Construções Escolares este deverá ser consultado a respeito de novos projetos de construções escolares e poderá inclusive, quando assim julgar conveniente, concluir da não necessidade de construção de mais um conjunto escolar.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, em busca de processos de construções mais rápidos e econômicos, procura, através de demonstrações práticas de empresas construtoras, pesquisar os processos que colimem o seu objetivo.

Assim, atendendo a uma oferta de MONTANAIS/A, resolveu patrocinar a experiência-demonstração desta firma, com o objetivo de, aferir de as fases dessa demonstração, iniciar a primeira experiência, que fará parte do seu cadastro de outros processos de pré-fabricação, que uma vez selecionados, possam merecer o apoio oficial para ampliação de suas indústrias, com o fim de atender à enorme demanda de construções no país.

Convidados pelos patrocinadores, acham-se presentes a esta demonstração, os técnicos dos seguintes órgãos: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara, Banco Nacional de Habitação, Prefeitura de Petrópolis, COHAB do Estado do Rio de Janeiro e COHAB do Estado da Guanabara.

Reunidos todos em Nogueira, 2º Distrito de Petrópolis, às nove horas do dia 4 de novembro de 1967, junto ao local da obra, constataram: no terreno, com as fundações já executadas, achavam-se os elementos modulados, constantes de placas pré-moldadas, que na ocasião, foram transportadas dando início à montagem do prédio.

Voltando ao local às..... horas, estava sendo terminada a montagem, que foi completada às..... horas, já com paredes, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, fôrro de lage e telhado.

Ficou assentado que os observadores da experiência voltarão ao local da mesma em dia a ser marcado, a fim de presenciarem a apresentação definitiva da construção.

Petrópolis, 4 de novembro de 1967.

OF. 1322

Em 29 de setembro de 1967

Do Coordenador substituto do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Ao Ministro da Educação e Cultura

Assunto: resumo das atividades do GNDCE e pedido de providências para a instalação definitiva da Secretaria do Grupo no Palácio da Cultura.

Senhor Ministro:

Para uma melhor apreciação dos nossos trabalhos, resumimos abaixo as nossas atividades:

1 - Dividiu-se o Grupo em dois sub-grupos, onde um se incumbiu dos problemas construtivos e outro, dos econômicos e administrativos.

2 - Além das dezessete reuniões realizadas até a presente data, o Grupo incorporado fez viagens e contatos em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Itajaí, e desses contatos chegou a várias conclusões, entre as quais se destacam:

a) necessidade urgente e inadiável de uma reformulação na infra-estrutura administrativa do sistema de construções escolares em todo o território nacional.

b) a urgência de se encontrarem soluções mais rápidas e econômicas que os atuais sistemas convencionais de construção.

E para prosseguimento dos trabalhos, foi estabelecido o seguinte roteiro, que servirá de base ao nosso futuro desempenho:

1. Determinação do déficit de salas de aula até 1975:

- 2.1. Projeção da faixa etária de 0-4 anos até 1975;
- 2.2. Projeção da faixa etária de 0-6 anos até 1975;
- 2.3. Projeção da faixa etária de 7-14 anos até 1975;
- 2.4. Necessidades globais de salas até 1975;
- 2.5. Distribuição destas necessidades por regiões;
- 2.6. Projeção do uso de salas que se tem e que se espera ter até 1975, se nada se alterar;
- 2.7. Cálculos dos déficits anuais até 1975;
- 2.8. Conclusões: o Problema está se agravando ou não?
Estão se criando mais vagas do que o aumento da população, na faixa de 7-14 anos ou não?

2. O que seria construído:

- 3.1. Apresentação de projetos padrões com suas vantagens e desvantagens nas diversas regiões do país.
- 3.2. Discussão dos diversos processos construtivos com suas vantagens e desvantagens.
- 3.3. Determinação do preço por m² construído nas diversas regiões.
- 3.4. Conclusões.
- 3.5. Impacte de um programa de construções escolares nas indústrias de materiais de construção.

Excelentíssimo Senhor
Dr. Tarse Dutra
DD. Ministro da Educação e Cultura

3. Determinação do custo teórico do programa:
 - 4.1. Quanto custaria construir tudo?
 - 4.2. Qual o prazo em que se poderia executar o programa?
 - 4.3. Quanto ter-se-ia que despende por ano?
4. Determinação de quanto disporia o governo se tudo se comportasse como vem se comportando até agora.
5. Pontos em que o sistema atual poderia ser melhorado:
 1. Estrutura dos diversos sistemas estaduais de construções escolares;
 2. Simplificação do processo de liberação de verbas, tanto do Ministério da Fazenda para o Ministério da Educação, quanto deste para as diversas Secretarias de Educação.
 3. Criação de um fundo de Ensino Primário que evitasse que as verbas não utilizadas caíssem em exercício findo.
6. Discussão das alternativas:
 - 7.1. Executasse o programa com recursos próprios;
 - 7.2. Busca-se recursos externos. Neste caso determinar qual a participação dos recursos externos na execução do programa.
7. Dificuldades de obtenção de recursos externos.
 - 8.1. A Carência;
 - 8.2. Os juros;
 - 8.3. Condições de pagamento;
 - 8.4. O aval;
 - 8.5. O repasse;
 - 8.6. Controle dos governos estaduais.
8. Fixação dos critérios de escolha dos estados que estariam mais preparados para receber o empréstimo.
 - 9.1. Disponibilidades de professores;
 - 9.2. Necessidades;
 - 9.3. Estrutura do sistema de construções escolares;
 - 9.4. Existência de um programa de construções escolares;
 - 9.6. Conclusões.
9. Custo aproximado do programa de construções escolares em cada estado escolhido para receber ajuda federal.
10. Estudo de viabilidade da criação de um "Fundo de Financiamento à Construção Escolar".
 - 11.1. Necessidade da participação da iniciativa privada no programa de construções escolares;
 - 11.2. Estudo de rentabilidade de uma escola;
 - 11.3. Determinação de quais as cidades nas quais seria viável a participação da iniciativa privada no programa de construções;
 - 11.4. Em que proporções a iniciativa privada participaria deste programa;
 - 11.5. Cálculo das necessidades do fundo;

11. Conclusões

No entanto, Sr. Ministro, em face do estágio atual de nossas atividades, encarece a Vossa Excelência a necessidade de serem tomadas providências para a urgente instalação de nossa Secretaria, no próprio prédio do Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, onde além do equipamento necessário, contássemos com pelo menos uma datilógrafa e um contínuo dedicados exclusivamente às tarefas do Grupo.

Creia Vossa Excelência que do atendimento desta solicitação depende a eficiência do prosseguimento de nossas atividades e até mesmo o sucesso da missão a nós confiada.

Prevaleço-me do ensejo pra transmitir a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e consideração.

Ass.) Roderico Pimentel

Coordenador substituto do GNDCE

À Secretaria Geral, com urgência. 30.9.67

Ass.) Tarse Dutra

1) - Ouça-se a Sec. Executiva do P.N.E. quanto à matéria de direito.

2) - Ao Dr. Aprígio quanto à matéria de fato.

Em 3.10.67

Ass.) Edson Franco

Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação

Senhor Secretário-Geral,

O exame do roteiro de trabalho a que se propõe o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares evidencia a relevância de suas funções e a urgência da tarefa que lhe foi delegada.

Percebe-se, a um primeiro exame, a absoluta necessidade de entrosamento entre a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação e esse Grupo, visto que seus levantamentos e projetos em muito aceleraram e aperfeiçoaram a execução do PNE., especialmente no que concerne à execução delegada às prefeituras municipais através de convênios diretos, as quais poderiam receber do GNDCE relevante assessoria.

Neste exercício, a Lei de Meios consignou recursos substanciais para este programa, montante NCr\$ 30 515,00, que deverão ser aplicados preferencialmente na construção e equipamento de escolas de 1 e 2 salas. O mecanismo de transferência dos recursos em vigência exige, por parte das entidades que solicitaram convênio, a apresentação de uma série de documentos entre estes se inclui o projeto de construção. Recebemos no ano de 1967 - 3.500 pedidos de todo o Brasil, muitos deles apresentando plantas com evidentes falhas técnicas, mesmo para o exame de leigos no assunto. Por outro lado, o orçamento e especificações dos serviços são muitas vezes, elaborados sem qualquer orientação especializada, o que resulta em estimativas aquém ou além dos custos reais, provocando, em um caso, desperdício dos recursos públicos, e, em outro, obras inacabadas.

Era pensamento desta Secretaria Executiva instalar junto ao Setor de Convênios Diretos uma seção de projetos e plantas para que

em vez de receber das prefeituras municipais plantas muitas vezes inadequadas, pudéssemos distribuí-las, aperfeiçoando o tipo das construções. Tal fato também disciplinaria os orçamentos e permitiria a avaliação do custo dos programas a executar.

Evidente que não haveria padronização de projetos, posto que isso seria um absurdo, face à diversificação ecológica deste país-continente, no entanto, asseguraríamos obras construídas dentro dos modernos padrões da arquitetura escolar.

O conhecimento do programa de trabalho do GNDCE nos anteviu a possibilidade de recebermos dele a assessoria técnica de que necessitamos para tal instalação, ou, quem sabe, até a possibilidade de fornecimento dos projetos e orçamentos-padrão.

Quanto à execução delegada aos governos estaduais, através de convênios com as secretarias de educação, as plantas e projetos estão a cargo de seções de engenharia locais, funcionando junto aos escritórios de Execução do PNE. Com estes, seria sobretudo benéfico um intercâmbio, inclusive até um seminário nacional de construções escolares, para a discussão e apresentação de projetos e soluções adequadas às diferentes unidades federadas, bem como o cálculo dos custos de construção nas diversas regiões.

Isto pôsto, permita, Senhor Secretário, que ponderasse alguns pontos que julgo fundamentais:

1 - a política de expansão de oportunidades de escolarização primária visando à meta final de universalizá-la deve se preocupar com uma multiplicidade de fatores, entre os quais por certo, avulta o de expansão física da rede, todavia, sem ser o único nem o mais sério. Lembraria apenas de passagem:

- A - equipamento
- B - formação de professores
- C - formação de supervisores e diretores
- D - serviços educacionais - alimentação e transporte
- E - Material didático e escolar

2 - a busca de outras soluções-compacto para o problema, através da escolarização asistemática.

3 - O perigo de tomar a União a seu cargo a responsabilidade do problema, fugindo da assistência técnica e financeira, em caráter supletivo como determina a Constituição do Brasil.

4 - O relatório aponta como elementos em que o sistema atual poderia ser melhorado: a simplificação do processo de liberação de verbas para as diversas Secretarias de Educação e a criação de um fundo de Ensino Primário, evitando que as verbas não utilizadas caíssem em exercício findo.

No primeiro caso por certo desconhece o Grupo o esforço deste serviço com vistas à aceleração de entrega dos recursos obtidos através dos seguintes mecanismos:

a) descentralização administrativa com serviço de contabilização e controle próprios e autoridade para a liberação no âmbito de Secretaria Geral e até da Secretaria Executiva, como é o caso do programa "Escolas de Fronteiras".

b) distribuição dos recursos em duas parcelas.

c) distribuição do Manual de Execução do PNE com instruções minuciosas descendo aos menores detalhes do processo de controle e avaliação do MEC

d) constante viagens de auditoria

No segundo caso, a criação do fundo é anti-constitucional. O que se torna necessário é que o Ministério da Fazenda cumpra os dispositivos do Decreto-lei nº 96, que se refere a sua obrigação de liberar os recursos financeiros dentro de um cronograma de desembolso racional permitindo às unidades orçamentárias executarem seus projetos em tempo hábil.

5 - Finalmente, renova-se, aqui, a discussão de Financiamento para Educação, assunto que empolgou os plenários do ENPLA, combatido

por uns e defendidos por outros, ressaltando, todavia, toda a necessidade de dar rentabilidade máxima aos escassos dinheiros públicos para a educação - Banco da Educação, Carteira junto ao Banco do Brasil ou agora, Fundo de Financiamento à Construção Escolar seja qual for a solução fomos arduos partidários da urgência da adoção da medida e da viabilidade de sua execução.

À consideração superior.

Em 30.01.68

Ass.) Ecilda Ramos de Souza
Secretária Executiva do PNE

Louvo o brilhante parecer. Transcrever ao interessado. Comunique-se de nesse procedimento à Sec. Ex. do PNE, para promover o entrosamento.

Em 2.2.68

Ass.) Edson Franco

GNDCE/Cópia/zpc/25.4.69

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Port. nº 61.627/67

Ao Senhor Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para, por gentileza, informar da possibilidade de instalar o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares nas salas 1009 e 1010, uma vez que o referido Grupo está vinculado ao referido Instituto.

Em 22 de maio de 1968

Ass.) Dr. Aprígio - CT/Br.

Em face da modificação que se estão processando na distribuição da área disponível no 10º andar, onde se acham instalados os setores de atividade do INEP, será reservado espaço para o GNDCE nas salas 1009 e 1010.

Devolva-se, isto é, transmita-se o processo ao GNDCE para exame do parecer de fls., da Secretaria Executiva do PNE e suas implicações.

18.6.68

Ass.) Carlos Correa Mascaro

21 de julho de 1967

CONSIDERANDO finalmente que neste sentido já foram feitas experiências com sucesso em alguns Estados;

RECOMENDA

1. que cada Unidade da Federação reveja o seu sistema de promoção nos cursos primários e procure adaptá-los a normas racionais que resultem em maior rendimento e possam atingir as metas educacionais do País, de forma a regularizar o fluxo dos alunos pela escola, dando maior vazão ao sistema e descongestionando-o, para permitir, a curto prazo, a escolarização total da criança brasileira e a efetivação da obrigatoriedade da frequência escolar.
2. que, visando ainda ao descongestionamento, seja estudada, na distribuição da matrícula, uma forma de serem consideradas as faixas etárias, reunindo sempre que possível nos turnos diurnos (até às 17hs.), as faixas de 7 a 11 anos, e deslocando para o turno vespertino (a partir de 17 hs.) os alunos de 11 a 14 anos, a fim de chegar-se, em médio prazo, à regularização da matrícula por idade e ao seguimento progressivo do aluno na passagem do ensino primário para o médio.

Recomendação:
GNDCE - 01/67

RECOMENDAÇÃO QUE O GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES SUBMETE AO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO.

O GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, nº 61.050, de 21 de julho de 1967, consubstanciado no item 6 do art. 2º das Normas Regimen - tais e, considerando:

- que o decreto 61.050, de 21 de julho de 1967 deu competência para, em cumprimento dos seus encargos, solicitar, de serviços públicos federais, a colaboração que fôr julgada necessária;

- que, dentre os seus encargos, compete ao GNDCE realizar estudos e pesquisas sobre construções escolares e prestar assistência aos Estados e Municípios, sobre a matéria de sua competência;

- que, para atingirmos as metas fixadas no Plano Nacional de Educação, que procura corresponder aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em particular os da Conferência de Santiago, segundo estudos realizados pelo Ministério de Educação, e apresentados na III Conferência Nacional de Educação, faz-se mister construir e equipar, até 1970, mais de 140.000 salas de aula;

- que, face à exigüidade de recursos disponíveis, quer federais, quer estaduais ou municipais, urge criar a consciência da importância dos aspectos econômicos e financeiros dos programas de construções escolares, notadamente a preocupação da redução dos seus custos;

- que, o Banco Nacional de Habitação, órgão vinculado ao setor habitacional, vem promovendo, através do financiamento, a construção de conjuntos habitacionais em todos os estados do Brasil;

- a vinculação existente entre habitação e escola, pois a construção de conjuntos habitacionais, em geral, por si só, vem justificar a construção de pelo menos uma escola, que quando não o corre, vem agravar substancialmente o déficit educacional na região.

- que, o custo da construção da escola tem, direta ou indiretamente, incidência nos orçamentos familiares das comunidades e que a ausência da escola acarretará, indiscutivelmente, maiores malefícios a estas comunidades;

- que, na construção de conjuntos habitacionais, faz-se necessária a edificação de um galpão com instalações de almoxarifado e escritório de obra, além de algum equipamento sanitário, cujo custo está computado no custo global das habitações.

- que, a adaptação deste galpão, em uma escola, se ele já fôr projetado prevendo-se este aproveitamento, acarretará um acréscimo de custo desprezível, cuja incidência na prestação da amortização das unidades habitacionais seria praticamente nula, e, portanto não interferindo no programa daquele organismo de crédito.

- que em todas as obras como as da Petrebrás, Serviço Social da Indústria e do Departamento Nacional da Estrada de Rodagem ocorrem situações similares,

SUBMETE A SEGUINTE RECOMENDAÇÃO:

1ª - Que o Banco Nacional da Habitação preveja nos próximos projetos de conjuntos habitacionais a construção de uma escola primária, a qual será doada ao estado ou município em que se localize o conjunto. Esta escola poderá ser construída a partir do galpão destinado ao almoxarifado e escritório da obra, galpão este adaptado convenientemente segundo projeto previamente aprovado por este Banco.

2ª - Que estas instalações sejam localizadas nas áreas destinadas a escolas, no conjunto.

3ª - O número de salas desta escola deverá ser determinado em função da população prevista nos conjuntos e da demanda estimada de crianças de 7 a 14 anos, calculando-se a média de 35 alunos por classe.

4ª - O GNDCE apresentará, quando solicitado pelo BNH, sugestões de projetos e estudos técnicos disponíveis a respeito, para que melhor sejam satisfeitas as exigências pedagógicas nas construções de escolas.

VIAGEM DO SUB-GRUPO "A" PORTO ALEGRE

Com o objetivo de colher dados para as pesquisas que vêm realizando o sub-grupo, foi cumprido um programa de viagem a Porto Alegre cujas observações consubstanciamos nos seguintes itens:

1 - Visitamos o grupo industrial constituído das organizações SYN TEKO S/A, Resinas Sintéticas e Plásticas S/A e Madequímica S/A.

A visita teve como principal objetivo observar os recursos que o referido grupo industrial dispõe para elaborar na solução do problema da pré-fabricação.

Da visita concluímos:

a - Com o material de que já dispõe a Empresa foi montada uma casa pré-fabricada de boas características técnicas.

b - Com o propósito de evoluir no campo da pré-fabricação a mesma Empresa deverá lançar no início do próximo ano modelo de elevadas características técnicas baseadas em patentes alemãs.

c - O sub-grupo testemunhou que o parque industrial visitado tem realmente condições técnicas e organização para conseguir os objetivos a que se propõe no campo da pré-fabricação.

2 - A segunda indústria visitada foi Madeireira Aquilino Zatti Ltda (Mazedatti) de Caxias do Sul - R.G. do Sul.

Da visita concluímos:

a - O sistema é simples, constituído de painéis pré-fabricados em taboas de friso.

b - Sem maiores recursos técnicos é entretanto um modelo que poderá atender limitadas áreas em caráter de emergência.

c - Segundo o fabricante o seu custo é aproximadamente de... NCr\$ 80,00 o m2 em Porto Alegre, limite que o sub-grupo considera aceitável.

3 - O sub-grupo visitou com o mesmo objetivo a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHABERS) obtendo uma planilha com as especificações resumidas de 16 protótipos construídos na Vila Santa Anita.

Outro dado colhido na mesma Companhia foi o da adaptação dos escritórios de obra para prédios escolares.

Experiência de grande interesse tendo em vista recente recomendação do G.N.D.C.E. encaminhada ao B.N.H.

4 - Além de visitas de cortesia realizada ao Sr. Secretário de Educação do Est. do Rio Grande do Sul o Sub-grupo manteve reuniões com seus assessores, colhendo dados importantes sob os aspectos administrativos didáticos e técnicos.

A visita foi estendida aos órgãos técnicos da Secretaria de obras com o mesmo objetivo.

Na oportunidade o Sub-grupo comunicou as autoridades que o grupo industrial SYNTEKO S/A se prontificou a fazer uma experiência um turno a ser indicada pela Diretoria de Ensino Primário do Estado.

(MINUTA DE RECOMENDAÇÃO)

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, usando das atribuições que lhe confere o Art. 2º, inciso V. do Decreto nº 60.155 de 27 de janeiro de 1967, e

Considerando que é objetivo do Governo Federal tornar efetivo e viável o ensino primário obrigatório;

Considerando que um dos obstáculos encontrados tem sido a escassez de recursos;

Considerando que estes recursos embora escassos tem sido mal aplicados;

Considerando que uma das principais causas da má aplicação de recursos tem sido a multiplicação dos órgãos encarregados do planejamento das construções escolares verificadas em diversos estados e que tem causado uma duplicação de trabalhos desnecessário e prejudicial quando o que deveria haver era uma conjugação de esforços tornando-os convergentes em direção ao objetivo comum;

Considerando que existem dificuldades reais de ordem política e administrativa que impedem que a unificação dos diversos órgãos encarregados do planejamento das construções escolares se faça rapidamente;

Considerando que apesar disto esta unificação é desejável e essencial deve permanecer como um objetivo a ser alcançado,

RECOMENDA:

Art. 1º - Que os Estados Evitem daqui por diante a criação de novos órgãos de planejamento de construções escolares.

Art. 2º - Que seja criado em cada Estado um Grupo Estadual de Desenvolvimento das Construções Escolares, Grupo este que funcionaria como um Conselho onde estariam representados, por elementos de alto nível, todos os órgãos encarregados do planejamento de construções escolares estaduais e que funcionaria subordinado a Secretaria Estadual de Educação.

Parágrafo único - A cada Grupo Estadual do Desenvolvimento das Construções Escolares competiria basicamente:

I - Discutir e aprovar projetos de localização de novas escolas afim de evitar que órgãos diferentes construam mais salas de aulas em um local do que o necessário criando capacidade ociosa e desperdiçando recursos.

II - Promover intercâmbio de informações entre os diversos órgãos encarregados do planejamento das construções escolares.

III - Manter intercâmbio com o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

IV - Prestar assistência técnica aos Municípios, quando solicitado, em matéria de:

a - realização de levantamentos de prédios e equipamentos;

b - elaboração de mapas de localização;

c - organização de cadastros de prédios escolares;

d - estabelecimentos de escalas de prioridade;

e - organização de programas de obras de previsão de investimento;

f - elaboração de programas-padrão de prédios escolares;

g - determinação de normas pedagógicas e técnicas;

h - apreciação de prédios construídos segundo projetos arquitetônicos feitos de acordo com programas padrão;

i - definição de critérios de modulação das estruturas e dos elementos constitutivos da construção;

j - indicação do equipamento para os diferentes tipos de ambientes escolares;

l - preparação de programas de conservação;

m - aperfeiçoamento e treinamento da pessoal técnico.

RECOMENDAÇÕES

- 1 - Unidade de planejamento e execução da política de construção escolar estadual.
- 2 - Apreciação, pelos Estados, dos planos municipais de construção escolar.
- 3 - Adoção de sistema de aprovação semi-automático como medida de redução do déficit de salas de aula.
- 4 - Recenseamento de 1970.

**ATA DA 31ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 1º de agosto do corrente reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausentes os representantes do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva, do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornelas.

ESCOLHA DE CANDIDATOS PARA O CURSO DO CONESCAL - Foi debatida a indicação de mais 3 bolsistas para o curso do CONESCAL.

ELABORAÇÃO DE NORMAS PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES - De acordo com decisões anteriores a reunião foi transformada em trabalho de comissão para assessorar o Arq. Renato Ferreira de Sá na elaboração das normas acima mencionadas.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 1º de agosto de 1969.

**ATA DA 30ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 24 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e Profª. Elza Nascimento Alves; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausentes, Econ. Valécio Ornellas, representante do Banco Nacional de Habitação e Engº. Luiz Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento.

O Arq. Renato Ferreira de Sá apresentou à consideração do Grupo uma introdução explicativa sobre o alcance das normas para projetos de construções escolares, em elaboração, tendo em vista levar os administradores escolares a colocarem a ordenação do planejamento do prédio escolar dentro de uma perspectiva global do problema.

O Engº. Luís Augusto dos Santos Braga submeteu também ao Grupo um roteiro básico para viagens aos Estados.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, G.B., 24 de julho de 1969.

**ATA DA 29ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 22 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram o representante do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausentes, Profº. Elza Nascimento Alves, representante do Ministério da Educação e Cultura e o representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

TRABALHO DAS COMISSÕES - Os membros presentes resolveram, de acordo com a decisão tomada na 7ª reunião do Grupo, realizada em 29 de abril do corrente ano, por em prática o sistema de trabalho em comissões.

SUGESTÃO NO SENTIDO DE PUBLICAR OS TRABALHOS DOS MEMBROS DO GRUPO

A Profº. Zenaide Cardoso Schultz, sugeriu ao Grupo que os trabalhos dos membros deveriam ser selecionados para publicações; seria criado, então, um sistema frequente de comunicação do GNDCE com os Estados e demais entidades responsáveis por construções escolares.

VIAGEM DOS MEMBROS DO GRUPO - O representante do Ministério da Fazenda ressaltou a importância das viagens que os membros do Grupo deverão fazer, reiterando a necessidade de serem realizadas, prioritariamente, na região nordeste e norte, sugestão essa que encontrou acolhida unânime dos membros presentes.

ELABORAÇÃO DE NORMAS PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES - O Arq. Renato Ferreira de Sá continuou a debater com o Grupo a elaboração de normas acima referidas.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA VERBA DE CONSUMO - O Secretário-Execu-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

tivo relatou as necessidades do Grupo no que diz respeito a materiais para consumo, solicitando ao Grupo opinião a respeito. A Prof^a. Zenaide Cardoso Schultz prontificou-se a verificar quais seriam as quantidades necessárias dos aludidos materiais.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 22 de julho de 1969.

**ATA DA 28ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 17 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, o representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas.

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DO GNDCE NA ASSESSORIA DA SECRETARIA-GERAL DO P.N.E. - Considerando que o ofício da Secretaria-Geral do PNE em nada esclarece acerca da possibilidade de participação do Grupo na Assessoria do P.N.E. acrescentando o fato que a exposição feita naquele ofício, não corresponde à situação atual do Grupo, os membros presentes, por unanimidade, resolveram sugerir ao Coordenador do Grupo o arquivamento do aludido processo.

VISITA AO GNDCE DOS MEMBROS DA DIVISÃO DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA GUANABARA - O Grupo recebeu a visita de 2 Arquitetas do supra mencionado órgão, que estão prestando colaboração ao trabalho do Arq. Renato Ferreira de Sá, referente à elaboração de normas globais para as construções escolares.

APLICAÇÃO DE VERBA DO INEP PARA CONSUMO - Os membros do Grupo debateram a utilização da verba de consumo de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos).

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 17 de julho de 1969

**ATA DA 27ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 15 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, o Engº. Luiz Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento.

ANÁLISE DO SISTEMA DE TRABALHO DO GRUPO - O Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do MEC, referindo-se ao sistema de trabalho do GNDCE, ressaltou as dificuldades de um Grupo de trabalho criado nos moldes do presente, sugerindo que o GNDCE deveria se transformar em um grupo executivo a fim de poder traçar diretrizes nacionais para a política de construções escolares bem como ter meios de executá-las.

SUGESTÕES DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO INTERIOR - O Gen. Luís Mendes da Silva, concordando com a sugestão do representante do MEC, reiterou a importância do envio do questionário para a continuação dos trabalhos do Grupo.

UTILIZAÇÃO DE PRÉ-MOLDADOS - O representante do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá expôs ao Grupo vários problemas sobre a utilização de pré-moldados na construção de escolas.

DISTRIBUIÇÃO DO QUESTIONÁRIO - Foi distribuído aos membros do Grupo o questionário, definitivamente elaborado, que será enviado aos Secretários de Educação dos Estados.

NORMAS GERAIS PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES - Foi discutido pelo Grupo a elaboração de normas gerais para construção escolar que deverão ser elaboradas pelos representantes do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá e do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos

Braga, assessorado pelo Arq. Luiz de Lima Acioli.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 15 de julho de 1959

**ATA DA 26ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 10 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram a representante do MEC, Profa. Elza Nascimento Alves; representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausentes o representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; representante do Ministério da Fazenda, Arq. Luís Augusto dos Santos Braga; do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva e representante do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá.

OFÍCIO PARA INSTRUIR O ENVIO DO QUESTIONÁRIO AOS ESTADOS - O Secretário-Executivo submeteu aos membros presentes, o ofício que deverá ser enviado aos Secretários de Educação dos Estados com a finalidade de solicitar o preenchimento dos questionários.

PROCESSO INEP 1970/69 E 1792/69 - Os membros do GNDCE, tomando conhecimento dos aludidos processos, chegaram à conclusão de que os mesmos são de competência do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, ficando então assentado sua devolução ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura com relatório a respeito.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 10 de julho de 1969.

**ATA DA 25ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 8 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; o representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, por motivo justificado, os representantes do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga, do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva e o representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas.

INFORMAÇÃO SOLICITADA PELO REPRESENTANTE DO MEC - O Arq. Renato Ferreira de Sá solicitou à Profª. Zenaide Cardoso Schultz informações sobre os órgãos encarregados de construções escolares no âmbito federal, estadual e municipal, bem como sobre os déficit de salas de aula dos níveis médio e primário.

ENVIO DO QUESTIONÁRIO AOS ESTADOS - O Grupo terminou a elaboração do questionário, objeto de vários debates em reuniões anteriores, que deverá ser enviado aos Secretários de Educação de todos os Estados da Federação, através de ofício do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

SUGESTÕES PARA CRIAÇÃO DE GRUPOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES - O representante do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá sugeriu ao Grupo a criação de grupos regionais que venham a facilitar o trabalho do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 8 de julho de 1969.

**ATA DA 24ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 3 de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial da Coordenação.

Ausente, o Engº. Luiz Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento.

OBJETIVOS DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES - O representante do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá, sugeriu que cada membro do Grupo, apresentasse, por escrito, sua própria conceituações sobre o problema de construções escolares, ou seja, que relatassem suas idéias (quaisquer que sejam) de como poderia ser resolvido o aludido problema.

SUGESTÕES NO SENTIDO DE MANTER CONTÁTOS COM AS EMPRESAS DEDICADAS AO RAMO DE CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADA - A Profª. Zenaide Cardoso Schultz sugeriu que o Grupo mantivesse contatos com as empresas dedicadas à construção de pré-fabricado, para que fosse possível fazer um diagnóstico das possibilidades de ser usado, no Brasil, a pré fabricação de escolas. O Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do MEC ponderou que a primeira necessidade do Grupo era estabelecer normas próprias e definitivas antes de promover os contatos sugeridos.

SUGESTÃO DA REPRESENTANTE DO MEC - A Profª. Elza Nascimento Alves sugeriu que o GNDCE preparasse um seminário com os Secretários de Educação dos Estados e autoridades estaduais encarregadas das construções escolares, para que o Grupo pudesse atingir algumas de suas finalidades.

EXPOSIÇÃO SOBRE AS NORMAS ELABORADAS PELO REPRESENTANTE DO MEC - O Arq. Renato Ferreira de Sá expôs ao Grupo o funcionamento das normas básicas que servirão de base para elaboração do Código de Construções Escolares.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presen-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

te ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 3 de julho de 1969.

FCAL/zpc.

**ATA DA 23ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 1º de julho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram o representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva e o representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas.

Ausentes, por motivo justificado, os representantes do MEC, Prof. Elza Nascimento Alves, Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger e o representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

COMUNICAÇÃO DO CONESCAL ACERCA DO CURSO QUE SERÁ REALIZADO EM OUTUBRO
O Secretário-Executivo esclareceu ao Grupo, que o curso do CONESCAL será iniciado em outubro conforme comunicação deste órgão (Proc. INEP - 2105/69) assim sendo seria oportuno que o Grupo providenciasse a indicação dos 2 (dois) outros bolsistas para o referido curso, uma vez que já existe a indicação do Arq. ROBERTO DE ARAÚJO LIMA.

TEMAS RELACIONADOS COM CONSTRUÇÕES ESCOLARES, VENTILADOS NA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - A Profª. Zenaide Cardoso Schultz prestou informações sobre os temas de interesse do GNDCE debatidos na IV Conferência Nacional de Educação realizada em São Paulo, ressaltando, principalmente, a experiência que está sendo realizada pelo Estado do Maranhão.

CONTINUAÇÃO DOS DEBATES A RESPEITO DO QUESTIONÁRIO - Os membros do Grupo continuaram o debate a respeito da elaboração do questionário que deverá ser enviado aos Estados.

DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS DO CONESCAL - O Secretário-Executivo distribuiu aos membros presentes, trabalho enviado pelo CONESCAL sobre "Análises de Projetos e Programação Para um Financiamento Internacional".

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 1º de julho de 1969

**ATA DA 22ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 24 de junho de 1969, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares. O Coordenador do Grupo, Dr. Guido Ivan de Carvalho não compareceu à reunião por se encontrar em São Paulo, presente à IV Conferência Nacional de Educação.

Ausentes, por motivo justificado, os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves, Arq. Renato Ferreira de Sá e o representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

ENVIO DO QUESTIONÁRIO AOS ESTADOS - Foram discutidos aspectos da elaboração do questionário, bem como a oportunidade do seu envio aos vários Estados da Federação.

OFÍCIO AOS SECRETÁRIOS DE OBRAS DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS - O representante do Ministério do Interior, comprometeu-se a enviar, através das representações dos territórios, os ofícios do GNDCE solicitando o Código de Obras e outras normas acaso existentes, no tocante à disciplina das construções escolares.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GE., 26 de junho de 1969.

**ATA DA 21ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 24 de junho de 1969, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação da representante do MEC, Profª Elza Nascimento Alves, substituindo o Diretor do INEP que se encontrava em S. Paulo, presente à IV Conferência Nacional de Educação.

Compareceram ainda a essa reunião os representantes do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá; do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Diretor do INEP.

Deixou de comparecer, por motivo justificado, o representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva.

TRADUÇÃO DE TRABALHO PUBLICADO NA REVISTA CONESCAL - O representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger, distribuiu aos membros do Grupo cópias de tradução do artigo "Problemática de um plano de Construções Escolares", publicado na revista CONESCAL nº 11.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHO - O Arq. Renato Ferreira de Sá apresentou trabalho elaborado juntamente com o Assessor Arq. Luís de Lima Ació 11: "ESQUEMA DE NORMAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS".

PUBLICAÇÃO DO CONESCAL - A Profª. Elza Nascimento Alves submeteu à consideração do Grupo a publicação "Carta de Construcciones Escolares".

CORRESPONDÊNCIA DO CONESCAL - Foi examinada pelos membros presentes a carta em que o Diretor do CONESCAL solicita ao Governo Brasileiro sugira à UNESCO um aumento da quota destinada àquele Centro, quando lhe for submetida a respectiva proposta orçamentária.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Elza Nascimento Alves, substituindo o Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 24 de junho de 1969.

ATA DA 20ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Às 14 horas do dia 19 de junho de 1969, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram a representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva e representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

A essa reunião não puderam comparecer os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá, do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga e do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

A representante do MEC apresentou aos membros presentes uma nova forma de questionário que o Grupo pretende enviar às Secretarias de Educação para levantamento dos elementos básicos que irão esclarecer sobre a política de construções escolares das diversas Unidades da Federação.

O questionário, assim reformulado pela Profª. Zenaide Cardoso Schultz e Profª. Elza Nascimento Alves, foi examinado pelos representantes do Ministério do Interior e do Banco Nacional de Habitação, que propuseram algumas alterações.

A representante do MEC esclareceu aos membros presentes que a Profª. Zenaide C. Schultz levaria o questionário para S. Paulo, a fim de testá-lo com os Secretários de Educação, que estariam presentes à IV Conferência Nacional de Educação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Elza Nascimento Alves, substituindo o Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, CB., 19 de junho de 1969.

**ATA DA 19ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 17 do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, por motivo justificado, o representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

A representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves, substituindo o Secretário-Executivo, apresentou à consideração dos membros presentes o questionário, remetido pelo CONESCAL, sobre principais materiais utilizado na construção de escolas e sistemas estruturais usados em "edifícios escolares padrão".

O Arq. Renato Ferreira de Sá, analisando os diversos itens do questionário, sugeriu respostas a vários deles, propondo-se a entrar em contato com o Dr. Prometeu da Silveira, do Banco Nacional de Habitação, que, possivelmente, poderá fornecer muitas das informações solicitadas pelo CONESCAL. Lembrou também que o Catálogo de Materiais de Construção, publicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, constituindo uma fonte rica de dados sobre a matéria do questionário, poderia ser juntado à resposta do Grupo.

O Engº. Luiz B. Stanger, sugeriu que o GNDCE se dirija ao Dr. Acácio Gomes, Engenheiro da Carteira de Exportação do Banco do Brasil, a fim de obter elementos relativos a tipos, volume, valor e destino de materiais de construção exportados.

Foi ainda distribuído material bibliográfico a dois dos membros presentes, para elaboração de resumos.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros presentes. Eu, Elza Nascimento Alves, estando ausente o Secretário-Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

**ATA DA 18ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 13 de junho do corrente reuniu-se, no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram a representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

A essa reunião não compareceram, por motivos justificados, os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá, do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga e do Ministério de Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

Constituiu assunto da reunião a carta entregue ao Senhor Ministro da Educação e Cultura pelo Diretor do CONESCAL, em que se propõe a elaboração de uma monografia nacional sobre construções escolares nos últimos anos, dentro do seguinte esquema:

- 1 - Apresentação
- 2 - Política e planos
- 3 - Estrutura administrativa
- 4 - Técnicas e processos de projetos arquitetônicos

Os membros presentes, após a leitura da carta, analisaram e discutiram os diversos itens do roteiro proposto, reconhecendo a impossibilidade de um trabalho imediato, pela falta dos dados essenciais.

Determinou-se que seria feita uma revisão do questionário que está sendo preparado para levantamento de informações junto às Secretarias de Educação, a fim de adaptá-lo ao esquema da monografia, sem que isto venha a implicar na retirada de outros aspectos de interesse para o GNDCE.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Elza Nascimento Alves, substituindo o Secretário-Executivo, que se acha licenciado por motivo de saúde, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

**ATA DA 17ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 10 de junho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, por motivo justificado, o representante do Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas.

DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO "AD HOC" - O Grupo designou a Profª. Elza Nascimento Alves para secretária "ad hoc" do grupo na ausência do Secretário-Executivo.

APRESENTAÇÃO DO ESBOÇO DE UM PLANO DE VIAGEM - O representante do Ministério da Fazenda apresentou um esboço de um plano para as viagens que deverão ser realizadas a partir do mês de julho próximo.

DEBATE SOBRE O PROBLEMA DE PRÉ-FABRICAÇÃO DE ESCOLAS NO BRASIL - Os membros do Grupo debateram a viabilidade econômica da pré-fabricação de escolas no Brasil. É opinião dos membros do GNDCE que, se o Govêr no não incentivar e apoiar a pré-fabricação de escolas, essa solução não poderá ser viável a médio prazo e, talvez, nem a longo prazo.

DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES DO CONESCAL AOS MEMBROS DO GRUPO - Foi distribuído material bibliográfico aos membros presentes para elaboração de resumos, a serem apresentados, por escrito e verbalmente, nas próximas reuniões.

CONVÊNIO COM O CONESCAL - A Profª. Zenaide Cardoso Schultz distribuiu cópias do convênio elaborado com o CONESCAL para que os membros do Grupo se manifestassem a respeito dos direitos e obrigações decorrentes deste documento.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a re digi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

ATA DA 16ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Às 14 horas do dia 3 de junho do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, por motivo justificado, o representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

VISITA DO DIRETOR DO CONESCAL ÀS ESCOLAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DO ESTADO DA GUANABARA - O Secretário-Executivo relatou ao GRUPO a visita feita pelo Dr. Gonzalo Abad Grijalva à Escola Primária LAUDÍMIA TROTTA, ao Ginásio PRADO JR., à Escola Integrada MARTIN LUTHER KING, e à ESCOLA ROMA.

SUGESTÕES PARA OS TRABALHOS DO GRUPO - A representante do Ministério da Educação, transmitiu ao Grupo, as seguintes sugestões do Dr. Gonzalo Abad Grijalva para a metodologia de trabalhos do Grupo:

1. - Leitura e resumo dos documentos do CONESCAL.
2. - Avaliação do esforço desenvolvido em construções escolares.
3. - Formulação de um plano de construções escolares a longo prazo.
4. - Análise, avaliação e planejamento de prédios para sugestões de novas fórmulas arquitetônicas para as escolas.
5. - Estudo de novas formas de distribuir e utilizar os espaços escolares.
6. - Promoção de cursos sobre construções escolares para elaboração de princípios e normas.

SUGESTÕES DA REPRESENTANTE DO M.E.C. - A representante do MEC sugeriu ao Grupo que estudasse a possibilidade de preparar um seminário de construções escolares antes que os membros do GNDCE fizessem a viagem programada aos Estados.

RELATÓRIO DO REPRESENTANTE DO M.E.C. - O representante do MEC relatou ao Grupo a visita do Dr. Gonzalo Abad Grijalva à Faculdade Nacional de Arquitetura, onde o visitante pronunciou conferência sobre o tema de construções de escolas superiores, assunto esse que só recentemente, começou a ser tratado pelo CONESCAL, e também, o almoço ofereci

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

do pelo GRUPO representado pelo Dr. Renato Ferreira de Sá, estando também presente o Arq. José Ricardo de Abreu, representante da Faculdade Nacional de Arquitetura.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 3 de junho de 1969.

**ATA DA 15ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 29 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Ministério da Fazenda, Arq. Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

VISITA DO DR. GONZALO ABAD GRIJALVA AO G.N.D.C.E. - O Grupo reuniu-se com os ex-bolsistas do CONESCAL, representantes de entidades ligadas à Estatística e Construção Escolar, para receber o Diretor do CONESCAL. Nesta reunião foram debatidos os assuntos programados na agenda da reunião, previamente acertado com o CONESCAL.

Os assuntos debatidos foram:

- 1) Organização e Funcionamento do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.
- 2) Normalização de Estatística Educacional.
- 3) Participação do Brasil no Conselho Diretor do CONESCAL.
- 4) Seleção de candidatos para o V Curso do CONESCAL.
- 5) Sede do IV Seminário Regional em 1970.
- 6) Bases para elaboração de uma Monografia Nacional sobre o programa das Construções Escolares, com o propósito de publicá-lo na Revista CONESCAL.

Após os debates o Dr. Gonzalo Abad Grijalva, fez longa exposição sobre o papel do CONESCAL na América Latina, e as inovações existentes no campo das Construções Escolares.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

**ATA DA 14ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 27 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas; Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Ausente, por motivo justificado, o representante do Ministério do Planejamento, Engº Luiz Bernfeld Stanger.

ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO - O Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do MEC considerando muito válido a elaboração do questionário, ponderou que o Grupo deve estudar o problema com profundidade para aprimorá-lo.

RECOMENDAÇÃO FORMULADA PELO GRUPO ANTERIOR - A Profª. Zenaide Cardoso Schultz leu uma série de recomendações do Grupo referentes à limitação dos órgãos encarregados das construções escolares.

INDICAÇÃO DE BOLSISTA PARA O CONESCAL - O Secretário-Executivo apresentou ao Grupo a indicação do Arq. ROBERTO DE ARAÚJO LIMA para uma das bolsas-de-estudo no Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina. Os membros do Grupo consideraram adequada a indicação do Arq. Roberto de Araújo Lima.

AGENDA DA REUNIÃO DO DIRETOR DO CONESCAL COM OS MEMBROS DO GRUPO - Ficou acertado a indicação do Arq. Roberto de Araújo Lima e de mais dois membros do Grupo para preencher as Bolsas-de-estudo no CONESCAL. Essa decisão será comunicada ao Diretor do Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

**ATA DA 13ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 22 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram a representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves; representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

A essa reunião não compareceram, por motivos justificados, os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e o representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

AGENDA DA VISITA DO DIRETOR DO CONESEC AL AO RIO DE JANEIRO

O Secretário-Executivo dando prosseguimento à agenda da visita do Dr. Gonzalo Abad Grijalva, informou que sábado, pela manhã, estão marcadas as visitas às escolas Roma, no Lido; Escola Integrada da Gávea e ao Colégio André Maurois.

DISCUSSÃO DA ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - O representante do Ministério do Planejamento, analisou as dificuldades que teriam as autoridades estaduais para responder o questionário proposto pelo representante do Ministério do Interior e revisto pela representante do Ministério da Educação e Cultura.

O representante do Ministério do Interior reiterou a importância que teria o questionário em pauta. O representante do Ministério do Planejamento considerou que não é oportuno, nesse momento, o envio destes questionários, aos Estados.

SOLICITAÇÃO AOS SECRETÁRIOS DE OBRAS DOS ESTADOS - O representante do Ministério do Interior, por solicitação do Secretário-Executivo, propôs-se a tentar conseguir um esquema indicando quais membros dos governos estaduais seriam mais indicados para que o GNDCE fizesse a solicitação formulada pelo Arq. Renato Ferreira de Sá em reunião anterior.

CONTINUAÇÃO DOS DEBATES SOBRE O QUESTIONÁRIO - Os membros do Grupo passaram a analisar, item por item, os vários tópicos do questionário -

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

rio, para que este represente a idéia do Grupo.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, 68.,

**ATA DA 12ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 20 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os Membros da Assessoria Especial do Coordenador.

A essa reunião não compareceram, por motivos justificados, os representantes do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stagger e Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

ADIAMENTO DA DISCUSSÃO DE PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO CONSELHO DIRETOR DO CONESCAL - O Coordenador adiou o debate sobre o processo em epígrafe, ponderando que seria aconselhável ouvir a totalidade dos membros do Grupo.

AGENDA DA VISITA DO DIRETOR DO CONESCAL AO RIO DE JANEIRO - Foram acertadas as principais providências para a visita do Diretor do CONESCAL nos próximos dias 29 e 30 do corrente mês, ficando estabelecido que o Diretor do CONESCAL participará da reunião do GNDCE às 14 horas do dia 29. Às 16 horas do mesmo dia haverá encontro com a imprensa.

No dia 30. pela manhã, às 10 horas, será realizado o encontro com o Diretor da Faculdade Nacional de Arquitetura. Às 14,30 horas, deste dia o Diretor do CONESCAL será recebido pelo Diretor do INEP, e em seguida pelo Sr. Ministro da Educação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,



**ATA DA 11ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 15 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Banco Nacional de Habitação, Econ Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

Deixaram de comparecer, por motivo justificado, o representante do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá e o representante do Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO EVENTUAL PARA O COORDENADOR DO GRUPO - Foram designados, pelo Coordenador, representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e Profª. Elza Nascimento Alves para substituí-lo, eventualmente, quando não lhe for possível dirigir os trabalhos.

ADIAMENTO DE DEBATES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO CONSELHO DIRETOR DO CONESCAL - Foi colocado em pauta para a próxima reunião, terça-feira, dia 20, a apreciação, da participação do Brasil no CONESCAL.

VISITA DOS MEMBROS DA SEÇÃO DE ARQUITETURA DA DIVISÃO DE CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA GUANABARA - Um grupo de Arquitetos, membros da seção acima mencionada, dirigida pela Profª. Heloisa Frankel, fizeram visita informal ao Grupo. Na ocasião foi exposto os objetivos da Divisão de Construções Escolares da Secretaria de Educação da Guanabara, que é o de assessorar a Secretaria de Educação, nas funções que lhe atribue o novo Código de Obras do Estado, no tocante a Construções de escolas primárias, secundárias e técnicas.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 15 de maio de 1969.



**ATA DA 10ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 13 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião compareceram os representantes do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves, Arq. Renato Ferreira de Sá; representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Arq. Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial do Coordenador.

RELATÓRIO FEITO PELA REPRESENTANTE DO MEC NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PELO GNDCE, SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANO DE EDUCAÇÃO - Nesse Relatório a representante do MEC conclui pela necessidade de imediato entrosamento entre o GNDCE e a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação tendo por objetivo a formulação de uma política Nacional de construções escolares.

EMENDAS APRESENTADAS AO RELATÓRIO - Os representantes do Ministério de Educação e Planejamento, Arq. Renato Ferreira de Sá e Engº. Luiz Bernfeld Stanger apresentaram emendas ao relatório da Profª. Elza Nascimento Alves no sentido de substituir do relatório a expressão "fornecimento de projetos arquitetônicos" pela "apreciação de projetos arquitetônicos. Também a Profª. Zenaide Cardoso Schultz, apresentou emendas sugerindo modificações no texto a fim de que o GNDCE deixasse claro que a assistência técnica que se propunha a prestar teria como pressuposto um estudo prévio em fase de elaboração. Somente após esse estudo, poderia o GNDCE prestar colaboração efetiva à Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

JETON DOS MEMBROS DO GNDCE - O representante do Ministério da Fazenda indagou ao Coordenador sobre os jetons, pagos aos membros do Grupo. O Coordenador esclareceu que os pagamentos seriam feitos à base de 30% do Nível 1 para os membros do Grupo e a metade deste valor para o Secretário-Executivo.

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELO COORDENADOR SOBRE A LEGISLAÇÃO REFERENTE A APLICAÇÃO DO FUNDO DE EDUCAÇÃO - O Coordenador informou ao GNDCE que o Decreto nº 59.451 de 3/11/1966, estabelece normas para a aplicação dos Fundos de Educação.

COMUNICADO SOBRE VISITA DA REPRESENTAÇÃO DA SEÇÃO DE ARQUITETURA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - A Profª. Zenaide Cardoso Schultz, participou ao Grupo e convite feito à representante do órgão supra-mencionado, Profª. Heloisa Frankel, que solicitou colaboração para o estabeleci -

mento de normas referentes a construções escolares. Ficou determinado que na próxima reunião, quinta-feira, dia 15, o GNDCE receberá a Prof. Heloisa Frankel.

VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FEITO PELO REPRESENTANTE DO MEC - Colocado em votação, foi o relatório aprovado com as emendas sugeridas.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,



**ATA DA 9ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Às 14 horas do dia 8 de maio do corrente ano, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa Reunião compareceram a representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves; Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial.

Deixaram de comparecer, por motivo justificado, o representante do Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; representante do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e representante do Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger.

PROGRAMA DA REUNIÃO DO GNDCE COM O DIRETOR DO CONESCAL - A representante do MEC trouxe ao Grupo as sugestões do representante da UNESCO quando a reunião que o Diretor do CONESCAL terá com os membros do Grupo no próximo dia 29, cujo tema será a normalização das estatísticas educacionais.

O Secretário-Executivo apresentou ao Grupo minuta da carta a ser enviada aos ex-bolsistas do CONESCAL. Foi em seguida debatido os vários aspectos do encontro.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA JUSTIFICAR O PAGAMENTO DE US\$32.000,00 (trinta e dois mil dólares) A CONESCAL - O GNDCE tomou conhecimento da exposição de motivos preparada pelo Diretor do INEP a ser enviada ao Ministro de Educação e Cultura, justificando o pagamento de US\$ 32.000,00 ao CONESCAL pela participação do Brasil na administração daquele Conselho. Foi aliado o debate em torno do assunto por estar o Grupo desfalcado de 3 (três) membros. A Profª. Zenaide Cardoso Schultz preveniu aos membros que a importância devida ao CONESCAL era na verdade, de US\$20.000,00 (vinte mil dólares).

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB.,

ATA DA 8ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Às 14 horas do dia 6 de maio do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e a Profª. Elza Nascimento Alves; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stan-ger; Banco Nacional da Habitação, Econ. Valécio Ornellas e os membros da Assessoria Especial, Profª. Zenaide Cardoso Schultz, Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº. Heraldo Guimarães Rieff de Paula.

Deixou de comparecer, por motivo justificado, o Engº. Luís Augusto dos Santos Braga.

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO - O Grupo encarregou o representante do Ministério da Educação, Arq. Renato Ferreira de Sá, de relatar o processo acima referido, no qual, a Prefeitura de São Leopoldo solicita autorização para construir uma Escola Parque. Após exame do processo o representante do MEC concluiu que a redação do pedido da Prefeitura de São Leopoldo não ensejava informação alguma pois solicitava pura e simplesmente autorização para construir uma Escola Parque. Debatido o assunto o Grupo concluiu, por unanimidade dos membros presentes, que o processo em tela referia-se, ainda que de modo pouco claro, à escola técnica e não à escola parque, assim sendo, sugeria seu encaminhamento à Diretoria do Ensino Industrial.

SOLICITAÇÃO DE MATERIAL PARA AUXILIAR OS ESTUDOS DO GRUPO - O Arq. Renato Ferreira de Sá solicitou ao Secretário-Executivo as providências no sentido de que o GNDCE pudesse ter nos arquivos os Códigos de Obras dos diversos Estados afim de permitir aos membros as consultas necessárias quando da elaboração, pelo Grupo, de normas genéricas para construções escolares.

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SECRETÁRIO-EXECUTIVO - O Grupo foi informado de que já haviam sido feitos ofícios solicitando:

- a) - A importância de US\$ 5,00 (cinco dólares) para assinatura de publicação do CONESCAL,
- b) - Envio, pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura, das fichas pedidas pelo representante do Ministério da Educação e Cultura.

O Secretário-Executivo esclareceu também que foram encaminhadas ao Coordenador do Grupo as cartas a serem enviadas ao Dr. Thales Memória, Diretor do CENPHIA e ao CONESCAL, esta última em resposta a carta CT - 05/01/03/09/69-240 daquele órgão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.

Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 6 de maio de 1969.

FCAL/zpc/

ATA DA 7ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Às 14 horas do dia 29 de abril do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Arq. Luís Augusto dos Santos Braga; Ministério do Planejamento, Engº. Luiz Bernfeld Stanger; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valécio Ornellas; a Profª. Zenaide Cardoso Schultz, e Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº. Heraldo Guimarães Reiff de Paula, membros da Assessoria Especial.

Deixou de comparecer, por motivo justificado a Profª. Elza Nascimento Alves, representante do Ministério da Educação e Cultura.

VIAGEM AO BRASIL, DO DIRETOR DO CONESCAL - Aberta a sessão pelo Coordenador, o Secretário-Executivo leu correspondência do Diretor do CONESCAL, comunicando sua vinda ao Brasil no fim do próximo mês. O Coordenador ficou de providenciar junto a representante da UNESCO do cumprimento da agenda proposta pelo Diretor do CONESCAL, salve a entrevista com o Diretor da Faculdade de Arquitetura que seria providenciada pelo Arq. Renato Ferreira de Sá.

OBJETIVOS DO QUESTIONÁRIO - O representante do MEC, Arq. Renato Ferreira de Sá, indagou sobre os objetivos do questionário que o Grupo se propusera a elaborar. Em resposta o representante do Ministério do Interior afirmou que tal questionário era importante no diagnóstico do problema, que o Grupo iria enfrentar. A Profª. Zenaide Cardoso Schultz, membro da Assessoria Especial, ponderou ao Grupo que já existe um levantamento semelhante feito pela Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DOS TRABALHOS DO GRUPO - O representante do Ministério do Planejamento apelou para que as diretrizes acima fossem consideradas básicas para os trabalhos. Sugerindo, em seguida, a convocação dos responsáveis, em cada Estado, pelas construções escolares, para participarem dos trabalhos.

OBJETIVOS DO GRUPO - O Arq. Luiz de Lima Acioli pediu ao Grupo, que de finisse como preliminar básica, quais os objetivos que seriam realmente exequíveis pelo Grupo indagando em seguida se:

- a) - Foi feita consulta à Secretaria-Executiva do Plano Nacional de Educação acerca de números de órgãos constituídos nos Estados;

- b) - Foi consultado o CONESCAL sobre as possibilidades de aumentar o número de bolsas-de-estudo.
- c) - Como conseguir uma legislação capaz de dar fôrça à Secretaria-Executiva do Plano Nacional de Educação para que a liberação de verbas esteja sujeita à apresentação, pelo Estado, de um plano global resultante da participação de tôdas as entidades responsáveis pelo planejamento e construção de escola.

O Secretário-Executivo, respondendo às indagações do Arq. Luiz de Lima Acioli informou:

- 1) - Foi designada, na reunião do dia 22 de abril p.p. a Prof. Elza Nascimento Alves, para relatar um processo de participação do GNDCE, nos trabalhos de Secretaria Executiva do PNE; a Secretaria Executiva está aguardando o relatório e conclusão do Grupo para serem encaminhados à Secretaria Executiva do PNE.
- 2) - Durante a visita que fará ao Brasil o Diretor do CONESCAL, no fim do próximo mês, haverá oportunidade do Coordenador tratar, pessoalmente, desta sugestão do Grupo.

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DE NORMAS PARA PROJETOS DE CONSTRUÇÕES ESCO-

LARES - Os Arqs. Renato Ferreira de Sá e Luiz de Lima Acioli se propuseram a preparar, de comum acordo com o Grupo, normas genéricas para a execução de projetos de construções escolares.

ALTERAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DO GRUPO - Por proposta do Arquiteto Renato Ferreira de Sá, aprovada por unanimidade, pelo Grupo, ficou decidido que, quando necessário, os membros se reuniriam em comissões para estudar determinados assuntos, visando facilitar as deliberações do colegiado.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo a presente ata, lida, aprovada e assinada pelos demais membros.

Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 29 de abril de 1969.

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

Às 14 horas do dia 24 de abril do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá e a Profª. Elza Nascimento Alves; Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Engº. Luís Augusto dos Santos Braga; Profª. Zenaida Cardoso Schultz, o Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº. Heraldo Guimarães Reiff de Paulo, membros da Assessoria Especial.

Deixaram de comparecer o Engº. Luiz Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento, por continuar ausente do país, e o representante do BNH, Econ. Valécio Ornellas, por motivos justificados.

SUGESTÕES PARA ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - Aberta a sessão pelo Coordenador, foi distribuída pelo representante do Ministério do Interior, minuta do questionário a ser encaminhada pelo Grupo, para ser enviada aos vários Estados. A representante do MEC, Profª. Elza Nascimento Alves também apresentou sugestões que deverão ser distribuídas na próxima reunião.

CONVÊNIO COM O CENPHA - O Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do MEC comunicou que já havia entrado em contato com o Arq. Thales Memória, tendo sido estabelecido que o Grupo enviaria um ofício ao CENPHA para a assinatura do Convênio. Após essa providência preliminar, o Diretor do CENPHA viria discutir o problema com o Grupo.

SOLICITAÇÃO DO IBAM - O coordenador entregou ao Grupo um pedido do Instituto Brasileiro de Administração Municipal para o fornecimento, pelo Grupo, de plantas padrões para construções escolares. O representante do IBAM deverá comparecer à próxima reunião.

O Arq. Renato Ferreira de Sá ponderou ao Grupo as dificuldades que poderiam advir com o fornecimento de plantas padrões sugerindo, em seguida, que o Grupo deveria ater-se sómente, ao fornecimento de elementos básicos para elaboração de plantas racionais e compatíveis com as necessidades de cada região.

ASSINATURA DE PUBLICAÇÕES DO CONESCAL - O Grupo aprovou a renovação da assinatura de "RESUMENES ANALITICOS" - publicado pelo CONESCAL.

ELABORAÇÃO DE ESQUEMA PARA VIAGENS DOS MEMBROS DO GRUPO - Ficou indicado o Engº. Luís Augusto dos Santos Braga para preparar, de comum acordo com o Grupo, um esquema para as viagens que deverão ser realizadas pelos membros às diversas regiões do país.

RESPOSTA AO OFÍCIO DO CONESCAL, DE 27/01/1969 - O Secretário-executivo ficou encarregado de minutar a resposta ao CONESCAL, de conformidade com as sugestões do Grupo no sentido de:

- a) - Comunicar que o Grupo encerrou seus trabalhos, reiniciando-os somente em 8 de abril do corrente ano.
- b) - Dar ao CONESCAL as respostas adequadas a cada item, considerando prejudicada a última indagação.
- c) - Solicitar informações sobre o tema que foi escolhido para a III Reunião dos Grupos Nacionais de Desenvolvimento das Construções Escolares, bem como a data deste seminário.
- d) - Indagar se há convite por parte do CONESCAL para membro ou membros do Grupo assistirem a mencionada Conferência.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo a presente ata lida, aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 24 de abril de 1969

ATA DA 5ª REUNIÃO DO GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Às 14 horas do dia 22 de abril do corrente ano, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e o Arq. Renato Ferreira de Sá, Ministério do Interior, Gen. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Engª. Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valecio Ornellas.

Deixou de comparecer o representante do Ministério do Planejamento Eng. Luís Bernfeld Stanger; por continuar ausente do País.

DESIGNAÇÃO DE RELATOR - Aberto os trabalhos pelo Coordenador, o Grupo designou a Profª. Elza Nascimento Alves, representante do MEC para relatar o processo de participação do Grupo na assessoria da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

UTILIZAÇÃO DOS PRÉ-FABRICADOS NAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES - Foi discutida a solução do problema de construções escolares pela utilização dos pré-fabricados. O Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do MEC demonstrou ao Grupo a dificuldade de se utilizar, no momento, a solução de escolas pré-fabricadas, tendo em vista existência de problemas entre os quais se destacavam:

- a) - Mercado consumidor
- b) - Custo básico de Montagem
- c) - Transportes

CONTATOS COM AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO - O Grupo reiterou a necessidade de promover contatos com as Secretarias de Educação e outras entidades encarregadas das construções escolares nos vários Estados da Federação.

ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS - O Grupo resolveu, face às sugestões do representante do Ministério do Interior, elaborar questionários para serem enviados aos órgãos interessados em cada Estado, visando promover levantamentos básicos sobre construções escolares. Ficou assentado que cada membro do Grupo traria subsídios para a confecção do questionário em referência.

CONVÊNIO COM O CENPHA - (Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais) - O Grupo sugeriu que se retomasse as negociações iniciadas com o CENPHA pelo Grupo anterior. O Arq. Renato Ferreira de Sá se propôs a estabelecer contatos com o Arq. Thales Memória Diretor do CENPHA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ASSINATURA DE PUBLICAÇÃO - O Econ. Valecio Ornellas sugeriu a assinatura do "Boletim Custo", publicação da "Editora Boletim de Custo Ltda". - Av. Treze de Maio, 23 - gr. 721.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador deu por encerrada a sessão, sendo a presente ata lida, aprovada e assinada pelos membros.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador deu por encerrada a sessão, sendo a presente ata lida, aprovada e assinada pelos membros.

Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 22 de abril de 1969.

GNDCE/FCAL/zpc/24.4.69

Ata da 4ª. Reunião do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Às 14 horas do dia 17 de abril do corrente reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. Presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e o Arq. Renato Ferreira de Sá; Ministério do Interior, Gal. Luís Mendes da Silva; Banco Nacional da Habitação, Econ. Valecio Ornellas e o Engº. Luís Augusto dos Santos Braga representante do Ministério da Fazenda; a Profª. Zenaide Cardoso Schultz, Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº. Heraldo Guimarães Reiff de Paula membros da Assessoria Geral do Coordenador do Grupo.

Deixou de comparecer o Engº. Luís Bernfeld Stanger por continuar ausente do País.

Nesta reunião o Coordenador tratou dos seguintes assuntos:

1º) - ELABORAÇÃO DA ATA - Ficou assentado que a ata seria feita de maneira mais objetiva possível, discriminando os assuntos tratados nas reuniões.

2º) - PARTICIPAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIAL - O Coordenador definiu a participação da Assessoria Especial nos trabalhos, lembrando que o Grupo goza de mais ampla autonomia nas suas deliberações.

3º) - REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES - Ficou deliberado que, cada membro do grupo teria direito a 10 (dez) minutos para apresentar alguma proposição ou requerer informações. Havendo propostas serão elas colocadas em votação, podendo os demais membros, dentro do espaço de tempo que lhes cabe, apresentar objeções e emendas que julgarem necessárias.

Em seguida, será a matéria colocada em votação.

Quando a matéria proposta estiver vinculada a processos em andamento ou o assunto for de natureza muito complexa, o Coordenador designará relator ou comissão para o estudo da questão.

Votada e aceita a proposta, o Coordenador tomará as providências cabíveis para o encaminhamento das sugestões ou solicitações aprovadas.

Na reunião foi distribuído a Documenta nº 33 bem como o relatório do Arq. Marcus Vinicius Franco Soares, bolsista do CONESCAL, que contém importantes subsídios para o trabalho do Grupo.

PROCESSO A SER DISCUTIDO NA PRÓXIMA REUNIÃO - Por indicação da Profª. Zenaide Cardoso Schultz o grupo resolveu em pauta a discussão do processo referente ao entrosamento do grupo com a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo a presente ata lida e aprovada e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB., 17 de abril de 1969.

Ata da 3ª. Reunião do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Às 14 horas do dia quinze de abril do corrente, reuniu-se no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a coordenação do Diretor do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A essa reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação e Cultura, Profª. Elza Nascimento Alves e o Arq. Renato Ferreira de Sá, Ministério do Interior, Gal. Luís Mendes da Silva, Ministério da Fazenda, Engº Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional da Habitação, Econ. Valecio Ornellas; Profª. Zenaide Cardoso Schultz, Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº. Heraldo Guimarães Reiff de Paula, membros da Assessoria Especial.

Deixou de comparecer, por continuar ausente do País, o Engº Luís Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento.

Abrindo a sessão e informando ter reunião urgente no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o Coordenador do Grupo passou a direção dos trabalhos ao representante do Ministério da Educação e Cultura, Arq. Renato Ferreira de Sá.

Foi feita em seguida a distribuição de documentos contendo o orçamento do programa do Grupo Anterior para 1968 e algumas conclusões do mencionado Grupo.

Na ocasião, o representante do Ministério da Fazenda, ex-membro que era do antigo Grupo, prestou esclarecimentos sobre os documentos distribuídos, acrescentando que o Grupo não chegou a analisar o problema físico das construções escolares.

O representante do Ministério da Educação e Cultura indagou se o INEP estava capacitado para executar construções escolares, sugerindo, em seguida que fosse elaborado um esboço da legislação conferindo poderes a um órgão central para controle das mencionadas construções nos Estados da Federação.

A Profª. Zenaide Cardoso Schultz, membro da Assessoria Especial ponderou ao Grupo, que, a seu ver, dois processos mereciam resposta imediata:

- 1) o da participação do Brasil no CONESCAL.
- 2) e o referente aos contatos com a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação.

A representante do Ministério da Educação e Cultura, Profª Elza Nascimento Alves reiterou a necessidade de o Grupo se colocar em contato com as Secretarias de Educação e com outras entidades estaduais encarregadas de construção escolar.

O representante do Ministério da Fazenda informou que foram feitos contatos com seis Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Estado do Rio de Janeiro).

O Grupo decidiu que as primeiras sugestões a serem formuladas seriam:

1ª) - Entrosamento com a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação, a fim de verificar se os Estados têm um plano global de educação do qual faça parte um plano de construções escolares, quer sejam elas estaduais, municipais ou particulares.

2ª) - Colher dados sobre as vantagens da participação do Brasil no CONESCAL sobretudo no que concerne à concessão de maior

número de bolsas.

3º) - Prosseguimento pelo atual Grupo, das visitas nos Estados para contatos com as Secretarias de Educação e entidades envolvidas em construções escolares.

O Arq. Luiz de Lima Acioli manifestou o desejo de conhecer o destino das publicações do CONESCAL remetidas ao Grupo solicitando também que fosse feita uma triagem no material elaborado pelo Grupo anterior bem como a distribuição aos membros do relatório do Arq. Marcus Vinícius Franco Soares, bolsista do CONESCAL.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, sendo a presente ata lida e assinada pelos membros presentes, Eu, Francisco Carlos Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, RJ., 15 de abril de 1969.

Ata da 2ª Reunião do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Às quatorze horas do dia dez de abril do corrente, reuniu-se, no 10º andar do Palácio da Cultura o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares sob a Coordenação do Diretor Substituto do INEP, Dr. Guido Ivan de Carvalho. A reunião estiveram presentes os representantes do Ministério da Educação, Profª Elza Nascimento Alves; Ministério do Interior, Cal. Luís Mendes da Silva; Ministério da Fazenda, Engº Luís Augusto dos Santos Braga; Banco Nacional de Habitação, Econ. Valério Ornellas e a Profª Zenaide Cardoso Schultz, o Arq. Luiz de Lima Acioli e o Engº Heraldo Guimarães Reiff de Paula, membros da Assessoria Especial.

Deixaram de comparecer por motivo justificado os senhores Engº Bernfeld Stanger, representante do Ministério do Planejamento e o Arq. Renato Ferreira de Sá, representante do Ministério da Educação.

Abrindo a sessão e informando ter uma entrevista marcada com o Secretário de Obras do Estado da Guanabara, o Coordenador do Grupo passou a direção dos trabalhos à representante do Ministério da Educação, Profª. Elza Nascimento Alves.

O representante do Ministério do Interior, em atendimento ao apêlo formulado pelo Coordenador na última sessão, apresentou um esquema dos trabalhos a serem realizados, ressaltando a necessidade de:

- 1ª) Pesquisar o trabalho executado pelo Grupo anterior.
- 2ª) Conhecer os levantamentos estatísticos sobre as construções escolares em todo o país.

A Profª. Zenaide Cardoso Schultz, membro da Assessoria Especial do Coordenador do Grupo, considerou muito oportuna as indicações formuladas e solicitou aos senhores membros que procurassem tomar conhecimento dos trabalhos já realizados; a propósito o Secretário-executivo informou que estavam sendo preparados dois documentos elaborados pelo Grupo anterior para serem distribuídos na próxima reunião. Continuando com a palavra, a Profª. Zenaide Cardoso Schultz ponderou que as Secretarias de Educação não tinham ainda condições de atender as solicitações sobre dados estatísticos acerca de construções escolares, havendo pois, necessidade de recorrer-se a outras fontes - como o anuário estatístico; informou, ainda, que a dispersão de órgãos construtores de escolas nos vários Estados da Federação era uma das principais responsáveis pela atual situação sugerindo em seguida, que o Grupo, uma vez que tivesse uma contribuição efetiva a dar, apelasse para que os Estados procurassem, na medida do possível, contornar esse problema.

O representante do Ministério da Fazenda preconizou o estabelecimento de medidas globais a serem tomadas em oposição a determinadas medidas isoladas, de pouca relevância para soluções do problema da construção escolar.

Por proposta da Profª. Zenaide Cardoso Schultz foi aprovada a moção de que, na 1ª. etapa dos trabalhos, o Grupo teria como objetivo a realização de estudos e pesquisas, sobre construções escolares nos seus vários aspectos (item do art. II do Decreto 61.050 de julho de 1967).

O Arquiteto Luiz de Lima Acioli, também da Assessoria Especial propôs que o Grupo, preliminarmente, se definisse a respeito das primeiras medidas a serem tomadas, sugerindo que tal definição fosse colocada no sentido de procurar o que pesquisar, como pesquisar e onde pesquisar.

Continuando, o Arg. Luís Acioli solicitou o encaminhamento das sugestões feitas pelo Grupo anterior para a formulação de um processo que permita as conclusões do Grupo atingirem seus objetivos e não ficarem relegadas aos arquivos.

A representante do Ministério da Educação solicitou a distribuição de um boletim organizado pelo Grupo para vários Estados - propondo-se em seguida tentar realizar um levantamento no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais de quais os órgãos incumbidos das construções escolares nos vários Estados.

Profª. Zenaide Cardoso Schultz informou ao Grupo que havia um processo, no qual a Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação sugeria que o Grupo prestasse uma assessoria sobre construções escolares, considerando que este contato seria de grande valia, pois aquela Secretaria Executiva tinha a intenção de criar junto a ela um serviço semelhante.

Nada mais havendo a tratar, a representante do MEC, na direção dos trabalhos deu por encerrada a sessão, sendo a presente ata lida e assinada pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário-Executivo a redigi e assino.

Rio de Janeiro, GB, 10 de abril de 1969

Ata da 1ª reunião do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Às 14 horas do dia 8 de abril de 1969, reuniu-se, nesta cidade do Rio de Janeiro, no 10º andar do Palácio da Cultura, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, formado pelos representantes dos Ministérios da Educação e Cultura, Arnaldo Ferreira de Sá e Elza Nascimento Alves, Fazenda, Luiz Augusto dos Santos Braga, Interior, Gen. Luís Mendes da Silva e do Banco Nacional de Habitação, Valecio Ornellas, sob a coordenação do Dr. Guido Ivan de Carvalho, Diretor-Substituto do INEP. Deixou de comparecer o representante do Ministério do Planejamento por estar ausente do país.

Abrindo os trabalhos, o Coordenador procedeu à leitura do Decreto de designação dos membros, bem como da Portaria do Diretor do INEP designando uma assessoria especial para funcionar junto ao Grupo.

O Coordenador fez breve exposição dos objetivos que deverão ser alcançados, solicitando aos senhores membros que fizessem uma autocrítica sobre as reais possibilidades de vir o Grupo a cumprir as finalidades a que se destina.

Passou-se em seguida à discussão de quais seriam os objetivos prioritários dentre aqueles relacionados no art. 2º do Decreto 61 050, de 21 de julho de 1967.

Ficou assentado que, em princípio, as reuniões se fariam às terças e quintas, às 14 horas.

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lida, aprovada e subscrita pelos membros presentes. Eu, Francisco Cezar Azevedo Lemos, na qualidade de Secretário Executivo, a redigi e assino.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1969

ESCOLAS

ESQUEMAS DE NORMAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS

1) - SALAS DE AULA:

- a) - Áreas mínimas
- b) - Área p/ m²/aluno
- c) - Nº. de salas em função do nº. de alunos
- d) - Máximo de salas por escola
- e) - Pisos - revestimento
- f) - Paredes
- g) - Tetos
- h) - Área de janelas - (iluminação e ventilação) domes -
(ventilação cruzada)
- i) - Iluminação artificial - lumes a lm do chão
- j) - Orientação
- k) - Côr - (pintura interna)
- l) - Flexibilidade - modulação
- m) - Disposição das carteiras (mobilidade)
- n) - Pé direito
- o) - Portas de acesso
- p) - Quadro-verde

2) - SANITÁRIOS:

- a) - Masculino - nº de vasos p/aluno (individual
nº de mictórios p/aluno - (calha
nº de lavatórios p/aluno
nº de chuveiros p/aluno
dimensões dos box - (sanitário (WC)
(chuveiro
- b) - Feminino - Idem
- c) - Revestimento - piso
parede
- d) - Iluminação e ventilação - domes, sheeds.
- e) - Iluminação artificial
- f) - Áreas mínimas

3) - VESTIÁRIOS:

- a) - Área p/aluno
- b) - Escaninhos - dimensões
- c) - Circulações entre escaninhos
(individuais
- d) Chuveiros (coletivos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

4) - CAIXAS D'ÁGUA:

- a) Cisterna - volume p/aluno
- b) Cx. superior - altura mínima p/pressão - % em função da cisterna
- c) Bebedouros

5) - CIRCULAÇÕES:

- a) - Largura mínima
- b) - " p/aluno
- c) - Revestimento - pisos
- d) - " - paredes
- e) - Abertas - proteção de chuva (Largura (Altura

6) - ESCADAS:

- a) - Largura
- b) - Dimensões dos degraus
- c) - Patamar
- d) - N.º. de degraus p/ pé direito
- e) - Revestimento piso
- f) - " paredes
- g) - Iluminação natural - ventilação
- h) - " artificial

7) - RAMPAS:

- a) - Largura mínima
- b) - " p/aluno
- c) - Inclinação em %
- d) - Revestimento de piso
- e) - " paredes
- f) - Iluminação e ventilação
- g) - " artificial
- h) - Comprimento máximo - patamar

8) - RECREIO COBERTO:

- a) - Área p/aluno
- b) - Relação de área /salas de aula
- c) - Revestimento - piso
- d) - Iluminação artificial

9) - RECREIO DESCOBERTO:

- a) - Área p/aluno
- b) - Relação de área/salas de aula
- c) - Arborização

10) - CANTINA:

- a) - Existência em função do nº. de alunos
- b) - Área p/aluno
- c) - Revestimento - piso
- d) - " - paredes
- e) - Instalação elétrica
- f) - " hidráulica
- g) - " esgoto
- h) - Depósito de mercadorias - ventilação

11) - AULAS PRÁTICAS:

- a) - Área mínima
- b) - Área p/aluno
- c) - Iluminação e ventilação (domos)
- d) - Revestimento - piso
- e) - " - parede
- f) - Instalação elétrica (pontos de luz)
- g) - " hidráulica (pias - lavatórios)
- h) - " gás (gás de rua - gás liquefeito)
- i) - Orientação

12) - LABORATÓRIOS:

- a) - Área mínima
- b) - Área p/aluno
- c) - Iluminação e ventilação (domos)
- d) - " artificial
- e) - Revestimento de piso
- f) - " " parede
- g) - Instalação elétrica (pontos - tomadas)
- h) - " hidráulica (pias - lavatórios - tanques)
- i) - " gás (bicos de bunsen)
- j) - Salas de preparo material
- k) - Depósito - (inflamáveis)

13) - AUDITÓRIOS:

- a) Dimensões mínimas (área) (1,00m² p/aluno)
- b) - Iluminação e ventilação
- c) - Acústica
- d) - Saídas e entradas - abertura de portas - emergência
- e) - Nº de cadeiras por fila
- f) - Largura de passagem (lateral e central)
- g) - " entre filas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

- h) - Gráfico de visibilidade (acima deespectadores)
- i) - Revestimentos
- j) - Contenção de incendio - extintores - sprinklers

14) - ADMINISTRAÇÃO:

- a) - Administração em relação ao nº de salas
 - 3 a 4 salas -
 - 5 a 6 " -
 - 7 a 10 " -
 - 11 a 16 " -
- b) - Sala de professores - área mínima
 - " professor/aluno
- c) - Sala de reuniões - área mínima
 - " /professor
- d) - Sala de Diretor - área mínima
- e) - Secret. e contabil. - área mínima
 - nº de funcionário/aluno
 - localização
- f) - Gabinete médico-dentário
 - área mínima
 - instalações elétricas
 - " hidráulicas
 - revestimento - piso
 - " - paredes
 - iluminação e ventilação

Iluminação e ventilação

15) - BIBLIOTECA:

- a) - sala de leitura - área/leitor (1,80m²)
- b) - Depósito de livros - área
- c) - Fichario
- d) - Administração (catalogação - seleção - aquisição, etc.)

16) - TERRENO:

- a) Localização: distância de hospitais
 - " " penitenciárias
 - " " estações ferrov.
 - " " rodov.
 - " " depósito explosivos
 - " " quartéis
 - " " indústrias
- b) distância em Km - escolas rurais até 4Km.

c) Áreas mínimas

Revista Brasileira
de Estudos Pedagó-
gicos nº 104, Pág. 303

d) " terreno/aluno (escola primária - secundária)

e) Área disponível p/acréscimo futuro (mais de 16 salas)

f) Direção de ventos dominantes

17) - OCUPAÇÃO:

a) Taxa de ocupação - (zona urbana - zona rural)

b) Afastamentos laterais

c) " entre blocos da escola

d) Orientação das salas - gráfico de insolação

e) Gabarito de altura (nº de pavim.)

f) Prismas de ventil. e iluminação (áreas abertas - áreas fechadas)

18) - PARA-RAIOS:

a) Exigência (zona urbana - zona rural)

19) - ESGOTO SANITÁRIO:

a) - Fossas

b) - Sumidouros



CENTRO REGIONAL DE CONSTRUCCIONES ESCOLARES PARA AMERICA LATINA

AUDITORIO NACIONAL

MEXICO 5, D. F.

TELS.: { 20-96-41
20-90-10 EXT. 40 A 49
40-38-68

APARTADO POSTAL 41-518

MEXICO 10, D. F.

Material Informativo 2
CT.04/01.00.09/69-1273
11 de abril de 1969

ANALISIS DE LOS PROYECTOS Y PROGRAMACION PARA UN FINANCIAMIENTO INTERNACIONAL (1)

Por Colin D. Ewers

Nota: Este informe tiene como finalidad proporcionar los lineamientos generales que se requieren en la presentación de los proyectos con miras a obtener un crédito internacional. Tiene la ventaja de que la lista de información requerida que se presenta al final se refiere específicamente a establecimientos docentes, aunque el enfoque se aplique a todo tipo de proyectos.

La planeación general sólo puede lograr su fin en la medida en que es seguida por la programación y la operación. Para establecer los programas y realizar las operaciones es necesario identificar primero los proyectos que puedan operarse como unidades sin que dejen de formar parte del programa total. Para la finalidad perseguida aquí, un proyecto puede ser cualquier actividad que puede desarrollarse como una unidad con el fin de lograr un objetivo definido. "Puede tratarse de un establecimiento docente, o de varias instituciones y servicios, que constituyan el objeto de un programa definido".

El análisis y evaluación de proyectos permite el examen del propósito, y la justificación y posibilidad de ejecución (feasibilities) del proyecto. Es un proceso evaluativo que identifica la firmeza y la debilidad de un proyecto propuesto y a menudo nos lleva a su reformulación en una forma más aceptable y práctica.

No hay ningún secreto acerca del análisis de proyectos o la programación; consiste

(1) Tomado con pequeñas modificaciones de Análisis de los Proyectos y programación para un financiamiento internacional, capítulo XI del libro de la UNESCO, Aspectos sociales y económicos del planeamiento de la educación.

2.

sencillamente en la aplicación de principios administrativos y financieros a una situación particular, con el fin de evaluar y establecer un programa operativo.

Todos los proyectos que son parte de un plan requieren análisis antes de que se les pueda incorporar finalmente en los programas educativos y en los presupuestos.

Aquí nos interesa especialmente la preparación de análisis de proyectos y programas como una base para el financiamiento internacional, recordando siempre que un proyecto puede tener gran variedad de formas y que las sugerencias que aquí se presentan sólo pueden ser iniciales y necesitan ajustarse a cada situación específica.

Presentación del análisis.

Cuando un proyecto está destinado a formar parte de un programa de educación o se prepara para formular una petición de ayuda económica, es necesario presentarlo en uno o varios documentos que lo describan e indiquen las operaciones de análisis que han llevado a presentarlo en su forma actual. Al preparar ese documento, se deberá tener en cuenta el uso a que está destinado. Entre las utilidades probables, se indican a continuación algunas de las más importantes:

1. Será examinado por el Ministerio de Hacienda y otros servicios gubernamentales, con objeto de determinar los créditos presupuestarios que se habrán de consignar.
2. Deberá ser aprobado y utilizado por los servicios que centralizan la ejecución de los planes nacionales de desarrollo económico, social y de desarrollo de la enseñanza; será sometido a la aprobación del organismo que coordina la ayuda extranjera que se presta al país.
3. Los organismos exteriores de financiamiento se basarán en el documento para decidir respecto a la concesión de créditos o de subvenciones.
4. Durante el periodo de ejecución el proyecto servirá constantemente de referencia para apreciar los progresos que sean realizados. Antes de la ejecución del proyecto, el documento podrá ser sustituido parcialmente por un plan de operaciones, si se trata de un proyecto del Fondo Especial de las Naciones Unidas, o por un acuerdo de crédito si se trata de un proyecto financiado por la Asociación Internacional de Fomento, pero el documento original debería contener siempre todos los elementos esenciales de los acuerdos ulteriores.
5. Se utilizará como punto de partida para toda revisión del proyecto que tenga por objeto responder a las condiciones de los organismos de financiamiento, o cambiar ciertos detalles del proyecto, para tener en cuenta hechos nuevos o la evolución de la situación.

Es indispensable que la presentación y el contenido de un documento de este género, así como el calendario previsto en él, tengan en cuenta el marco legislativo dentro del cual se va a aplicar el programa. Si se quieren alcanzar los objetivos que acabamos de enumerar, deberán tenerse presentes todos los puntos que examinaremos en el presente capítulo en el momento de redactar el documento. Recordaremos, como ejemplo, algunas de las condiciones que imponen generalmente las legislaciones nacionales, pero sólo una persona que conozca bien la situación del país podrá indicar todos los requisitos necesarios.

La razón de ser y el origen del proyecto.

Los organismos de financiamiento querrán conocer la historia del proyecto, los resultados ya obtenidos, y las razones de las nuevas operaciones propuestas. Si el proyecto forma parte de un plan general de educación, la mayor parte considerable de los motivos estará expuestos en el plan, y bastará reproducirlos. En todo caso, esa exposición de motivos habrá de tener en cuenta los siguientes elementos (supondremos, como ejemplo, que el proyecto se refiere a un establecimiento docente o a un grupo de ellos):

1. La necesidad a que responde el proyecto teniendo en cuenta los servicios de enseñanza de que dispone el país, y su plan de desarrollo de la enseñanza.
2. La contribución que el proyecto ha de prestar al desarrollo económico y social.
3. Una estimación de la demanda de mano de obra que exige la creación de los medios de enseñanza o de formación proyectados (conviene advertir, no obstante, que ese motivo no será quizá el único ni siquiera el más importante).
4. El costo del proyecto en relación con otras posibilidades de formación, si existen (por ejemplo, si se tiene el propósito de crear una facultad que tendría relativamente pocos estudiantes, ¿costará menos una formación equivalente adquirida en el extranjero? o en el caso de que resultase más costosa, ¿hay otras razones en favor de una formación en el extranjero?).
5. Razones por las que se debe dar prioridad al proyecto (teniendo en cuenta los factores educativos y económicos mencionados en los párrafos 1 y 2).
6. Quizá sea preciso justificar la ayuda económica exterior por motivos relacionados con las divisas o la balanza de pagos. La utilización de divisas extranjeras o de reservas (por ejemplo, para contratar expertos extranjeros, comprar materiales de construcción, equipo, etc) puede ser una razón más para pedir ayuda exterior.
7. Si se presta o se va a prestar asistencia técnica en esferas relacionadas con aquéllas que son objeto de una petición de ayuda económica, esta ayuda puede

4.

estar motivada por la necesidad de hacer un uso eficaz de la asistencia técnica ofrecida.

El conjunto de estos elementos debiera revelar en qué medida el proyecto contribuirá al desarrollo de la educación y al progreso económico y social mostrando al mismo tiempo que forma parte integrante de una política coherente en el campo de la educación y la economía.

Posibilidades de ejecución del proyecto

Muchos proyectos pueden estar bien fundados desde el punto de vista de la enseñanza o de la economía y ser en cambio inaplicables por una u otra razón práctica. El análisis de un proyecto ha de comprender que puede llenar todas las condiciones normales de funcionamiento y que puede llenarlas dentro de los plazos establecidos.

En los proyectos referentes a la enseñanza, los principales elementos que hay que tener en cuenta para evaluar las posibilidades de aplicación son los siguientes:

Elementos económicos. Al motivar el proyecto se habrá normalmente precisado el lugar que ocupa en la economía y su grado de prioridad.

Habrà quizá que demostrar que el proyecto no tendrá inconveniente para la economía en su conjunto, por ejemplo que, en el caso de proyectos de formación, los estudiantes no serán tomados de otras enseñanzas de alta prioridad, que aquella formación no producirá un número considerable de "intelectuales sin trabajo", que no entorpecerá el funcionamiento de servicios esenciales indispensables en otros sectores.

El punto de vista de la enseñanza. Dada la naturaleza del proyecto, su éxito dependerá de que esté bien concebido desde el punto de vista mismo de la enseñanza. Es necesario pues determinar si, en la forma propuesta, será o no capaz de producir los resultados pedagógicos de la calidad y nivel que se desea. Este problema ha de ser resuelto por los pedagogos, basándose en su experiencia y en su conocimiento del sistema de enseñanza. Entra en juego aquí un factor importante: el lugar que ocupará el proyecto en el conjunto del sistema de educación ¿Se articulan con establecimientos docentes capaces de proporcionarle alumnos que tengan la formación requerida? ¿Está en armonía con la concepción general del sistema de enseñanza?

Es preciso examinar la economía interna del proyecto para tener la seguridad de que será posible llevarlo a cabo con los medios de que se dispone, y que el plan de estudios propuesto responde a los objetivos fijados y está de acuerdo con las normas -nacionales o extranjeras - generalmente admitidas.

Personal disponible. Es evidente que un programa de enseñanza no se puede aplicar con éxito sin un personal competente y experimentado. Si no se dispone inmediatamente de personal local, y en los primeros años del proyecto, se abriga el propósito de recurrir a personal extranjero, se ha de tener la seguridad de que cuando éste se marche, se habrá formado personal local capaz de sustituirle. La calidad del personal disponible y la posibilidad de llenar las condiciones exigidas son de los elementos más difíciles de evaluar de antemano. Este aspecto del problema requiere pues toda la atención de los encargados del planeamiento. Importa sobre todo disponer de personal capaz de asumir las funciones de dirección.

El punto de vista de la organización. El análisis de la organización de un proyecto requiere un estudio detallado de la programación (véase más adelante). Basta indicar aquí que para que un proyecto sea aplicable hace falta que los plazos fijados para las construcciones se adapten a las posibilidades reales, que el número y la calidad de los estudiantes sean suficientes, que se disponga de los servicios públicos necesarios, que la organización del proyecto se adapte al sistema nacional de enseñanza, que se establezca una cooperación con los medios industriales, agrícolas, etc. (Según la enseñanza de que se trate). Cada uno de los elementos de la organización proyectada ha de ser examinado, teniendo en cuenta los recursos de que se dispondrá en cada una de las etapas de ejecución del proyecto.

Utilización práctica del "producto". El éxito de un proyecto se mide con la calidad de lo que "produce" (cuando se trata de proyectos de enseñanza, son en general estudiantes graduados). La mayoría de las veces, ese éxito se mide según el empleo del producto, incluso si la enseñanza de que se trata no se funda primordialmente en consideraciones de orden económico. Algunos proyectos de enseñanza no están directamente destinados a formar graduados, por ejemplo, los referentes a la producción de material de enseñanza, equipo de laboratorio, etc. Pero, de todos modos, es preciso examinar detenidamente la "producción" prevista para ver si permitirá alcanzar los objetivos fijados. La evaluación del proyecto, lo mismo como operación de planeamiento que como evaluación desde el punto de vista de las inversiones, ha de tener en cuenta la índole del producto que se han de obtener, y el documento que describe el proyecto ha de mostrar que será posible aplicar ese producto al desarrollo económico y social.

El punto de vista financiero. Cuando se establece el presupuesto total de un proyecto, a base de ejercicios anuales, para un periodo determinado (para los proyectos de enseñanza que son objeto de una petición de financiamiento exterior será rara vez este periodo inferior a cinco años) conviene precisar al mismo tiempo las fuentes de financiamiento propuestas. En general, la ayuda exterior sólo cubre una parte de los gastos de un proyecto, y los poderes públicos han de encontrar el resto. Al examinar las fuentes de financiamiento propuestas, lo primero que hay que ver es si los recursos locales permiten sufragar una parte razonable del costo total. Por lo general, se trata de los gastos locales (personal, funcionamiento, materiales locales, etc.), a menudo de los gastos de construcción (aunque a veces se puede

acudir a préstamos exteriores para esta clase de gastos de capital) y, a veces, una parte de los gastos de ayuda exterior (que, en algunos casos, son considerables). La mayor parte de las veces la ayuda exterior permite cubrir los principales gastos de personal extranjero, de equipo importado, de la formación en el extranjero de naturales del país que sustituirán más tarde al personal extranjero temporero; permite a veces sufragar los gastos capitales de equipo. Las propuestas relativas al funcionamiento de un proyecto han de ser, por consiguiente, evaluadas teniendo en cuenta a la vez los recursos del presupuesto local y los principios que rigen la concesión de una ayuda exterior.

Respecto de los proyectos que se llevan a cabo con ayuda económica exterior, es de capital importancia que el país pueda asumir la carga entera de su financiamiento cuando cese la ayuda extranjera. Ningún organismo exterior de financiamiento estará dispuesto a conceder una ayuda, si no se demuestra claramente que en el momento en que cese esa ayuda, el gobierno u otro servicio nacional tendrá la posibilidad de asumir la plena responsabilidad financiera de la continuación del proyecto. Esta sustitución puede facilitarse mediante una reducción gradual de la ayuda extranjera, con el consiguiente aumento proporcional de la participación del gobierno o de otros organismos del país, de suerte que a las autoridades locales no se las obligue a un aumento excesivo de su presupuesto cuando cese la ayuda exterior.

Descripción del proyecto

Para determinar si un proyecto reúne las condiciones necesarias para su financiamiento internacional, será preciso conocer la opinión de las personas que representan al organismos de financiamiento (1) del país interesado. La descripción debe hacerse dentro de un plan general de educación. La integración de un proyecto en un plan más amplio constituye un argumento importante en su favor: es más difícil justificarlo si ese plan no existe. La descripción no sólo ha de indicar el lugar que ocupa el proyecto en el plan nacional de educación, sino que ha de explicar además cómo la posición que se le atribuye lo relaciona con los planes nacionales de desarrollo económico y social de más amplio alcance.

La descripción del proyecto ha de contener una indicación precisa de sus fines y objetivos. Es posible que esos datos figuren ya en el plan general de educación, pero

(1) Algunos puntos de contacto importantes son los siguientes: para la ayuda facilitada por las instituciones del sistema de las Naciones Unidas, el Fondo Especial de las Naciones Unidas y el Programa Ampliado de Asistencia Técnica, el representante residente de la Junta de Asistencia Técnica; para la ayuda proveniente del BIRF o de la AIF, el Ministerio de Hacienda o de Planeamiento dispondrá de los datos necesarios; para los programas bilaterales, existen generalmente embajadas y misiones de ayuda en los países que piden asistencia.

es más probable que se hayan de aquilatar y aclarar para realizar el análisis del proyecto. Si, por ejemplo, el proyecto tiene por objeto dar más amplitud a la formación de profesores de enseñanza secundaria, la enunciación de los objetivos ha de comprender por lo menos los siguientes puntos: necesidad de formar profesores; lugar que ocupa el proyecto en los planes nacionales; tipo y nivel de formación que se requiere; número probable de alumnos al comenzar y al terminar el ciclo; fecha de iniciación del proyecto y ritmo de desarrollo; proporción máxima para la formación que debe lograrse y fecha en que se ha de alcanzar. Si se han tomado ya otras decisiones, por ejemplo, respecto a la situación del establecimiento, convendrá mencionarlás también. La ejecución de un gran número de proyectos referentes a la enseñanza, puede provocar un aumento de gastos en otros sectores de la educación y en otra clase de gastos públicos. La expansión de la enseñanza primaria, por ejemplo, lleva consigo una mayor demanda de enseñanza secundaria; el aumento del número de alumnos de enseñanza secundaria multiplica los ingresos en la enseñanza universitaria; una enseñanza superior agrícola supone que el Ministerio de Agricultura creará menos empleos, etc. La más importante de esas reacciones en cadena sobre los gastos del Ministerio de Educación es la de la formación de maestros. Los graduados de los establecimientos de formación de personal docente son generalmente retribuidos por el Estado y su remuneración global aumenta de un modo rápido y continuo. El análisis de un proyecto ha de permitir darse cuenta de que su éxito no llevará consigo un aumento tan grande de los gastos de funcionamiento que éstos excedan de los recursos previstos. Este es un aspecto económico y financiero, entre otros, que puede ser verificado preferentemente con el Ministerio de Hacienda, el Ministerio de Planeamiento o sus equivalentes. Una descripción del proyecto, hecha para obtener su financiamiento con fondos nacionales o extranjeros, no será completa si no indica la manera de financiar los gastos de funcionamiento que llevará consigo la aplicación del proyecto.

CRITERIOS APLICABLES AL FINANCIAMIENTO EXTERIOR

Los criterios que aplican los organismos de financiamiento son muy variados: difieren según los organismos, según se trate de subvenciones o de préstamos, según las circunstancias en que un país pida la ayuda. Muchos organismos no publican las condiciones generales que exigen para conceder una ayuda y, en cada caso, hay que consultar a sus representantes. De todos modos, la mayoría de las veces, las consideraciones generales que siguen (algunas de las cuales han sido ya expuestas anteriormente) pueden considerarse importantes y conviene tenerlas en cuenta en el análisis y la evaluación de los proyectos:

1. El gobierno que pida asistencia ha de demostrar la importancia que atribuye a la enseñanza y a su proyecto, comprometiéndose a sufragar una gran parte de los gastos totales.
2. El proyecto de que se trate debe formar parte de un plan general de educación y tener en él una alta prioridad.

8.

3. Los gastos de funcionamiento que el proyecto lleva consigo, directa o indirectamente, han de estar previstos en los presupuestos nacionales, presentes y futuros.
4. Habrá más probabilidades de lograr la ayuda exterior si se trata de suprimir unos puntos de estrangulación o de llenar lagunas en el sistema actual y no de financiar proyectos existentes que se están ya ejecutando.
5. Se da generalmente preferencia a los proyectos de enseñanza que han de contribuir con mayor rapidez al desarrollo económico (podrá ser concedida en ciertos casos para proyectos de enseñanza cuya rentabilidad inmediata no es tan grande como la de otras inversiones, pero cuyas ventajas a largo plazo puedan ser considerables y extenderse a un importante sector de la economía).
6. Las peticiones no serán normalmente examinadas si no están hechas siguiendo un plan bien concebido que tenga en cuenta todos los aspectos humanos, materiales y financieros del proyecto. Las previsiones de gastos han de estar bien fundadas y convendrá que las acompañe un análisis de la relación entre los gastos y los beneficios (en la medida en que se puedan calcular éstos últimos).
7. La ejecución del proyecto se ha de encomendar a servicios administrativos y técnicos suficientes. Importa sobre todo que se pueda contar con la estabilidad del personal de que depende el éxito del proyecto; si ese personal va a pasar tal vez a otras funciones, convendrá ver si exista la posibilidad de sustituirle.

PROGRAMACION DEL PROYECTO

La programación no entra dentro del análisis de un proyecto, pero el análisis y la evaluación no pueden ser eficaces sin un control de los detalles del programa.

Es pues necesario conocer la base de la programación para poder evaluar el proyecto.

Para establecer un programa, habrá que tener constantemente presentes dos principales consideraciones: los fines del proyecto y los límites de los recursos disponibles para llevarlo a cabo. Una buena programación tenderá a lograr los mejores resultados con el menor costo. Garantizará la calidad requerida, pero evitará gastos exagerados que son relativamente improductivos. Entre dos soluciones posibles, habrá que escoger la que logre un mejor equilibrio entre los gastos y las ventajas. El análisis del proyecto permitirá comprobar esos diversos puntos y el proyecto deberá estar concedido de modo que los tenga en cuenta si se quiere que su coste sea aprobado por los organismos de financiamiento.

EL EMPLEO DE NORMAS

Para establecer un proyecto detallado hay que precisar ante todo las normas que se han de seguir.

Algunas de ellas estarán ya fijadas por los objetivos mismos del proyecto, por ejemplo, la duración y el nivel de los estudios. El planeamiento de una institución docente exige un cierto número de decisiones (se supone conocido el número de graduados que se requiere "producir", la duración de los estudios, etc. de suerte que el número de alumnos en total y por rama de estudios está ya fijado):

1. ¿Cuántos alumnos por clase?
2. ¿Cuántos alumnos por laboratorio o taller? ¿Durante cuántas horas por semana o por año se utilizarán los laboratorios o talleres?
3. ¿Cuál será la superficie de las aulas, los laboratorios, los terrenos de juego, el espacio destinado a la circulación por alumno?
4. ¿Qué normas se aplicarán para determinar el equipo de laboratorio que será necesario?
5. ¿Cómo se determinarán las necesidades en materia de biblioteca?
6. Detalles de las instalaciones de internado (si es necesario).
7. Cuantía de los derechos de escolaridad económicamente posibles.
8. ¿Qué personal auxiliar y qué servicios se han de proveer razonablemente?

PUNTOS QUE SE HAN DE TENER EN CUENTA AL PREPARAR UN PROYECTO

No es posible prever aquí todos los problemas que se pueden plantear en la elaboración de un proyecto relativo a la enseñanza. La siguiente lista enumera las principales consideraciones que entran en juego en el planeamiento de un establecimiento de enseñanza técnica de nivel elevado y se puede adaptar a otros tipos de establecimiento o a grupos de ellos. En el caso de un proyecto relativo a la enseñanza pero que no se refiera a establecimientos docentes, será preciso recurrir a una lista bastante diferente.

Consideraciones administrativas.

1. El lugar que ocupará el establecimiento docente en el conjunto del sistema de ense-

10.

¿Se integra lógicamente en él?

2. Jerarquía administrativa entre el ministerio y el establecimiento docente incluidas, eventualmente las atribuciones de los organismos locales, de Estado y federales.
3. Constitución y carácter del organismo directivo; sus poderes y obligaciones.
4. ¿Tiene el establecimiento personalidad jurídica? ¿Son necesarias disposiciones legislativas para que funcione? ¿Para expropiar terrenos o edificios?

Emplazamiento

1. ¿Dónde estará situado el establecimiento docente y por qué?
2. ¿En qué situación se encontrará en relación con los centros de población, los alumnos, los centros industriales, los medios de transporte, la vivienda, las líneas de electricidad, el gas, el agua?
3. ¿Qué disposiciones se han tomado para la adquisición del terreno? ¿Por las autoridades locales, por decisión ministerial o por acuerdo interministerial?

Programa de construcción

1. ¿Está terminado el pliego de condiciones para los contratos de construcción? Si no, ¿dónde y quién se encargará de prepararla?
2. ¿Constituyen un serio problema para el financiamiento los materiales que se han de importar?
3. ¿Son razonables los plazos de construcción si se tienen en cuenta los precedentes locales? ¿Si se tiene en cuenta la petición cada vez mayor en la industria de la construcción?
4. ¿Son adecuados los planos de edificio para la realización del proyecto? ¿Revelan gastos inútiles, pérdidas de espacio, o espacios no funcionales? (si las autoridades locales no hace una evaluación objetiva de la justificación de los gastos, los organismos exteriores de financiamiento no dejarán de hacerlo).
5. ¿Responde el calendario de los trabajos de la construcción a las condiciones que plantea el aumento de la matrícula, la contratación de personal, y del suministro de equipo?
6. ¿Se empleará mano de obra y materiales locales? En la negativa. ¿Por qué no?

locales para el personal extranjero.

Becas y otros tipos de formación de personal. Gastos de transporte y de viajes, dietas; gastos de escolaridad; remuneración por servicio en el extranjero.

Otros gastos de financiamiento. Electricidad, agua, gas; materiales y suministros de enseñanza y de oficina; evacuación de basuras y desperdicios; seguros; transportes (gastos de conservación y de funcionamiento); alquiler; gastos de internado; gastos de examen (si se acude a tribunales exteriores); deportes y recreos; servicios médicos; teléfono, comunicaciones; contribuciones e impuestos.

3. ¿De dónde procederán los fondos? (Indíquese por capítulos y por moneda - derechos de escolaridad, colectividades locales, Estado, presupuesto federal, fuentes privadas, asistencia extranjera).
4. En la distribución que se indica en el apartado 3 ¿pueden efectuarse pagos en cada capítulo de conformidad con el reglamento del internado?
5. ¿Están los gastos nacionales y totales dentro de los límites señalados por los planes nacionales, por las autoridades presupuestarias, etc.?
6. ¿Se han tomado las disposiciones necesarias para que se incluyan los gastos en los presupuestos correspondientes, año por año?
7. ¿Se puede esperar con algún fundamento que las fuentes de financiamiento previstas no se "agotarán" antes de que el proyecto esté terminado.
8. ¿Se ha previsto una disminución gradual de la ayuda exterior, de suerte que no resulten excesivos los gastos a que habrá que hacer frente con los recursos locales en el primer año de funcionamiento autónomo?
9. Cuando se haya terminado la preparación del programa correspondiente a un proyecto tomando en cuenta elementos como los que se acaban de enumerar, quizá sea necesario efectuar algunos ajustes por razones de presupuesto, de organización, de aplicación práctica, etc. El análisis del proyecto descrito más arriba indicará si esos ajustes son necesarios y sobre qué puntos. Si la programación y el análisis se han llevado a cabo como es debido, no habrá probablemente muchas dificultades para que se inicie el proyecto en los plazos previstos.

Pero sería ilusorio creer que todo marchará conforme al plan. Es preciso revisar

14.

constantemente durante la ejecución del proyecto y hacer los ajustes en las previsiones de gastos, en la organización, en la matrícula, etcétera, a medida que resulte necesario. El análisis y la programación de un proyecto no son una simple operación preliminar, sino que constituyen una actividad continuada. Los métodos siguen siendo los mismos.

EDUCAÇÃO e ECONOMIA NA AMÉRICA LATINA : O PAPEL DAS **CONSTRUÇÕES ESCOLARES.**

Por Ruy Mauro Marini

Falar atualmente, na América Latina, de uma política econômica da educação é, na realidade, uma incursão no futuro partindo do presente.

De fato, essa política todavia, não existe na região e, ainda mais, o próprio problema que deveria ser resolvido não tem sido abordado com todas suas implicações. Não obstante, as pressões para que isto se realize se tornam cada vez mais prementes, à medida que o problema educacional se configura como um dos mais graves que hoje surgem em nossos países.

1. A ATUALIDADE DO PROBLEMA EDUCACIONAL.

A importância crescente da educação na América Latina não é acidental, nem se confunde com a que ocorreu no passado, em algumas nações, como Argentina ou Chile. Se na situação atual continuam atuando alguns fatores similares, como a aspiração de lograr os níveis educacionais alcançados pelas sociedades mais desenvolvidas, é clara a presença de novos elementos, decisivos na urgência que se confere hoje à solução do problema educacional. Finalmente tais elementos nascem de exigências muito particulares do desenvolvimento econômico que se verificou na região nas últimas décadas, e principalmente / pelas necessidades de mão-de-obra exigidas pelo processo de industrialização.

Convém assinalar a maneira particular como evoluiu o problema ocupacional na América Latina desde o ponto de vista da industrialização. Os fatos mostram, com certeza, que nas primeiras etapas do processo, isto é, ao criar-se as fábricas de bens de consumo imediato, com base em técnicas de produção pouco avançadas, houve uma grande elasticidade na oferta de mão-de-obra (graças sobretudo aos deslocamentos verificados desde o setor artesanal), a qual exerceu, inclusive, um efeito depressivo no nível dos salários e do incremento na acumulação de capital. Tudo indica, sem dúvida, que essa margem de elasticidade se tem reduzido, à medida que se tem incrementado o nível tecnológico industrial, aumento este que se acentua cada vez mais.

Cria-se, então, uma situação muito particular no mercado de trabalho latino-americano, caracterizada pela carência de pessoal qualificado, que se acentua à medida que avança a industrialização e por um excedente de trabalhadores não qualificados, que aumenta também sob a triplíce ação: das migrações do campo, da redução do setor artesanal e da diminuição de oportunidades de emprego fabril resultante da tecnologia. Além dos aspectos sociais que implica, isto constitui um ponto de estrangulamento no processo de desenvolvimento e causa desequilíbrios de ordem salarial que se tem que evitar.

Primeiramente, busca-se a solução para o problema através da implantação de sistemas de treinamentos nas empresas e da criação de organismos de formação técnica, de caráter extra-escolar, formas que se revelam mais e mais precárias diante das exigências ocupacionais causadas pela elevação do nível tecnológico das empresas. Chega o momento em que as exigências de qualificação implantadas pela indústria, e a própria agricultura, não podem satisfazer-se integralmente mediante a oferta de pessoal nas quantidades proporcionadas pelos meios citados, e requerem não somente um aumento nas disponibilidades de mão-de-obra qualificada, como também de pessoal de alto nível, isto é, com educação superior. Torna-se então evidente que isto não se pode fazer sem que se modifique radicalmente o sistema de educação nacional, com o fim de adequá-lo às necessidades do desenvolvimento.

Este é o ponto ao qual chegamos na América Latina. Não surpreende, pois, o fato de que o problema educacional, como um todo, isto colocado na ordem do dia, e que, na totalidade dos países da região, se registra uma atividade febril tendente a encontrar as soluções mais adequadas aos problemas existentes - isto é, a política capaz de traduzir em resultados os objetivos que se pretendem atingir em educação. Essa busca tropeça, como é natural, em obstáculos de toda ordem, entre os quais alguns apresentam um caráter mais geral, outros são próprios das condições latino-americanas. Teríamos que examiná-los, se pretendemos delimitar o problema e fixar o papel / que assume a construção escolar no movimento atual de reformulação do sistema educacional na região.

2. A INTEGRAÇÃO DOS PLANOS EDUCACIONAIS AOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

A maior dificuldade que se defronta hoje a política educacional na América Latina é a atenção às exigências que estão na raiz de seu processo de transformação - e que são, como vimos, principalmente de ordem econômica - sem perder de vista outras finalidades principais próprias da educação, como são, o desenvolvimento das potencialidades do homem, abrir-lhe o caminho até à cultura, proporcionar-lhe uma compreensão do mundo no qual e para o qual vive. Não se retiraria êsse conteúdo humanístico e político sem desvirtuá-lo em sua própria essência.

A UNESCO tem insistido neste aspecto, ainda ao tratar de um ramo educacional tão diretamente vinculado à economia, como é o ensino técnico e profissional. Desde seu ponto de vista, a formação profissional deve consistir em algo mais que em formar uma pessoa para um ofício determinado, dando-lhe os conhecimentos práticos e teóricos necessários. Esta formação, associada à educação geral, deveria também contribuir para desenvolver a personalidade e o caráter do indivíduo e a fomentar sua capacidade de compreensão, juízo, auto-expressão e adaptação às circunstâncias.

Aos problemas que derivam dessa questão se somam aos que se referem a sua instrumentação. Os avanços alcançados pelas sociedades modernas no que concerne à organização consciente de sua evolução conduzem a que, na definição de uma política, se siga a elaboração de um plano e o estabelecimento de um programa para sua execução. Noutras palavras, se trata de traduzir as prioridades, metas e diretrizes gerais em objetivos precisos, adequados aos recursos existentes, criar os instrumentos necessários para sua realização e fixar os prazos parciais e finais dentro dos quais deverão ser alcançados.

Uma primeira questão que se apresenta, consiste em lograr uma integração efetiva do plano educacional no plano geral de desenvolvimento, a qual se apresenta na América Latina de maneira particularmente aguda. De fato a prática da planificação econômica é relativamente recente na região, já que os primeiros intentos sistemáticos não aparecem senão depois de 1945, e estamos longe todavia de alcançar, neste terreno um grau aceitável de eficiência. Por outro lado, apenas se inicia o esforço para integrar os planos de educação na planificação econômica, o que quer dizer que só agora começamos a nos dar conta das dificuldades que êle implica.

Essa integração, já por si e a um nível puramente metodológico, não é fácil.

Teríamos que considerar, sem dúvida, que existe uma arritmia natural entre a educação e a economia a qual dificulta consideravelmente sua aplicação, e que é explicada pela dificuldade essencial da previsão neste campo (educação para a formação de recursos humanos) que nasce da margem que se verifica no tempo entre o resultado das inversões "produtivas" e o das inversões em matéria de ensino. Geralmente as primeiras contribuem para aumentar a oferta de empregos e a produção na mesma época do plano quadrienal ou quinquenal no curso do qual se realizarão ; no que se refere às inversões escolares e universitárias, a construção de novas escolas técnicas, de novas escolas de engenharia, decidida por um plano dado, não tem efeito sobre o aumento do ritmo de agregados na população ativa senão de cinco a dez anos depois da decisão inicial, isto é, no curso do plano econômico seguinte ou ainda mais além. Nos países desenvolvidos já se conta com um sistema educacional que assegura um estoque suficiente de indivíduos com um nível educacional geral e com o qual pode contar a economia.

Não se deve esquecer que o problema não reside somente na diferença entre os países desenvolvidos e os nossos, com relação a estrutura tendência e ritmo de crescimento.

O problema é porém mais grave se considerarmos a maneira como se dá na América Latina o progresso tecnológico. De fato, as técnicas de produção nos chegam de fora, isto é, constituem autênticos produtos de importação, e sua incorporação à economia depende de uma série de variaveis externas, notadamente a posição da balança comercial e os movimentos/ de capital.

Os planificadores da educação na América Latina têm enfrentado dificuldades muito particulares, que não se podem resolver com a adoção indiscriminada de criterios e práticas que tiveram êxito em outras regiões. Antes impõe-se a necessidade de uma busca metodológica, rigorosa, / tendente a estabelecer aquêles procedimentos mais capazes de operar com eficiência nas condições regionais. A própria estrutura dos sistemas educacionais aqui existentes, e os recursos disponíveis para sua manutenção e transformação, reforçam a necessidade de tal atitude.

3. AS ESTRUTURAS EDUCACIONAIS.

Em 1962, se tomou consciência na América Latina de que os gastos educacionais da região se encontravam inferiores dos realizados nos

países de maior desenvolvimento econômico. Levando em conta que as necessidades regionais são muito mais notáveis que nestes, a situação se apresentava paradoxal, e se pretendia implantar como medida inicial, uma mobiliza-ção de recursos que a modificasse. Tal foi a decisão adotada pelos ministros dos países latino-americanos, na Conferência promovida pela UNESCO, nesse ano (1962), em Santiago do Chile, os quais estabeleceram como meta a alcançar, no mais curto prazo possível, uma aplicação global de recursos à educa-ção correspondente a 4% de seu produto nacional bruto.

A realidade é que, independentemente das metas quantita-tivas que se estimem convenientes em matéria de recursos para o ensino, o problema educacional na América Latina se configura com base em elementos estruturais tais que, sem que os submeta a um processo radical de mudança, não haverá muito que esperar dos investimentos realizados. Isto deriva funda-mentalmente, das próprias características da estrutura educacional vigente nos países da região, as quais são o resultado de um longo processo histórico.

Não constitui uma novidade quando se diz que os sistemas escolares latino-americanos (como o conjunto de suas instituições) resultam de uma transplantação verificada, na fase colonial, dos que regiam então nos paí-ses europeus, os quais se caracterizavam por uma distinção visível entre o en-sino básico e o acadêmico.

4. A EFICIÊNCIA ECONÔMICA DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS.

Em vista das mudanças que têm havido nos últimos anos na matrícula escolar, mostra sem razões de dúvida, um esforço das estru-turas educacionais da América Latina para responder às exigências implantadas pelo desenvolvimento econômico. É significativo observar que entre 1956 e 1965, a matrícula do nível primário cresceu em 60%, aumentou o ensino de 2º e 3º níveis em 111% e 92%, respectivamente. Em consequência, a distribuição da população escolar tem melhorado em relação àquela que se verifica em re-giões mais desenvolvidas.

Isto implica, naturalmente, num maior montante de inver-são a esses níveis, sendo conveniente conhecer a proporção existente entre a distribuição da matrícula escolar e a aplicação de recursos por nível educacio-nal.

No ensino primário, a retenção do sistema educacional / tem sido, para o conjunto da região, de 26,5% no período 1960-1965, o que re-

apresenta uma melhora em relação ao existente anteriormente. Para o secundário geral, dispõe-se de dados para poucos países, os quais indicam, sem dúvida, uma retenção que flutua entre 15 e 40%, com algumas exceções notáveis como Haiti e Nicarágua, donde se supera este percentual (o que se explicaria, segundo a UNESCO, pelo volume reduzido de estudantes e o caráter seletivo que ali tem o ensino a esse nível). Finalmente, para a educação superior a UNESCO estima que os dados são incompletos, mas crê poder afirmar que a evasão alcança cifras muito elevadas, particularmente nos primeiros anos.

Parece, pois, tranquila a conclusão de que as inversões na educação estão todavia muito longe de apresentar, na América Latina, um grau satisfatório de rentabilidade. Neste sentido, o que pode parecer um grande esforço de inversão muitas vezes se transforma numa desinversão real, expressa de maneira dramática, pelo fenômeno de evasão escolar. Teria que aludir a essa desinversão a baixa qualidade do ensino latino-americano, geralmente reconhecido, ainda que apresente dificuldades quase insolúveis para quantificar-se, as repetições de anos escolares, as mudanças de carreira na metade dos cursos, etc.

5. A CONTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

Sem dúvida, a modificação do gasto educacional em favor das inversões físicas não bastaria, por si só, para aumentar o rendimento do sistema escolar, e teria que acompanhar-se de uma racionalização das construções. Tal racionalização contribuiria, por sua vez, para liberar parte dos recursos disponíveis, que se podia reduzir os gastos correntes, sem necessidade de novas aplicações pressupostas. Isto mostra basicamente o aspecto dinâmico do papel que, em busca de uma melhor educação a preço melhor, toca aos responsáveis das construções escolares na região.

Como em qualquer atividade, a racionalização da construção escolar tem que ver com aspectos de planejamento, de elaboração e de execução. Em relação ao primeiro, poderíamos exemplificar com o problema da distribuição geográfica das escolas, que não obedecendo na América Latina a critérios racionais, causa frequentemente situações de utilização excessiva ou deficiente do conjunto. Sem dúvida, com base na análise das características demográficas, educacionais e econômicas de um certo território, se pode estabelecer um plano de distribuição escolar, que se complementaria, em cada caso, com o estudo das tendências da demanda de matrícula e do efeito multipli-

cador de espaços que tem o trabalho por turnos, para estabelecer o tamanho timo do edifício, evitando assim margens eventuais de super ou sub-utilização.

Quanto a elaboração do plano, o aspecto que mais chama a atenção é o que se refere ao financiamento do mesmo. O custo final de um único edifício distancia-se consideravelmente do custo programado, pelas interrupções que incidem no processo de construção, com motivo de falhas no suplemento dos recursos financeiros. Os problemas que daí se derivam, como a inatividade remunerada da mão-de-obra ou a variação dos preços dos materiais (principalmente na fase da situação inflacionária que abrange quase toda região), modificam os cálculos iniciais e levam às vezes a uma paralização total dos trabalhos - o que se podia evitar mediante a organização correta do sistema de financiamento.

Já no campo, mesmo da execução, encontramos, em primeiro lugar, questões propriamente arquitetônicas, isto é, relativas à programação e projeto, que se vinculam muito estreitamente com os problemas de ordem técnica. Assim é que, a nível arquitetônico, se podem lograr consideráveis economias, mediante uma programação e um projeto que se orientam pelo critério de reduzir no edifício a carga apresentada por tudo o que não seja diretamente produtivo em matéria de educação. O esforço para reduzir as áreas complementares ou auxiliares do edifício - administração, circulações - em benefício da área propriamente educacional - aulas, laboratórios, biblioteca - pode proporcionar uma melhor solução arquitetônica, sem aumento de custos, e ainda em muitos casos, uma diminuição destes. No mesmo sentido, a busca de fórmulas que, sem prejudicar a qualidade do ensino, sejam mais econômicas, para melhor aproveitamento do espaço e dos equipamentos, como são os laboratórios de usos múltiplos, aparecem como uma meta a que deve aspirar o arquiteto.

A essas economias se aludem com uma ênfase particular, as que se referem a materiais, técnicas e sistemas construtivos. Isto não tem que ver tão só com a poupança em recursos que podem proporcionar a utilização de materiais locais, evitando-se o custo de transporte, senão também / com o estudo das técnicas que, em certas condições de terreno sejam mais econômicas para a construção. Um ponto a destacar aqui é a necessidade de abrir mão, na medida do possível, de sistemas construtivos conhecidos ou de fácil assimilação por parte da mão-de-obra local, normalmente desprovida de qualificação.

Tais questões técnicas se vinculam estreitamente com as de projeto, já que corresponde ao arquiteto levar em conta fatores como os desníveis tecnológicos que privam na região e a falta de preparação da mão-de-obra, no momento de conceber seu projeto.

Do exposto, um fato aparece com clareza, é que as construções escolares constituem um dos pontos críticos, na fase da definição de uma política econômica da educação na América Latina. Os mesmos problemas com os quais se depara a região para aumentar as disponibilidades de recursos aplicados na educação, indicam que é o melhor aproveitamento dos recursos o que deve, de imediato, por-se em 1º lugar. Isto implica em uma rees-truturação do gasto educacional em favor das inversões de capital, mas exige correlativamente uma racionalização crescente na aplicação dêsses recursos.

Traduzido e resumido por

VALECIO ORNELLAS

Representante do Banco Nacional da

Habitação

01 de julho de 1 969

Fonte: Revista CONESCAL nº 7

COMENTÁRIOS EM TORNO DO QUESTIONÁRIO SOBRE CONSTRUÇÕES ESCOLARES

A) CONCEITUAÇÃO

Tratando-se de definir o que seja um programa de construções escolares, ha que se fechar o assunto com um item que permita formular conclusões finais sôbre a matéria.

Por isso caberia acrescentar:

e) acompanhar o Uso do prédio, avaliando as vantagens e os inconvenientes do mesmo, a durabilidade e a adequação dos materiais empregados, a funcionalidade da planta, etc, até que se consiga:

- 1) dados fidedignos para elaboração de um plano de conservação;
- 2) fundamentação suficiente para a seleção das melhores plantas para cada zona. (aliás, no quadro da página seguinte (2), onde se alinham os tópicos apresentados na conceituação, aparece mais sob o título de "elaboração de planos de conservação" que é, a nosso ver, um aspecto parcial do quesito acima proposto).

B) PLANEJAMENTO

- O item 4 está mal posicionado. Deve ser apresentado em 2º lugar para se obter um ordem lógica de:

- 1 e 2 - existência e qualidade do planejamento;
- 3 - órgão incumbido de realizá-lo (com maior espaço para a resposta);
- 4 - composição do órgão;
- 5 - interpretação do órgão quanto duração a curto, médio e longo prazo.

- As perguntas 6 e 7 - como estão colocadas - admitem como respostas sim ou não.



Para as conclusões do GNDCE, talvez fôsse preferível uma redação que permitisse, através as respostas, melhor avaliação dos procedimentos das Secretarias.

- O quadro 8 é de difícil interpretação. Não se justifica mesmo o aspecto gráfico apresentado, uma vez que não há o que preencher nos $\frac{2}{3}$ do quadro, e talvez falte espaço no terço que deve ser preenchido.

Propomos para substituir o item 8 a seguinte redação:

Correlacione os órgãos e serviços da coluna B, numerando-os de acôrdo com as atividades da coluna A, abaixo relacionadas.

Complete, ao lado da coluna B, o nome dos setores especificamente encarregados da execução.

A - ATIVIDADES

- 1 - Planejamento do programa de construções escolares.
- 2 - Elaboração das plantas para construção.
- 3 - Execução das obras.
- 4 - Fiscalização.
- 5 - Elaboração dos planos para conservação.
- 6 - Conclusões finais do programa.

B - Órgão e Serviços	Setores específicos de execução
Conselho Estadual de Educação	
Secretaria de Educação	
Secretaria de Obras	
Órgãos especiais-enumerar	

C. LEVANTAMENTOS E ESTUDOS

Se a intenção do GNDCE é coletar dados para o estabelecimento de um diagnóstico, o primeiro cuidado será o de usar no questionário termos que "amarrem" as respostas a uma conotação única.

O item 10 da parte C, se apresentado tal como está, oferecerá uma gama tão variada de respostas - pelas diversas interpretações, a que está sujeito - que sua totalização, para configurar a realidade brasileira, será impossível.

A começar pela ordem dada assinalar na página anterior (9) é riscar. Aqui, parece, é preencher,

Quanto ao quadro:

- a faixa etária tem que ser estabelecida;
- matrícula existente deve ser substituída por:
 - a) Capacidade total da rede em 2 turnos;
 - b) Capacidade total da rede em 3 turnos;
 - c) Matrícula existente nas escolas de 2 turnos;
 - d) Matrícula existente nas escolas de 3 turnos;
 - e) Contingente de 1ª série esperado em 1970, 1971, 1972;
 - f) Número de crianças de 7 a 14 anos fora do sistema.

Lembramos que a última publicação do IBGE (atualidades estatísticas do Brasil 1969) se reporta ao 2º trimestre de 1968, na parte de ensino, numa pesquisa nacional por amostra de domicílio.

Nosso parecer é que os dados ali disponíveis não sejam solicitados aos Estados.

- No item C da página 3, não se pode pedir "anos posteriores" sem balizar o período.

Iuiz Mendes da Silva

Julho de 1969

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da reunião extraordinária realizada a 18 de julho de 1968 com representantes do Programa Mundial de Alimentos.

Com a presença do Dr. Guido Ivan, Diretor do I.N.E.P. e Coordenador Substituto do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, do Arq. Rudérico Pimentel, do Prof. Sérgio Guerra Duarte e dos visitantes Pedro Correa e Mr. Bordeaux, realizou-se na sala 1010 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, reunião extraordinária do GNDCE, solicitada pelo Oficial dos Projetos do Programa Mundial de Alimentos, Sr. Pedro José Correa, a fim de que entabulasse conversações com os membros do Grupo e representante, para a área latino-americana, do Programa Mundial de Alimentos, Mr. Bordeaux.

O visitante explicou que vinha propor ao Grupo a execução de um plano de construção de escolas já aplicado com êxito na Guiné, e que consistia no fornecimento de rações alimentares a voluntários que participassem, gratuitamente, do trabalho de ereção de escola em comunidades rurais.

O Secretário Executivo pediu ao visitante a documentação correspondente ao registro dessas experiências, comprometendo-se o Sr. Pedro Correa a encaminhar ao Grupo material informativo a-cêrca do assunto. O Secretário Executivo perguntou se o Programa Mundial de Alimentos não era colidente, em seus objetivos, com a FAO, recebendo a resposta de que ambos tenham áreas próprias de atuação. Perguntou também se a incorporação de peixe sêco, bacalhau, quaije e leite em pó na dieta alimentar das populações rurais não afetaria os seus padrões de consumo habituais, e se ao fim da experiência a interrupção desse novo padrão alimentar não traria problemas novos para a comunidade. Indagou, do mesmo modo, se o PMA estava ligado à política de venda dos excedentes agrícolas dos países industrializados, recebendo a resposta de que esses e outros assuntos seriam esclarecidos na documentação a ser remetida ao GNDCE. Na presente reunião, em face da urgência de sua convocação, não foram chamados os demais membros do Grupo, que se fizeram representar pelo Ar. Rudérico Pimentel.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da quadragésima quarta reunião ordinária, realizada a 28 de junho de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Arqs. Ruderico Pimentel, Luiz Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura, do Engs. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, teve início a 44ª reunião ordinária, convocada pelo primeiro e destinada a aprovar o texto estudado e revisto na reunião precedente. O Secretário Executivo ponderou que uma das reivindicações do ofício ao Sr. Ministro, referente à instalação do GNDCE, estava sendo a tendido naquele momento, com a mudança no arranjo das salas do I.N.E.P., e por tal motivo não se justificava a sua manutenção no texto. Objetou o Eng. Paulo Ferreira que o Grupo era de composição inter-ministerial, nada dependendo do I.N.E.P., razão porque poderia pleitear ao Sr. Ministro da Educação uma sala alugada fora do Palácio da Cultura, sendo o arranjo de que falava o Secretário algo de provisório, que de uma hora para outra poderia ser tirado do Grupo, dado o caráter precário da atribuição. Os arq. Ruderico Pimentel e Ivo Coutinho de Moura manifestaram-se a fa-
vor da manutenção do registro, tendo o primeiro asseverado que não iria retirá-lo por já constar do texto, devendo explicar verbalmente ao Ministro, quando da entrega do ofício, que o item já fôra atendido. O Secretário Executivo afirmou, em resposta ao Eng. Paulo Ferreira, que não julgava cabível, após quase um ano ao longo do qual o Grupo pleiteou, com razão, um local no INEP onde pudesse instalar-se, insurgir-se contra o atendimento da medida, acimando-a de insatisfatória para o Grupo. Afirmou também que o pedido do ofício não permitia a interpretação que lhedava o Eng. Ferreira, sendo pois necessário modificá-lo ou, mantendo a forma original, suprimi-lo, pois não se pode pleitear o que já se obteve. Prevalecendo entre os presentes a idéia de preservar a reivindicação no texto do ofício, foi o rascunho de mesmo encaminhado para o trabalho definitivo de datilografia.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da quadragésima terceira reunião ordinária, realizada a 27 de junho de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Arq. Ruderico Pimentel, Coordenador Substituto, Ivo Coutinho de Moura e Luiz Augusto dos Santos Braga, dos Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e Paulo Ferreira de Souza Filho e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, teve início a 43ª reunião ordinária, convocada pelo primeiro para submeter à apreciação do Grupo a minuta do ofício a ser dirigido ao Sr. Ministro, apresentando as recomendações do GNDCE e relacionando os problemas de base com que se defronta o Grupo desde a sua criação. Após tecer longas considerações sobre o sentido do texto, e de incorporar ao mesmo as sugestões dos demais membros do Grupo, o Sr. Coordenador marcou nova reunião para o dia 28, quando seria então encaminhado para a datilografia, em sua forma final, o texto do ofício.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da quadragésima segunda reunião ordinária, realizada a 25 de junho de 1968 no Ministério do Planejamento.

Com a presença dos Arq. Ruderico Pimentel, Ivo Coutinho de Moura e Luiz Augusto dos Santos Braga, dos Engs. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, teve início a 42ª reunião ordinária, tendo sido lidas tôdas as recomenções em sua configuração definitiva, recebendo aos mesmos aprovação unânime do Grupo. O Secretário Executivo ficou incumbido de providenciar o trabalho de datilografia, a fim de que sejam encaminhados ao Sr. Ministro, com a máxima brevidade, as citadas recomendações.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da quadragésima primeira reunião ordinária, realizada a 21 de junho de 1 968 no Ministério da Fazenda.

Com a presença dos Arqs. Roderico Pimentel, Luiz Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura, do Engs. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, realizou-se no Ministério da Fazenda, sala 1234, reunião ordinária destinada a examinar outras recomendações do Grupo, tendo o Engenheiro Carlos Alexandre sugerido que ao invés de várias proposições apresentadas progressivamente, fossem todas elas reunidas e encaminhadas juntamente com um relatório do Grupo, o qual conteria exposição de motivos sobre o que o mesmo já executou até o presente e os problemas de origem com que o mesmo se debate, dificultando o andamento normal de seus trabalhos. O Engenheiro Carlos Alexandre, após o estudo detido de cada recomendação, ficou encarregado de reuni-los e apresentá-los em próximo encontro do Grupo. O Secretário Executivo leu para o Grupo o ofício que o Sr. Coordenador endereçou ao Sr. Ministro, explicando a situação criada com a necessidade de regulamentar de novo as gratificações do Grupo. Comunicou também que o Sr. Coordenador viajará para o exterior a 26 do corrente mês, após o que foi encerrada a reunião.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da quadragésima reunião ordinária, realizada a 14 de junho de 1968 no Ministério da Fazenda.

Com a presença dos Arqs. Ruderico Pimentel, Luiz Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura, dos Engs. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, realizou-se no Ministério da Fazenda, sala 1234, reunião ordinária destinada a examinar as recomendações a serem encaminhados ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, tendo sido aprovada por unanimidade a Recomendação 02/68 e considerados minudentemente os textos das demais recomendações em projeto. Foi igualmente tratada a situação embaraçante em que se acha o Grupo, que desde abril próximo passado não recebe, por seus trabalhos, as gratificações a que tem direito, havendo o Secretário Executivo informado que o Prof. Carlos Mascaro, Coordenador do Grupo, deveria avistar-se com o Sr. Ministro na próxima semana e, assim, esclarecer o caso da regulamentação dos jetons.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima nona reunião ordinária, realizada a 11 de junho de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença do Prof. Carlos Correa Mascaro, Coordenador, dos Arq. Ruderico Pimentel, Luiz Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura, dos Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, Secretário Executivo, teve início a 39ª reunião ordinária, tendo o Eng. Paulo Ferreira dado maior desenvoltura à sua exposição do encontro precedente, exibindo os anteprojetos de recomendações e cotejando, com os membros do grupo, idéias e sugestões quanto à definitiva disposição do material. Sugeriu o Eng. Carlos Alexandre, com a anuência do Sr. Coordenador, que próximos encontros se efetuassem no Ministério do Planejamento, em seu gabinete (sala 1234 do prédio do Ministério da Fazenda), sempre que dêles não pudesse participar o Sr. Coordenador.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima oitava sessão ordinária, realizada a 6 de junho de 1968.

Com a presença do Prof. Carlos Correa Mascaro , Coordenador, dos Arq. Ruderico Pimentel, Luiz Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura e dos Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, teve início a 38ª reunião ordinária do GNDCE, tendo o Eng. Paulo Ferreira solicitado a prioridade de seu depoimento, tendo em vista a necessidade de sair antes do término da reunião, que sofreu um atraso em seu início, com a anuência do Sr. Coordenador, o Dr. Paulo Ferreira resumiu para o mesmo a decisão do Grupo de compilar algumas recomendações e enviá-los ao Sr. Ministro, dando assim cumprimento às incumbências legalmente atribuídas ao Grupo. O Sr. Coordenador, que faltara à reunião precedente onde fôra ventilada a idéia, concordou com a mesma, pedindo que fôsem, num próximo encontro, trazidas algumas sugestões. Respondeu o Eng. Paulo Ferreira que o Grupo já cuidara disso, passando a expor documentos preparados, e de qual são reproduzidas as cópias em anexo. Sugeriu o Prof. Mascaro, após o exame do material, que o Eng. Carlos Alexandre disse uniformidade estatística e configuração definitiva ao conjunto de recomendações. Comunicou também o Eng. Paulo Ferreira que o Sr. COFAU, do BNH foi instada pelo Ministro interino do Interior a dar uma decisão final, em nome do Banco, sobre a recomendação 01/68 do Grupo. A Sra. Zenaide Schultz, presente à reunião, fez longa explanação sobre aspectos negativos da promoção automática, sempre que esta iniciativa é tomada sem o atendimento prévio de requisitos mínimos de conviência pedagógica. Informou o Sr. Coordenador que no encontro que terá com o Sr. Ministro, na próxima semana, tratará do caso das gratificações do Grupo, suspensas desde abril, bem como da nova ordenação jurídica das mesmas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima sétima reunião plenária, realizada a 3 de junho de 1968 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Com a presença do Arq. Ruderico Pimentel, Coordenador Substituto, dos Arq. Ivo Coutinho de Moura e Luiz Augusto dos Santos Braga, dos Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, teve início a reunião plenária convocada pelo Coordenador substituto. Usando da palavra, o Eng. Paulo Ferreira sugeriu que na seguinte reunião cada membro do Grupo levasse projetos de recomendação, através dos quais o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares demonstrasse o cumprimento de suas atribuições normativas. Foram sugeridas, ao longo da reunião, algumas possíveis recomendações, devendo contudo cada integrante do Grupo formalizá-los por escrito para submetê-los a discussão no próximo encontro. O Secretário Executivo transmitiu ao Grupo a informação que recebeu do Dr. Edson Franco, Secretário Geral do MEC, quanto à existência de uma bolsa-de-estudos sobre construções escolares, fornecida pela USAID, devendo o contemplado, a ser indicado pelo Grupo, passar oito semanas nos Estados Unidos. O Arq. Ruderico Pimentel deverá, por isso, avistar-se com o Dr. Edson Franco. O Sr. Coordenador pediu ao Secretário Executivo que lhe encaminhasse cópias de todas as Atas do Grupo. Todos os membros do Grupo voltaram a expender considerações sobre os impasses que estorvam o Grupo, e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima sexta reunião plenária, realizada em 31 de maio de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho e Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, dos Arq. Ruderico Pimentel, Ivo Coutinho de Moura e Luiz Augusto dos Santos Braga, e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, teve início a sessão plenária convocada pelo Coordenador substituto, Arq. Ruderico Pimentel, tendo sido ventilada, na reunião, a situação em que se acha o Grupo e os problemas que o mesmo enfrenta para levar adiante seus objetivos primaciais. O Eng. Paulo Ferreira informou que o Ministério do Interior, através do titular interino da pasta, interpe-
lou o Sr. COFAU, do BNH, no sentido de que esta entidade respon-
desse à recomendação feita pelo Grupo no início de fevereiro. Foi
examinada a questão do Simpósio que deverá realizar-se no fim do
corrente ano em São Paulo, bem como a necessidade de um entendi-
mento prévio com as várias autoridades estaduais que participa-
rão do conclave. O Secretário Executivo foi indagado sobre o an-
damento da questão das gratificações do Grupo e das providências
tomadas pelo Sr. Coordenador, respondendo que em face da ausên-
cia do mesmo, e da iniciativa que tomou de tratar pessoalmente do
problema, só ele próprio poderia responder ao Grupo. Ficou deci-
dida para segunda-feira, 3 de junho, uma nova reunião.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima quinta reunião plenária, realizada em 29 de maio de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Srs. Prof. Carlos Correa Mascaro, Coordenador, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura e Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, teve início a sessão plenária convocada pelo Sr. Coordenador, tendo seguida, no curso da reunião, a seguinte ordem do dia:

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Reunião realizada em 15 de maio de 1968

Ordem do dia

- 1) - a alteração da portaria que dispõe sobre a remuneração dos membros do Grupo;

Usando da palavra, o Sr. Coordenador afirmou na próxima semana já deveria ter resolvido a questão da regulamentação das gratificações atribuídas ao Grupo, indagando em seguida ao Eng. Carlos Alexandre sobre a previsão do orçamento do GNDCE para 1968, tendo este respondido que não poderia apresentá-lo sem antes saber em quanto montarão os gastos atinentes às gratificações. O Prof. Mascaro, em resposta, afirmou que poderia ser feito um cálculo parcial de outras despesas, incorporando-se depois as alíquotas aos jetons. O Arq. Ruderico Pimentel prometeu trazer, na reunião seguinte, o parecer sobre o livro editado pelo I.N.E.P., a fim de se examinar a possibilidade de reeditá-lo. O Sr. Coordenador admitiu a possibilidade de um contato com a Divisão de Obras, a fim de conhecer e aproveitar o seu acervo na parte referente a plantas de escola. Incumbiu igualmente ao Secretário Executivo de preparar ofício ao Sr. Ministro, pedindo seus bons ofícios para levar a BNH a emitir parecer definitivo sobre a recomendação do Grupo. O Secretário leu os ofícios expedidos pelo Grupo, e o Sr. Coordenador afirmou já ter entregue ao Sr. Ministro os dados do Censo Escolar, para divulgação, por Sua Excelência, à imprensa e à opinião pública em geral. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima quarta reunião plenária, realizada em 17 de maio de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Senhores Prof^o. Carlos Correa Mascaro, Arquitetos Ruderico Pimentel, Luís Augusto dos Santos Braga e Ivo Coutinho de Moura, Eng^o. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e Paulo Ferreira de Souza Filho e do Prof^o. Sérgio Guerra Duarte. Teve início a reunião convocada pelo Sr. Coordenador, tendo êste comunicado aos presentes que não poderia, em vista de um compromisso urgente, participar da reunião. O Arq. Ruderico Pimentel solicitou do Secretário Executivo maiores esclarecimentos sôbre a alteração da portaria que fixou as gratificações do Grupo, noticiada pelo Sr. Coordenador após a última reunião, tendo o Secretário asseverado que só o Dr. Mascaro poderia, com pleno conhecimento, esclarecer a questão. Outrossim, lamentou o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil que nenhuma iniciativa de ordem prática fôra tomada para a instalação definitiva do Grupo. O Dr. Ivo Coutinho lamentou, seguido pelo Eng^o. Carlos Alexandre, que apesar de já estarmos no mês de maio, nada sabemos sôbre os recursos financeiros para 1968, prejudicando assim nosso programa de trabalho. O Secretário Executivo salientou a conveniência de se consultar ao Banco Nacional de Habitação sôbre a recomendação do Grupo. Disse igualmente que a ordem do dia para a presente sessão, tendo em vista a impossibilidade de participação do Sr. Coordenador, fica mantida para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Ata da trigésima terceira sessão plenária, realizada em oito de maio de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Com a presença dos Senhores Prof. Carlos Correa Mascaro, Arquitetos Ruderico Pimentel, Ivo Coutinho de Moura e Luis Augusto dos Santos Braga, dos Engenheiros Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e Paulo Ferreira de Souza Filho, da Sra. Zenaide Schultz, da Sra. Linda Andrade e do Prof. Sérgio Guerra Duarte, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, tendo o Secretário Executivo, do Grupo, Prof. Sérgio Guerra Duarte, afirmado que a partir da sessão então em realização, as atas correspondentes passariam a ter apresentação formal dos atos oficiais utilizados nos Conselhos de governo, pondo-se de parte o modelo adotado pelo Prof. Campos ao secretariar as primeiras reuniões do Grupo, em junho de 1967. A ordem do dia é transcrita abaixo:

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Reunião do dia 8 de maio de 1968, no I.N.E.P.

Ordem do dia

- 1) - Participação do Brasil no Conselho Diretor do CONESCAL;
- 2) - viagem de Sr. Ministro ao México;
- 3) - verbas do Grupo para 1968;
- 4) - possibilidade de reeditar a publicação Projetos de salas de aula para curso primário, do I.N.P.E.
- 5) - comunicar ao Grupo a relação de bolsistas selecionados para ida ao curso de CONESCAL;
- 6) - comunicação de Dr. Ivo Coutinho de Moura, sobre a possibilidade de entendimento do Grupo com dois destacados especialistas;
- 7) - o problema da instalação definitiva do Grupo;
- 8) - a utilização das fichas de CONESCAL para a padronização estatística dos dados sobre construções escolares no Brasil - Dona Zenaide;
- 9) - expediente:
 - a) ler para o Grupo a relação de bolsistas que já passaram pelo CONESCAL.
 - b) a assinatura da revista;
 - c) material de divulgação de empresa canadense.

- 10) - o convênio com o BNH - Dr. Itamar Dias Rocha.
 11) - Outros assuntos.

Usando da palavra, o Eng. Paulo Ferreira sugeriu que o Sr. Ministro da Educação divulgasse o quadro apresentado pela Sra. Zenaide Schultz aos membros do Grupo, resultante do Censo Escolar, e pelo qual fica demonstrado que, ao contrário do que noticiou um matutino do Rio de Janeiro, são apenas um milhão e meio (e não seis milhões) de crianças que não vão à escola por falta dos mesmos, pois dos outros dois milhões e meio que não vão à escola, o motivo alegado não é a falta da mesma, porém outros (doença, condições econômicas precárias etc.). Fazendo uso deste quadro, o Sr. Ministro ressaltaria que o problema da educação não depende só de seu esforço à frente da pasta, mas de muitos outros condicionantes. O Dr. Ruderico Pimentel sugere que na entrevista coletiva do Sr. Ministro, este seja assessorado pelo Grupo, ao qual deve ser atribuída a iniciativa do esclarecimento. O Dr. Mascare informou que o Sr. Ministro não vai mais ao México, como pretendia, sendo assim oportuna a citada divulgação. Ficou decidido que a Sra. Zenaide Schultz prepararia um documento sobre o assunto, encaminhando-o depois ao Sr. Ministro. O Sr. Coordenador apresentou ao Grupo a Sra. Linda Andrade, que veio de São Paulo para assessorar o Diretor do INEP e se fez presente à reunião do GNDCE. O Eng. Carlos Alexandre leu o documento fixando a posição do Grupo quanto à participação do Brasil no Conselho Diretor do CONESCAL, tendo o Dr. Mascare afirmado que a contribuição do Brasil, com a anuência do órgão da UNESCO, baixará para 20 mil dólares anuais. Quanto às verbas do Grupo para o corrente ano, depende ainda de encontro que terá com o Sr. Ministro. O Secretário Executivo exibiu ao Grupo a publicação do INEP sobre projetos de salas de aula para curso primário, lançada em 1958, a fim de se examinar a possibilidade de reeditar a obra, dando cumprimento à sugestão do Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho no tocante à divulgação de estudos e projetos para todas as autoridades estaduais e particulares. O Arq. Ivo Coutinho de Moura disse ter-se avistado com dois eminentes especialistas brasileiros, Srs. Pingarilho e Gonçalves Carneiro, o primeiro do GESI e bolsista da USAID nos Estados Unidos, onde fez um curso sobre construção escolar, e segundo, do Ministério do Planejamento e incumbido da articulação de universidades americanas com o nosso governo com o fito de erradicar os mocambos do nordeste, sendo de grande valia um encontro do Grupo com ambos. O Sr. Coordenador lamentou que até o presente, passados vários meses, o Banco Nacional de Habitação não haja respondido à recomendação do Grupo. O Dr. Ruderico Louvou o trabalho desenvolvido pela Sra. Zenaide Schultz e sugeriu a formalização de seu aproveitamento no Grupo mediante

gratificação especial. Indagou em seguida ao Coordenador sobre as providências já tomadas para instalação do Grupo, tendo o Prof^o. Mascaro respondido que o Eng. Heraldo Guimarães Reif recebera dele a incumbência de instalar definitivamente o Grupo na Seção de Arquitetura Escolar. Os membros do Grupo estranharam que quase um ano após a sua implantação, o Grupo ainda continua desprovido de recursos financeiros e de local de instalação, sendo essa última providência, de pa demora, em levá-la a cabo, a principal responsável pelos embaraços com que luta o Grupo em sua fase atual de expansão de trabalhos. O Secretário Executivo exibiu ao Grupo o expediente constante da ordem do dia, e nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

GNDCE/8.5.68

(Cópia) zpc/23.4.69

"DÉFICIT" ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES

Zenaide Cardoso Schultz *) - INEP

O diagnóstico da situação educacional do país, alvo dos estudos e pesquisas a que, no Ministério da Educação e Cultura, se dedica o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem sendo esclarecido com a configuração de novos esquemas até então não evidentes, principalmente com relação ao ensino primário. Devido ao seu caráter de obrigatoriedade e de educação básica geral, análises mais minuciosas têm sido feitas sobre ele.

Muitas vezes empresta-se, à primeira vista, a quantitativos numéricos, significados que não expressam a realidade completa, e a interpretação dos fatos pode resultar distorcida.

O censo escolar, realizado em 1964, por iniciativa do INEP, com a cooperação do IBGE e das Secretarias de Educação dos Estados, revelou que, das crianças de 7 a 14 anos, num total de 13,5 milhões, 8,8 milhões estavam escolarizadas e 4,7 milhões não frequentavam escolas, o que representaria um déficit de escolarização de 34% da população na faixa etária de obrigatoriedade da educação elementar.

Se, considerando o número absoluto deste déficit - 4,7 milhões - sentimos a amplitude do problema, mais grave ele se torna quando se analisam as causas da não escolarização deste vultoso contingente de crianças. As apurações finais do censo escolar vêm esclarecer que, desse total, apenas 1,4 milhões (10%) não estudam por falta de escola no local ou por falta de vaga na escola existente. Os demais 3,3 milhões (24%) não se matricularam por motivos outros, alheios à presença ou não de escola, como: por pobreza, por terem que trabalhar, por deficiência física ou mental, por doença, por já terem concluído o curso primário ou por desinteresse.

O déficit do ensino primário não é, como se verifica, devido somente à falta de escola. Outros fatores de mais difícil e lento controle interferem para sua existência. O problema aí ocupa, em sua maior parte, da área da educação e se situa no âmago do complexo sócio-econômico de subdesenvolvimento. Mais detido exame demonstra que o problema apresenta aspecto mais grave, como era de se esperar, nas zonas rurais, onde o baixo nível econômico-cultural é o principal responsável pela não frequência à escola.

Daqueles 3,3 milhões que não procuraram matrícula, independente da existência ou não de escola, 2,0 milhões (quase 2/3) se localizam na zona rural.

A escola só subexiste quando a comunidade sente sua necessidade. Do contrário, permanece vazia, fechada ou mesmo inexistente pela indiferença local.

Ainda o censo escolar configura em números este fato, quando estudou a escolarização das crianças de 7 a 14 anos, segundo o nível de instrução do pai ou responsável:

Crianças cujo pai ou responsável (*)	Frequentam ou frequentaram escola	Não frequentam nem frequentaram escola
É analfabeto	57,3%	42,7%
Tem instrução primária	84,0%	16,0%
Tem instrução média	96,0%	4,0%
Tem instrução superior	97,2%	2,8%

(*) Anais da "II Conferência Nacional de Educação". INEP 1967.

Embora haja grande carência escolar não se poderia chamar "excedentes" às crianças não escolarizadas que não demandaram matrícula. Eis porque o ensino primário apresenta dificuldades peculiares não resolúveis por simples programas de ampliação da rede. Aqui, no próprio Estado da Guanabara, de população concentrada e urbana, ainda há vaga nas escolas primárias e foi necessário criar-se um serviço de fiscalização da frequência escolar para conduzir à escola aqueles que não a procuram.

A solução do problema da ampliação da rede escolar requer esforço conjugado de recursos entre os três níveis administrativos (federal, estadual e municipal) para poder racionalizar-se a atuação dos Poderes Públicos e obter-se o rendimento desejado, evitando-se o desperdício e a dispersão de energias. Esse o objetivo dos programas de Assistência Técnica Federal aos Estados.

Dentro desse raciocínio é evidente que, como primeira prioridade, a atenção deve ser voltada para as crianças que demandam matrícula (1,4 milhões). As restantes não escolarizadas se irão integrando paulatinamente no programa, na medida em que providências articuladas pelas três órbitas governamentais possam ir sanando aquelas causas básicas da estrutura sócio-econômica, e que a demanda se manifeste.

Por outro lado há um deficit registrado no censo escolar que não é aparente no simples cômputo das matrículas e, este sim, é mais flagrante nas zonas urbanas das grandes concentrações populacionais mais desenvolvidas. Trata-se das escolas que subdividem sua matrícula em três e mais turnos, prejudicando o ensino destas crianças pela redução do tempo de aula. Nestas áreas, pois, a carência re-

quer também classificação de primeira prioridade, considerando-se que a solução da demanda, pela redução do tempo e, por conseguinte, da qualidade do ensino, não é justificável.

O Censo escolar revelou que mais de 2 milhões de crianças estudam nestas condições precárias.

Temos ainda que levar em conta que há dois grupos de crianças que não constam das matrículas do ensino primário e não representam "deficit", mas são arroladas como tal. São as que já concluíram o curso e as que estão ou já estiveram matriculadas no ensino médio e não ultrapassaram os 14 anos.

O censo escolar registrou que 208 mil crianças da faixa etária em estudo já tinham concluído o curso primário e 406 mil estão frequentando o ginásio, além de quase 10 mil que já o tinham frequentado.

Vê-se assim que a simples comparação, entre a população escolarizável (número de crianças de 7 a 14 anos) e a matrícula da escola primária, não nos presta uma informação real sobre o "deficit" de matrícula, valendo apenas como um dado aproximado da realidade, de caráter muito global e de significação muito elástica.

Dai a necessidade urgente e inadiável dos estudos e levantamentos locais para o conhecimento da realidade educacional de setores geográficos cada vez menores (cidades, bairros, vilas, povoados, áreas dispersas) até chegar-se à diminuta área do raio de alcance de cada escola.

Este programa de ação foi previsto pelo censo escolar que doou às Prefeituras Municipais, para análise de suas carências, todos os questionários (chamados "Boletim de Família CE-1"), já classificados por pequenos setores geográficos, e onde constam todos estes informes básicos, colhidos de casa em casa pelos recenseadores nas zonas urbanas e rurais de cada município, inclusive nome, endereço e filiação de todas as crianças de 0 a 14 anos recenseadas no âmbito municipal.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, como um dos programas de Assistência Técnica do INEP, visa a contribuir para a sistematização desse esforço racionalizador e para o fortalecimento da interrelação administrativa, desenvolvendo um tipo de trabalho normativo, dentro da política educacional, na elaboração dos programas de construções escolares com base em estudos preliminares das realidades específicas locais e das metas e prioridades nacionais estabelecidas.

Associando-se os programas de assistência técnica aos de auxílios financeiros decorrentes dos convênios celebrados anualmente, entre o Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educação dos Estados, estaremos abrindo amplos e claros caminhos para a neces-

sária revisão dos critérios adotados nos planejamentos educacionais , a fim de poder-se evoluir dos planos fracionados para planos integrados que envolvam os três níveis de ensino como um todo sequente, e sirvam de suporte à promoção do desenvolvimento econômico do país, tendo em vista "a interdependência complementar e convergente, entre o desenvolvimento econômico e o da educação".

(*) - Técnica de Educação do MEC, Chefe de Seção do INEP. Membro da Comissão Central do Censo Escolar do Brasil, Assessôra do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Estatísticas Educacionais.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

32ª Reunião ordinária, realizada a 30 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

B - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Dando início à reunião, os membros do Grupo aludiam à prolongada ausência do Dr. Itamar Dias Rocha, e da necessidade de se saber, após tantos meses decorridos, qual o parecer do Banco Nacional de Habitação a respeito da recomendação do GNDCE no tocante ao aproveitamento do barracão de obras para criação de escola em novos núcleos habitacionais. A seguir o Dr. Carlos Alexandre explicou aos presentes que lera, conforme foi determinado pelo Dr. Mascaro, a proposta do CONESCAL atinente à participação do Brasil em seu Conselho Diretor. Segundo o Eng. Carlos Alexandre, muitas das vantagens apontadas ao Brasil por sua participação já são do próprio convênio firmado em fevereiro, sendo portanto redundantes. Daríamos, em suma, recursos volumosos sem a contrapartida de vantagens adicionais. Acrescentou que não obstante esse parecer, ele se tomava inóciso porque a transmissão do documento se fez de maneira errada, ou seja, chegou ao Grupo com um parecer favorável (apenas pleiteando redução da cota a ser paga) do Sr. Coordenador e a notificação ao mesmo feita pelo Sr. Ministro. Passou então a ler em voz alta a resposta oficial, tendo o Grupo coincidido sua opinião quanto ao caráter inoportuno desta participação, pelos grandes gastos que vai acarretar justamente no momento em que a Nação comesa a vencer a batalha da inflação e equilibrar seus gastos. O Arq. Ivo Coutinho de Moura sugeriu um encontro com Dr. Mascaro, para reproduzir tal posição. O Arq. Luiz Braga acha também que não podemos aprovar a decisão oficial. O Eng. Paulo Ferreira averi - gou a hipótese de que talvez a aceitação da iniciativa forçaria o

Grupo a ativar as providências fundamentais de sua instalação , tão retardadas até o presente, no que foi contraditado pelos demais. O Arq. Ruderico Pimentel afirmou que não deveríamos regatear, pagando tudo ou deixando de fazê-lo; em sua opinião, deveríamos responder lembrando que senter-nos-íamos honrados em aceitar o convite, mas que não podemos fazê-lo em face dos gastos. Ponderou o Eng. Carlos Alexandre que não podemos participar do Conselho Diretor pois ainda vão nos organizarmos internamente. Em contato telefônico com o Dr. Mascaro, que se achava durante a reunião no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, ficou decidido que este convocaria o Grupo e inteirar-se-ia de suas objeções à iniciativa.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

31ª Reunião ordinária, realizada a 26 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Arq. Ruderico Pimentel
3. Arq. Ivo Coutinho de Moura
4. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
6. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

B - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Dando início à reunião, o Sr. Coordenador exprimiu sua sa tisfação por saber que o Estado de Minas Gerais acaba de fundir num só órgão as várias entidades governamentais existentes que até então cuidavam, cada qual por si, do problema das construções escolares naquela unidade da Federação. Atribuiu essa divisão ao esforço do Grupo em imentir nos vários Estados uma mentalidade a dministrativa lustrada em critério racionais, evitando duplicações e esforços em dôbro. Tratando em seguida da questão das verbas do Grupo para o corrente exercício, disse o Prof. Mascaro que embora não fôsse possível o atendimento do quantum pedido pelo Grupo, pe la metade do mesmo o I.N.E.P. estava em condições de menos fornecer, devendo o Sr. Coordenador realizar um encontro com o Sr. Ministro da Educação e Cultura para acêrto da medida. Falou a seguir da ida do Sr. Ministro ao México, aproveitando sua viagem aos Estados Unidos para participar da posse do Sr. Gale Plaza na OEA. Em vista da passagem pela México, Sua Excelência faria um contato com a direção do CONESCAL; O Secretário Executivo comunicou já terem sido encaminhados aos interessados os informes referentes à oferta de bôlsas pelo CONESCAL, devendo no fim de abril serem enviados ao México os nomes dos pleiteantes escolhidos.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

30ª Reunião ordinária, realizada a 23 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Arq. Ruderico Pimentel
3. Arq. Ivo Coutinho de Moura
4. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
6. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Reunido às 17 horas no Gabinete do Sr. Diretor do INEP, o Grupo dirigiu-se, incorporado, à Secretaria Geral do MEC, no terceiro andar do Palácio da Cultura, a fim de estabelecer o encontro com o Sr. Antônio Carlos, que não pudera comparecer no dia precedente à reunião para a qual fixara data; antes da ida ao local do encontro, o Coordenador substituto, Dr. Ruderico Pimentel, deu ciência ao Prof. Carlos Mascaro das reuniões anteriores e dos temas nela tratados. O Secretário Executivo sugeriu ao Grupo que envidasse esforços para obter do Eng. Itamar Dias Rocha, representante credenciado do Banco Nacional de Habitação junto ao Grupo, uma informação definitiva quanto ao resultado da recomendação encaminhado àquela organização há mais de quatro meses. O Arq. Ruderico Pimentel reproduziu, para o Sr. Coordenador, sua opinião de que algum membro do Grupo deveria acompanhar o Sr. Ministro da Educação ao México, tendo o Prof. Mascaro concordado a respeito da conveniência da medida, lembrando mesmo que o próprio Sr. Ministro já ventilara a possibilidade de fazer-se acompanhar, por ocasião de encontro que mantivera com ele, Prof. Mascaro. Na Secretaria Geral, após prolongada espera, o Grupo foi informado pelo próprio Sr. Antônio Carlos que não seria possível o encontro, tendo em vista os múltiplos afazeres deste último, ficando assim adiada sine die a reunião.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

29ª Reunião ordinária, realizada a 22 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

B - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Dando início à reunião, o Eng. Carlos Alexandre comunicou ao Secretário Executivo que consultara o convidado para a mesma, Sr. Antônio Carlos, a respeito da possibilidade de se transferir o encontro para o dia 23, tendo aquela autoridade afirmado que só poderia ir na data já marcada, ou seja, dia 22, daí por que deveria o Grupo aguardar a chegada, dentro em pouco, do eminente integrante do Grupo de Reforma Administrativa. O Secretário Executivo comunicou estar confirmada a viagem do Sr. Ministro da Educação e Cultura ao México, tendo o Arq. Ruderico Pimentel assegurado que um membro do Grupo deveria acompanhar Sua Excelência e conhecer por dentro o CONESCAL e inteirar-se do que lá se faz, fato que no seu entender seria mais vantajoso e produtivo que custear a vinda ao Brasil de técnicos desse organismo internacional. O Arq. Ivo Coutinho de Moura perguntou ao Secretário Executivo se já havia alguma nova no que se refere à instalação do Grupo, recebendo em resposta a notícia de que estavam sendo traçados planos para o re-arranjo das várias seções do INEP, entre os quais figurava o Grupo. A seguir o Secretário Executivo encaminhou aos membros do Grupo materiais de propaganda e divulgação que várias empresas construtoras e de móveis e demais equipamentos escolares vem encaminhando à Secretaria Executiva. Em face da demora na chegada do visitante, o Eng. Carlos Alexandre estabeleceu com o mesmo, que trabalha na Secretaria Geral do Pa-

lácio da Cultura, um contato telefônico, recebendo então a informação de que não poderia comparecer em face de seus compromissos funcionais, sendo então, a seu pedido, adiada a reunião para têrça-feira à tarde, na Secretaria Geral.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

28ª reunião ordinária, realizada a 15 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

B - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Eng. Carlos Alexandre afirmou estarem acertados os entendimentos para os quais articulou-se durante muitos dias, visando um encontro entre o Grupo e técnicos do Ministério do Planejamento, a fim de se conhecer objetivamente quais as tendências dominantes na reforma administrativa em curso no tocante ao Grupo e o I.N.E.P., devendo o GNDCE receber, na reunião da próxima segunda-feira, dia 22, a visita de especialista no tema e vinculado à Secretaria Geral do MEC. O Arq. Ruderico Pimentel perguntou ao Secretário Executivo se já fôra tomada alguma medida para a instalação definitiva do Grupo nas dependências do I.N.E.P., tendo o Secretário respondido que, segundo fôra informado, todo o pavimento que obriga o I.N.E.P. sofreria uma nova arrumação, esperando-se, para o seu início, a transferência para Botafogo de uma das seções do Instituto, com o que sobraria espaço para introduzir uma sala para o Grupo. O Arq. Ivo Coutinho de Moura lembrou suas reiteradas advertências, no início do ano, quanto à situação de impasse em que se acha o Grupo, sem meios e apoio para levar a cabo as tarefas para os quais foi criado. O Eng. Paulo Ferreira reportou-se igualmente às suas ponderações quanto ao perigo do Grupo assumir compromissos sem estar internamente organizado para tal fim. O Secretário Executivo sugeriu ao Eng. Carlos Alexandre a transferência do supracitado encontro para o dia

23, terça, à tarde, quando a presença do Sr. Coordenador seria mais provável que na segunda-feira, tendo em vista os compromissos do mesmo no Conselho Estadual de Educação. O Eng. Carlos Alexandre declarou, em resposta, que tentaria consultar o convidado, ficando porém assegurada a data pré-fixada, enquanto não fosse homologada nova combinação.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

27ª Reunião ordinária, realizada a 8 de abril de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

B - Assuntos tratados

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Na abertura dos trabalhos, o Arq. Ruderico Pimentel indagou ao Secretário Executivo acerca das medidas já tomadas pela direção do I.N.E.P. visando à instalação definitiva do Grupo, tendo o Secretário respondido que o Prof. Carlos Mascaro, Coordenador do Grupo, encarregara o Eng. Heraldo Guimarães Reif de Paula, dos quadros do Instituto, de providenciar o novo arranjo das diversas seções da sede do I.N.E.P., no Palácio da Cultura, quando então tornar-se-á possível a cessão de espaço para instalação definitiva. Em resposta, o Arq. Ruderico Pimentel disse não entender a razão de uma demora tão prolongada para instalar o Grupo, que há mais de nove meses aguarda uma providência tão simples quanto necessária. Os demais componentes do Grupo também manifestaram seu desagrado pela continuidade de uma situação de impasse como essa, que perturba a execução dos planos do GNDCE para o corrente ano. O Arq. Ruderico Pimentel, reportando-se à visita feita pelo Grupo à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, perguntou ao Secretário-Executivo se não fôra marcado um novo encontro na semana em curso, tendo este respondido que ficara a cargo do Sr. Secretário do Executivo fluminense, Dr. Luiz Braz, a responsabilidade da iniciativa de indicar datas de sua conveniência para visitas do Grupo à rede estadual de escolas recém-construídas. O Arq. Ruderico Pimentel comunicou ao Grupo que estabeleceu contatos com especialistas norte-americanos da USAID, tendo os mesmos vivo interesse em estabelecer entendimentos com o Grupo. O Eng. Carlos Alexandre disse estar tentando articular-se com técnicos do Ministério do Planejamento responsáveis pela re

reforma administrativa, a fim de conhecer o que pensam os mesmos quanto ao I.N.E.P. e ao G.N.D.C.E. O Eng. Paulo Ferreira voltou ao tema inicial da palestra, estranhando a demora na instalação do Grupo e lamentando que este não disponha nem mesmo papel timbrado para seu expediente próprio. Sugeriu em seguida que fôsse reunida documentação sobre construções escolares e publicada pelo Grupo para distribuição aos Estados. Findando a reunião, o Secretário-Executivo ficou encarregado pelo Grupo de comunicar, tão logo seja cientificado pelas autoridades fluminenses, os dias e horas das visitas.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

26ª Reunião ordinária, realizada a 2 de abril de 1968 na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barboza da Silva de Sá.

B - Participantes especiais da reunião

1. Dr. Luiz Braz - Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

C - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Grupo foi recebido na sede da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro pelo titular da pasta, Dr. Luiz Braz, que inteirou-se, no início da reunião, dos objetivos do Grupo, passando em seguida a discorrer sobre a sua gestão e os problemas de natureza técnica, administrativa e política que enfrenta, ilustrando a sua exposição com a mostra de vários fatos de escolas estaduais recém-inaugurados na capital e no interior fluminense. O Sr. Secretário alinhou, dentre as dificuldades que enfrenta punamentemente, a demora na liberação das verbas federais constantes do Plano Nacional de Educação; salientou igualmente seu esforço em diminuir o custo das construções e de racionalizar o esforço administrativo governamental pela eliminação de redundâncias e duplicações de esforços. Finda a reunião, o Dr. Luiz Braz combinou com o Grupo estabelecer, em futuro próximo, um roteiro de visitas às escolas oficiais recentemente inauguradas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

25ª Reunião ordinária, realizada a 1º de abril de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Abrindo a sessão, o Arq. Ruderico Pimentel comunicou oficialmente o acôrto firmado entre o Grupo e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro para que aquêle vá, incorporado, à sede da Secretaria para conhecer as realizações da mesma no tocante à politica estadual de construções escolares. O Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho mostrou-se satisfeito com a concretização do que sugeriu antes de sua viagem à Europa, pois segundo o que se vem constatando no panorama educacional brasileiro o Estado do Rio de Janeiro é, de todas as unidades da Federação, a que vem se empenhando mais a fundo para expandir sua rede de ensino, sendo pois uma experiência acôrca da qual muito o Grupo poderia aprender. O Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga voltou a considerar os resultados de sua viagem a São Paulo, onde pôde estudar os aspectos técnicos de recentes edificações escolares por iniciativa oficial. O Arq. Ivo Coutinho de Moura sugeriu que para o encontro do dia 2, relacionasse alguns dos temas básicos para serem abordados, tendo o Dr. Ruderico Pimentel esclarecido que já alinhara algumas linhas básicas de esclarecimento sobre o Grupo e, igualmente, relacionado algumas indagações. O Dr. Paulo Ferreira lembrou ao Secretário-Executivo a conveniência de levar material informativo do Grupo, inclusive o decreto presidencial de criação, onde são expostos os objetivos do órgão. O Eng. Carlos Alexandre lembrou que êste encontro seria apenas o ponto de partida para vários estudos práticos da rede escolar fluminense,

e o Dr. Ruderico, finalmente, sugeriu que se oferecesse ao Govêrno do Estado do Rio uma das três bôlsas de estudo que o CONESCAL acaba de conceder ao Govêrno do Brasil. Ficou marcado o encontro do Grupo às 9 (nove) horas da manhã, em frente às barcas para niterói.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

24ª Reunião realizada a 20 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
5. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Secretário Executivo informou ao Grupo acerca da correspondência remetida pelo CONESCAL, de que fazem parte, além de consultas de natureza técnica, uma oferta de três bolsas de estudos no México, em meados do corrente ano, tendo o Sr. Coordenador manifestado a intenção de consultar prioritariamente os candidatos da vez anterior que não puderam obter as bolsas então pleiteadas, estendendo tal consulta ao Fundo Estadual de Construções Escolares do Estado de São Paulo, que indicaria também um pretendente. Foram longamente considerados os critérios que presidem à atribuição das bolsas, achando alguns membros que deveriam ir bolsistas de um mesmo Estado, para que depois atuassem conjugadamente numa mesma área, ao invés de se distribuírem por diversos Estados. O Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho estranhou que a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos não citasse o Grupo, tendo o Secretário Executivo esclarecido que os números a que se refere o Dr. Paulo são de lançamento atrasado, pois correspondem a período anterior à criação do Grupo.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

23ª Reunião realizada a 18 de março de 1 968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
5. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
6. Eng. Itamar Dias Rocha

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Eng. Itamar Dias Rocha foi consultado sobre o andamento do processo no qual o Grupo sugeriu ao Banco Nacional de Habitação o aproveitamento, para escola, dos barrações de obras e rigidados em cada conjunto residencial a ser construído pelo Banco ou com a sua cobertura. Respondendo à indagação, esclareceu o Dr. Itamar que ainda não se fizera a reunião para tal fim, mas que a receptividade da sugestão assegurava sua aceitação final.

Novas considerações foram expendidas por todos os membros presentes à reunião quanto à ausência de meios para o Grupo executar suas tarefas e à demora na instalação.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

22ª Reunião realizada a 22 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
5. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Secretário Executivo comunicou ao Grupo estar acertada para o dia 2 (dois) de abril, terça-feira, o encontro em Niterói com o Dr. Luis Braz, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, às 10 (dez) horas da manhã. Comunicou igualmente que por motivo de força maior, a ausência do Sr. Coordenador prolongar-se-á por mais uma semana. No tocante ao ofício do GNDCE à Secretaria Geral do MEC, onde o Grupo pleiteia verbas para o exercício de 1968, o Secretário Executivo deu conta de suas gestões junto à Secretaria Geral para a mais rápida transmissão daquele documento. O Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga exibiu as fotos tiradas em São Paulo por ocasião de sua viagem oficial, em nome do Grupo, para examinar recentes construções escolares na capital paulista, as fotos, bem como o relatórios, foram encaminhadas à Secretaria Executiva e integrados ao acervo do Grupo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

21ª Reunião realizada a 14 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Arq. Ruderico Pimentel
3. Arq. Ivo Coutinho de Moura
4. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
6. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

C - Convidados especiais

1. Dr. Arlindo Lopes Correa, do Ministério do Planejamento.
2. Profa. Maria Teresinha Saraiva, do IPEA
3. Profa. Zenaide Schultz, do I.N.E.P.

II - Assuntos tratados

O Engenheiro Carlos Alexandre fez uma breve exposição sobre o GNDCE e os planos de trabalho do corrente ano, ressaltando a necessidade imperiosa de um entrosamento entre o Ministério do Planejamento e o Grupo. O Dr. Arlindo Correa apresentou seus pontos-de-vista acerca da problemática da educação brasileira e sobre a reforma administrativa em curso, reconhecendo no GNDCE um instrumento valioso da estratégia federal do desenvolvimento na área da educação formal. Foram ressaltados, ao longo da reunião, algumas distorções que perduram na máquina administrativa federal, tais como os convênios celebrados diretamente entre a União e os municípios, bem como os impasses no tocante à aceleração de verbas e à reforma administrativa. A Profa. Teresinha Saraiva relatou sua experiência na Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara e inteirou-se das incumbências do Grupo e seu programa de trabalho para 1968.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

20ª Reunião realizada a 11 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Secretário Executivo comunicou aos membros do Grupo a confirmação, para o dia 14, do encontro a ser realizado com o Eng. Arlindo Lopes Correa, diretor do I.P.E.A. O Dr. Ruderico Pimentel externou suas preocupações quanto ao destino do Grupo, tendo em vista a carência de meios para o cumprimento de sua missão. O Secretário Executivo comunicou estar assegurada a presença do Sr. Coordenador no encontro do próximo dia 14. O Dr. Paulo Ferreira voltou a lembrar o convênio a ser firmado com o CENPHA, sugerindo igualmente que o Grupo publicasse e difundisse pelas várias Secretarias de Educação os materiais de utilidade para a maior racionalização dos processos construtivos.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

19ª Reunião realizada a 7 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Prof. Carlos Correa Mascaro (Coordenador)
2. Arq. Ruderico Pimentel
3. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
5. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
6. Arq. Ivo Coutinho de Moura

B - Secretário-Executivo

II - Assuntos tratados

Abrindo a sessão, o Sr. Coordenador expendeu considerações sobre as relações entre o Governo Federal e os governos estaduais, salientando a necessidade de se estimular a ação educativa da União junto às administrações dos Estados, a fim de que estas racionalizem os seus empreendimentos na esfera da educação sistemática. Nessa mesma linha de pensamento, sugeriu encontro de representantes de três Ministérios - Planejamento, Interior e Fazenda - para coordenar com o Grupo a ação federal junto aos Estados no tocante à política nacional de construções e escolas, já que problemas crônicos de elaboração de verbas, oriundas no âmbito do Ministério da Fazenda, estão prejudicando a execução de inadiáveis tarefas práticas.

Fazendo uso da palavra, o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho afirmou que a educação do País vai ter uma transformação verdadeiramente revolucionária muito em breve, porque um escritório particular de São Paulo tenciona atuar na área da educação, elaborando, sob encomenda, projetos de educação que alterarão radicalmente as condições atuais.

O Prof. Mascaro ponderou que embora não conteste a participação solidária de setores privados à obra comum da educação brasileira, esta é da responsabilidade prioritária do poder público, que não pode nem deve eximir-se de seu direito de fixar uma filosofia nacional de educação em plena consonância com o interesse coletivo.

Ficou acertada a ida do Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga a São Paulo, para examinar, em nome do Grupo, várias obras escolares de iniciativa estadual.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

18ª Reunião realizada a 4 de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
5. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

B - Secretário-Executivo -

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

Fazendo uso da palavra como Coordenador Substituto, o Arq. Ruderico Pimentel solicitou seu desagrado pela demora que se está verificando na instalação do Grupo na sala do I.N.E.P. destinada à Seção de Arquitetura Escolar, tendo em vista que o Grupo já funciona desde junho de 1967, não sendo mais possível protelar tal providência elementar.

O Eng. Carlos Alexandre ressaltou que em razão dos compromissos internacionais assumidos pelo Grupo, mais imperiosa se torna a sua definitiva implantação e organização burocrática.

O Secretário Executivo exibiu para o Grupo os materiais de propaganda e prospectos de natureza técnica que várias firmas nacionais e estrangeiras de materiais de construção e equipamentos escolares encaminharam ao GNDCE, sendo os mesmos longamente examinados pelos engenheiros e arquitetos presentes à reunião.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

17ª Reunião realizada a 1ª de março de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

A - Membros

1. Arq. Ruderico Pimentel
2. Arq. Ivo Coutinho de Moura
3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga
4. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
5. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho

B - Secretário-Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados

O Secretário-Executivo comunicou ao Grupo o retorno aos quadros do I.N.E.P. da Sra. Zenaide Schultz, que estava recrutada na EATEP e que já estabelecera, em fins de fevereiro, um contato informal com alguns integrantes do GNDCE por ocasião da visita do Dr. Genzalo Abad, do CONESCAL. Formalizado o seu retorno ao I.N.E.P., a citada especialista, que fez curso de aperfeiçoamento no México acerca de construções escolares, e que tem vasta experiência no tocante aos aspectos pedagógicos do assunto, poderia prestar valiosa colaboração ao Grupo

Aos que não puderam participar da recepção ao Sr. Abad, o Dr. Ruderico Pimentel deu conta das conversações mantidas com o diretor do CONESCAL e as perspectivas que se delineiam com a assinatura do convênio, a 28 de fevereiro, entre o GNDCE e aquela entidade da UNESCO.

O Dr. Ivo Coutinho, reprisando o que em reuniões precedentes já manifestara, demonstrou sua preocupação ante à ausência de recursos financeiros para dar conta dos encargos atribuídos ao Grupo no ato de sua criação.

O Dr. Paulo Ferreira sugeriu uma vez mais que o Grupo estabelecesse um contato com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a fim de inteirar-se do que vem realizando a mesma no campo das edificações escolares.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

16ª Reunião, realizada a 28 de fevereiro de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1 - membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga e Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

2 - Convidados especiais - Dr. Gonzalo Abad Grijalva, diretor do CONESCAL, Da. Zenaide Schultz e Dr. Heraldo Guimarães Reif de Paula.

3 - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados - a reunião, iniciada às 14 horas, teve por objetivo a apresentação ao Grupo do Dr. Gonzalo Abad, que discorreu sobre o CONESCAL, ouvindo a seguir uma extensa explicação do Prof. Mascaro e dos integrantes do Grupo acerca dos seus planos de trabalho para o corrente ano e das carências brasileiras no tocante a prédios escolares. Finda a reunião, o Grupo dirigiu-se, incorporado, à Secretaria Geral, onde o Dr. Edson Franco travou contato com os especialistas do Grupo e com o Dr. Abad às 17 horas, no Gabinete do Sr. Ministro, foi oficialmente celebrado o convênio entre a CONESCAL e o GNDCE.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

15ª Reunião, realizada a 22 de fevereiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1 - membros - Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga.

2 - Convidades especiais - Da. Zenaide Schultz.

3 - Secretário-Executivo - Professor Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados -

A reunião teve por objetivo o encontro inicial da convidade supra citada com os engenheiros e arquitetos que compõem o GNDCE. D. Zenaide fez longas considerações sobre as raízes do Grupo, sua experiência como bol - sista do CONESCAL e como especialista do INEP no setor de construção de escolas.

O Secretário-Executivo distribuiu para o Grupo exemplar da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 104, especialmente dedicado ao problema de edificação de escolas. Comunicou também a chegada ao Rio de Janeiro do Dr. Gonzalo Abad, domingo, dia 25, para a assinatura do convênio entre o órgão que dirige - o CONESCAL - e o GNDCE. Após a reunião, o Grupo foi, incorporado, avistar-se com o Dr. COFAU, no Banco Nacional de Habitação, obtendo escolares deste o compromisso de incluir no programa do BNH os projetos recomendados.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

14ª Reunião realizada a 20 de fevereiro de 1968 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

I - Presentes:

1 - membros: - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

2 - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

O Engenheiro Paulo Ferreira de Souza Filho, do sub-grupo de engenheiros, fez longa explanação sobre as responsabilidades materiais e morais do Grupo e da necessidade de se definir a sua situação no tocante à disponibilidade de meios para as tarefas de envergadura que dele se esperam. Ficou decidido que o Grupo teria um contato oficial com a Divisão de Orçamento do MEC, a fim de saber se há dotações reservados no presente exercício para os trabalhos de pesquisa de métodos de construção e de projetos de escola e equipamentos pedagógicos, que pretende o grupo realizar em 1968.

O Secretário-Executivo comunicou ao Grupo o recebimento de mensagens da Secretaria Geral do MEC e da Inspetoria Geral da Finanças.

Em vista da ausência de D. Zenaide Schultz, que ficara de comparecer à reunião, ficou acertado que oportunamente seria, segundo as conveniências de horário da convidada, marcada outra reunião.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

13ª Reunião, realizada a 16 de fevereiro de 1968 no Centro Brasi -
leiro de Pesquisas Educacionais.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados - por convocação do Coordenador substituto, Arq. Ruderico Pimentel, foi realizada uma reunião no CBPE para estudar o procedimento do Grupo em face da recomendação encaminhada ao BNH, e em torno da qual nenhuma comunicação fôra ainda recebida pelo GNDCE. Em vista da ausência do representante do Banco, Eng. Itamar Dias Rocha, ficou decidido que um integrante do Grupo tentará avistar-se com o Dr. COFAU, daquele órgão, a fim de prestar os esclarecimentos porventura necessários.

Ficou acertada uma nova reunião para o dia 20 do corrente mês.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

12ª Reunião, realizada a 13 de fevereiro de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá e Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados: foram examinado o ofício exposto na reunião precedente pelo Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, e as emendas ao mesmo, extraíndo-se por fim uma redação final de mensagem que o Arq. Ruderico Pimentel entregará ao Sr. Ministro tão logo este se torne de Maracay.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

11ª Reunião realizada a 12 de fevereiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I- Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga e Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

O Engenheiro Paulo Ferreira de Souza Filho submeteu aos presentes a minuta do ofício a ser dirigido pelo Grupo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, dando conta dos planos de trabalho para o corrente ano e do montante de recursos financeiros mínimos necessários à execução do Plano.

Tendo em vista que muitos dos membros do Grupo pediram para examinar mais detidamente a mensagem, e a previsão de custos nela existente, ficou decidido que na tarde do dia 13, quando o Dr. Roderico Pimentel assumirá o posto de Coordenador, em substituição ao Prof. Mascaro, será feita uma definitiva redação.

O Secretário-Executivo comunicou, como parte do expediente, recebimento de mensagem da Rede Ferroviária Federal, comunicando sua nova sede.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

10ª Reunião, realizada a 8 de fevereiro de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados - o Eng. Carlos Alexandre apresentou e comentou o plano de trabalho para o corrente ano, dando ênfase especial aos recursos financeiros necessários.

Fazendo uso da palavra, o Dr. Ruderico acentuou que o G. N.D.C.E. deverá encaminhar ao Ministro da Educação várias ponderações sobre o citado plano, a fim de que Sua Excelência coloque à disposição do Grupo os meios materiais capazes de assegurar o êxito da iniciativa. Dr. Ivo Coutinho reafirmou na posição de descrença quanto à possibilidade de se fazer algo de produtivo enquanto o Grupo não dispuser de instalações, pessoal, material e recursos financeiros próprios.

O Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho ficou encarregado de redigir ofício ao Ministro expondo os planos do Grupo e dando ciência dos problemas atuais. O Secretário-Executivo comunicou que o Sr. Coordenador, Prof. Carlos Mascaro, embarcará terça-feira, dia 14, para Caracas, onde participará, na companhia do Sr. Ministro, de encontro interamericano de educação promovido pela OEA.

O Engenheiro Itamar Dias Rocha recebeu os projetos de escolas do INEP para encaminhá-los ao Banco Nacional de Habitação, nos conjuntos residenciais a construir.

Ficou acertada uma nova reunião para segunda-feira, quando o Grupo avistar-se-á com o Prof. Mascaro.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

9ª Reunião, realizada a 6 de fevereiro de 1968, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ivo Coutinho de Moura.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados - a reunião teve por objetivo o exame dos projetos de escola que deverão ser encaminhados ao Banco Nacional de Habitação, dando cumprimento aos entendimentos acertados em novembro próximo passado com a presidência deste órgão. Após a análise de cada projeto, os engenheiros e arquitetos presentes à reunião concluíram pela conveniência da apresentação dos citados projetos, o que será feito ainda nesta semana.

O Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, que no mês de janeiro não participou, por encontrar-se em viagem no estrangeiro, das reuniões do Grupo, foi inteirado pelo Secretário-Executivo e demais integrantes do Grupo de tudo o que se fez nesse período de sessões.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

8ª Reunião, realizada no dia 30 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

- 1) - Membros - Prof. Carlos Correa Mascaro (Coordenador) , Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga.
- 2) - Convidados especiais - Drs. Tales Memória e Flávio Reis
- 3) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - Dr. Carlos Alexandre declarou ser imprescindível o convênio com o CENPHA e explica ao Dr. Mascaro como seria aproveitado pelo Grupo tal acordo: tira proveito do acervo já existente no CENPHA, co-participação em viagens e trabalhos conjuntos, publicação de artigos e demais trabalhos no boletim trimestral e cadernos. Lê em seguida o plano de viagem em anexo.

Dr. Tales Memória explica ao Dr. Mascaro o que é o CENPHA, e comenta o convênio a ser feito. Aproveitaram o acervo do SERPHAU, que ficou apenas com o planejamento integrado. Relata a experiência já acumulada pelo CENPHA.

Quanto a estudos e pesquisas, o CENPHA se propõe à avaliação de sistemas construtivos, tendo sido firmado contrato com uma empresa da Guanabara. Dr. Ruderico sugere que as pesquisas em conjunto se denominem pesquisas construtivas, ao invés de pesquisas habitacionais.

Quanto às publicações, esclarece que a revista é trimestral e não mensal. Os cadernos e demais materiais avulsos publicados, incluindo Normas e reprodução de conferências feitas. Deverá em breve publicar uma obra avulsa sobre aspectos econômicos da educação.

Dr. Carlos Alexandre acredita que o GNDCE deve pagar as despesas de viagem dos membros do CENPHA e lê a minuta de convênio que compôs (documento em anexo).

Ficou decidido que o Ministro da Educação deverá entender-se com o Ministro do Interior para acertar a firma do convênio.

CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO

ENTRE O CENTRO DE PESQUISAS HABITACIONAIS E O MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO BRASIL, RELATIVO À COLABORAÇÃO ENTRE CENPHA E O GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

O CENTRO DE PESQUISAS HABITACIONAIS (CENPHA)

O MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO BRASIL,

RESOLVEM convencionar o seguinte:

Art. 1º - O CENPHA e o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares colaborarão para o melhor cumprimento de suas funções nos planos de pesquisas de projetos, materiais de construção e processos construtivos que ajudem a resolver o grave problema das construções escolares no Brasil.

O CENPHA prestará ao Grupo a assessoria técnica que lhe permita elaborar com maior facilidade e segurança, as sugestões aos diversos governos estaduais e municipais.

O Grupo participará dos trabalhos de pesquisa e projetos de construções escolares executados pelo CENPHA, conforme as bases estabelecidas no presente convênio.

Art. 2º - Pelo presente convênio o CENPHA se compromete a:

- a) Assessorar o Grupo em seu funcionamento quando solicitado.
 - I - Em projetos específicos, durante períodos previamente combinados e com o número de peritos que se já necessário utilizar;
 - II - Enviando peritos em viagens organizadas pelo Grupo a fim de colher material e informações "in loco" necessários aos estudos a serem realizados em conjunto.
- b) Proporcionar ao Grupo as informações e documentação sobre construções de que dispuser, inclusive a seleção, adaptação ou execução de projetos experimentais que tenham tido êxito em outras regiões e que possam contribuir para a solução do problema de prédios escolares e obter uma redução nos custos de construção, sem diminuir, contudo, a qualidade e a eficiência de

de sua execução.

- c) Servir de intermediário para o intercâmbio de documentação, informações e experiências práticas entre o Grupo Nacional das Construções Escolares e outras entidades nacionais e estrangeiras e internacionais ligadas ao problema da pesquisa de soluções para a construção civil, com as quais já mantenha contatos.
- d) Ajudar a formular normas baseadas nos estudos supra mencionados e aplicáveis às construções escolares para dar orientação geral aos diversos programas regionais.
- e) Publicar em sua revista mensal trabalhos elaborados pelo Grupo, sobre construções escolares, e ceder um mínimo de 50 exemplares de todo número em que o Grupo tiver contribuído com matéria para que este possa distribuir entre as pessoas ligadas ao problema de prédio escolar.

Art. 3º - Os compromissos do Grupo pelo presente convênio serão os seguintes:

- a) Recopilar, analisar e fornecer ao CENPHA informações referentes a uma determinada região, necessárias para o estudo de soluções para o problema da construção escolar naquela área.
- b) Colaborar com o CENPHA nos estudos que estiverem executando em conjunto, pondo à sua disposição os seus técnicos que trabalharão em horários previamente acordados.
- c) Pagar as despesas de viagem de estadia dos técnicos que solicitarem ao CENPHA, para acompanharem os membros do Grupo em suas viagens pelos Estados.
- d) Fornecer ao CENPHA matéria concernente à construção escolar para publicação em sua revista mensal.
- e) Distribuir para as diversas secretarias de educação, pelo menos dois exemplares de todos os números em que tiver artigos seus publicados.

Art. 4º - Os compromissos assumidos pelo Grupo de acordo com o artigo anterior, se firmam sem prejuízo das disposições contidas no Decreto de criação do Grupo nº 60.155, de 27 de janeiro de 1967.

Art. 5 - O presente convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e só poderá ser modificado por acordo entre o CENPHA e o Ministério de Educação e Cultura do Brasil

Art. 6 - As questões relativas à colaboração entre o Grupo e o

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CENPHA, não previstas neste convênio, serão resolvidas de comum acordo entre as partes firmadas.

Rio de Janeiro, de de 1968

P/Ministro de Educação e Cultura P/Centro de Pesquisas Educacionais

Ministro da Educação e Cultura

Diretor

CAS/bb/(Cópia) zpc/26.5.69

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

7ª Reunião, realizada a 25 de janeiro de 1968 no Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (CENPHA).

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Itamar Dias Rocha.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

3) - Convidados especiais - Drs. Tales Memória e Flávio Reis, do CENPHA.

II - Assuntos tratados:

1) - O Eng. Carlos Alexandre explica aos representantes do CENPHA as razões do encontro, motivado pela intenção do Grupo em estabelecer convênio com o CENPHA, notadamente no campo de publicações e viagens. Explica o que é o Grupo, seus objetivos e o programa para o corrente ano.

O Arq. Tales Memória explica os objetivos do CENPHA e o programa para 1968, do qual faz parte uma série de experiências com a COPEG. Também o CENPHA tem limitações de ordem financeira, dificultando a execução do convênio proposto, a despeito de sua significação.

Dr. Ruderico propõe grupo misto para redigir documento a ser encaminhado ao Ministro do Interior, manifestando nosso interesse em realizar trabalho conjunto, já que o CENPHA aceita a colaboração técnica com o GNDCE (documento em anexo). Dado que a maior dificuldade reside nos custos, ficou decidido que o GNDCE elaborará um programa de viagens no orçamento-programa, submetê-lo-á ao Coordenador e depois o apresentará ao CENPHA.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

6ª Reunião, realizada no dia 23 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos Tratados:

1) - O Engenheiro Carlos Alexandre apresentou e comentou, item por item, o projeto de orçamento - programa para o ano de 1968, submetendo-o à apreciação de seus pares (v. documento em anexo). Ficou decidido que o sub-grupo de arquitetos se incumbirá de desenvolver o projeto nos itens alusivos a viagens, publicações, estudos, experiências e convênios, ficando o sub-grupo de engenheiros incumbido da constituição da Secretaria, reuniões e simpósios.

2) - Visita ao CENPHA - para interessar o CENPHA e fazê-lo compartilhar das experiências do GNDCE no campo das publicações e viagens, deverá o Grupo reunir-se quinta-feira próxima, dia 25, na sede do órgão, na Pontifícia Universidade Católica, com o Dr. Tales Memória, diretor em exercício.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

5ª Reunião, realizada a 18 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros: Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Prof. Carlos Correa Mascaro (Coordenador).

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados -

1) - Proposta de roteiro de 1968 - o Eng. Carlos Alexandre propôs que na próxima reunião, terça-feira, se examinasse um plano de trabalho para este ano.

2) - O problema da reforma administrativa - o Eng. Carlos Alexandre relata seus entendimentos com os responsáveis pela reforma administrativa, no Ministério do Planejamento, e as perspectivas que se descortinam de preservação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

4ª Reunião, realizada no dia 17 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - Com a presença do Dr. Napoleão Ferreira, Chefe de Secretaria da Fundação Ataulpho de Paiva, e do Eng. Milton Santos Ferreira, o Grupo inteirou-se dos planos da citada Fundação no que diz respeito à ereção de uma escola, e de sua disposição de recorrer aos préstimos do GNDCE. Representando o Grupo, o Dr. Roderico Pimentel colocou à disposição do Eng. Milton Ferreira as plantas de escolas disponíveis no I.N.E.P., a fim de que nelas se baseie.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

3ª Reunião, realizada a 15 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - O Secretário-Executivo comunicou aos membros do Grupo o interesse da Fundação Atauulpho de Paiva em conhecer o Grupo e examinar a possibilidade de sua assistência técnica ao plano de construção de uma escola na ilha de Paquetá, para os que se servem daquela entidade beneficente. Os membros do Grupo acordaram em fixar uma data para um encontro com representantes da Fundação, quando então colocar-se-ia à disposição da mesma o acervo de projetos de escolas existente no I.N.E.P.

O Eng. Carlos Alexandre sugeriu a realização de um simpósio nacional com todos os Secretários de Educação, versando sobre construções escolares, de sorte a que se desperte uma consciência nacional quanto ao problema e que se evite que sejam repetidos os mesmos erros de experiências precedentes.

Foi salientada uma vez mais a necessidade de aproveitamento de desenhista do INEP para elaboração de projetos de escolas bem como a instalação do Grupo em sala cedida pelo INEP.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

2ª Reunião, realizada no dia 11 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Prof. Carlos Correa Mascaro, Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Carlos Alexandre Barboza da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - O Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá leu para os presentes um anteprojeto de transformação do GNDCE em Conselho das Construções Escolares (documentação em anexo), tendo ficado decidido que em reuniões posteriores seria o mesmo documento submetido à apreciação crítica dos demais componentes do GNDCE, de sorte a se compor uma redação definitiva.

O Arq. Ivo Coutinho de Moura acredita não haver entre os integrantes do Grupo nenhuma objeção de maior peso contra o fundo e a forma da proposta do Eng. Carlos Alexandre, quanto à transformação do Grupo em Conselho. A proposta, segundo Dr. Ivo, "conferia ao atual órgão nível mais elevado e atribuições mais amplas e consolidadas". "Entretanto, o problema básico parece ser o exame objetivo da viabilidade da proposta". "Entendo que, admitida a viabilidade, o Grupo poderia apoiar ostensivamente a sugestão, pela forma considerada mais oportuna e conveniente". "Todavia, por motivos óbvios, parece evidente que, sem prejuízo do pronunciamento oficial do Grupo, ao nosso Coordenador e ao representante do MINIPLAN competiria atuação direta e principal junto aos respectivos ministérios para que mesmos dessem total apoio à efetivação da medida que ora estudamos".

O Prof. Mascaro fez algumas ponderações sobre o alcance da iniciativa, acreditando que o Grupo deveria continuar ligado ao INEP, já que este é o órgão do Ministério da Educação capacitado para formular uma filosofia educacional brasileira, com base em estudar e pesquisas da realidade escolar do País. A atual designação do Grupo, por outro lado, significa adesão às sugestões preconizadas pelo CONESCAL, sob cuja inspiração foram criados, com a mesma designação, vários grupos nacionais de desenvolvimento das construções escolares em países latino-americanos.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

1ª Reunião, realizada a 4 de janeiro de 1968 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Prof. Carlos Correa Mascaro (Coordenador), Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - A reforma administrativa e o Grupo - a primeira reunião do ano teve como tema a reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura, sendo analisadas as alternativas que se apresentam para o Grupo com as alterações previstas. Dado o estado em que se acham os estudos referentes à reforma administrativa, os membros do Grupo manifestaram suas apreensões quanto aos destinos do GNDCE, notadamente considerando o vulto dos compromissos e responsabilidades já assumidos pelo Grupo com outras instituições oficiais e particulares do país e do estrangeiro. O Prof. Mascaro fez um amplo e detalhado relato do andamento da reforma administrativa e de seus aspectos mais relevantes.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARESREUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Reunidos em 30 de novembro de 1967, na Séde do Ministério da Educação e Cultura, presentes o Prof. Carlos Correa Mascaro, o Arq. Ruderico Pimentel, o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, o Eng. Itamar Dias Rocha e Sérgio Guerra Duarte, dirigiram-se ao Banco Nacional de Habitação, onde, recebidos pelo Presidente e o Superintendente, fizeram a entrega do ofício sugerindo o aproveitamento das instalações da obra nos grupos residenciais das COHABs.

Nesta reunião, ficou assentada a possibilidade da recomendação apresentada, que segundo o presidente do B.N.H., seria encaminhada à diretoria para após a devida apreciação, ser aprovada com a redação definitiva.

Terminada a reunião com o presidente Mário Trindade, dirigiu-se o G.N.D.C.E., ao Gabinete do Diretor da Carteira da C.O.H.A.Bs, em cuja reunião, ficou assentado:

1º -) G.N.D.C.E., encaminhará ao B.N.H., em aditamento à recomendação já apresentada, os vários tipos de escolas indicadas em cada caso, de acordo com o número de habitantes de cada conjunto residencial.

2º - Esses tipos serão estudados, levando em conta as regiões geográficas e as características das mesmas: rurais ou urbanas.

3º - Serão estas edificações, originariamente destinadas às instalações administrativas do canteiro de obras, construídas de forma a se adaptarem aos seus futuros destinos escolares, e localizadas nas áreas internas das indicações no plano geral para tal fim.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

2ª Reunião realizada a 27 de dezembro de 1967 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

- 1) - Membros - Prof. Carlos Correa Mascaro, Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha e Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.
- 2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.
- 3) - Convidados especiais - João Guilherme Marques Tormenta.

II - Assuntos tratados -

- 1) - Entendimento com o Sr. Tormenta - foram exibidos os projetos de escolas pertencentes ao acervo do I.N.E.P., e foi considerada a possibilidade de se contar com a participação dos desenhistas da seção de Arquitetura Escolar do I.N.E.P. para confecção de projetos.
- 2) - Dr. Mascaro relata sua experiência junto à UNESCO - o Coordenador referiu-se particularmente à possibilidade da UNESCO - prestar ao Grupo, além da assistência técnica através do CONESCAL, colaboração financeira, mediante o seu concurso de intermediária junto a organismos internacionais de crédito.
- 3) - A palestra do Dr. Fernando Dias - relato, pelo Dr. Roderico Pimentel, da palestra do técnico do BNH, e de seus produtivos resultados.
- 4) - Contratação de taquígrafa - para que a citada palestra, que foi gravada, seja incorporada à documentação do CNDCE, faz-se necessário que uma taquígrafa seja contratada e incumbida da captação da mesma.
- 5) - Visita ao CENFHA - a possibilidade de convênio foi comunicada ao Dr. Mascaro, salientando-se a oportunidade da iniciativa para o nosso plano de pesquisas.
- 6) - Verbas para 1968 - todos os presentes externaram ao Sr. Coordenador suas preocupações no tocante à existência de recursos financeiros para o Grupo em 1968.

7) - A colaboração dos desenhistas do I.N.E.P. - ficou decidido que os desenhistas do I.N.E.P., bem como os arquitetos que compõem a seção de Arquitetura Escolar, passarão a dar, sempre que necessário, uma colaboração ao GNDCE.

8) - Convênio entre o I.N.E.P. e o B.N.H. - o Sr. Coordenador tomou ciência de que o Banco Nacional de Habitação poderá firmar convênio com o I.N.E.P.

9) - Mobiliário na Seção Arquitetura Escolar - foram tomadas algumas decisões alusivas à arrumação da sede do Grupo, na seção de Arquitetura Escolar do I.N.E.P.

10) - A reforma administrativa - foram debatidos alguns aspectos da reforma administrativa do M.E.C. no que interessa ao I.N.E.P. e ao Grupo.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Reunião do dia 27 de dezembro de 1967, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Ordem do dia

- 1) - Transmissão, pelo Arq. Roderico Pimentel, do cargo de Coordenador do Grupo ao seu ocupante efetivo, Professor Carlos Correa Mascaro.
- 2) - Relato, pelo Dr. Roderico, das atividades do GNDCE em dezembro, salientando:
 - a) - a palestra do Dr. Fernando Dias, do BNH.
 - b) - a visita ao CENPMA e a possibilidade de um trabalho conjunto com esse órgão.
 - c) - o ofício ao CONESCAL, estranhando a demora da celebração do convênio e a conseqüente interrupção de nossa correspondência.
 - d) - o relatório encaminhado ao Ministro.
 - e) - a preocupação do Grupo quanto a verbas para o próximo exercício.
 - f) - a colaboração dos dois desenhistas da Seção de Arquitetura Escolar do INEP.
 - g) - a necessidade de se contratar uma estenógrafa que possa captar a exposição e os debates gravados no CBPE, quando da palestra do Dr. Fernando Dias.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES.

26ª Reunião realizada a 19 de dezembro de 1967, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

- 1) - membros: - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.
- 2) - Secretário-Executivo: - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

- 1) - a possibilidade de convênio com o CENPHA - o Arq. Ruderico Pimentel leu para os membros do Grupo o ofício dirigido ao Ministro da Educação e Cultura, em que sugere que, mediante entendimentos com o ministro do Interior, seja acertado um convênio entre o GNDCE e o Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais da PUC (CENPHA).
- 2) - ofício ao CONESCAL - o Arq. Ruderico Pimentel leu para os membros do Grupo o ofício dirigido ao CONESCAL, em que são pedidos informes urgentes sobre o convênio deste órgão com o governo brasileiro.
- 3) - o julgamento de nossa proposta pelo BNH - o Engenheiro Itamar Dias Rocha comunicou que o Banco Nacional de Habitação ainda não julgou a proposta ao mesmo encaminhada pelo GNDCE, sobre o aproveitamento das barrações de obra.
- 4) - Recomendação ao Ministro dos Transportes - ficou decidido que o Grupo aguardará os resultados de seu entendimentos com o Banco Nacional de Habitação, para só então lançar-se a outros empreendimentos, como a aproveitamento de estações de estrada de ferro abandonadas.
- 5) - Articulação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro - o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho comunicou ao Grupo que o Governo do Estado do Rio de Janeiro está realizando um trabalho extenso de expansão da rede escolar, sendo por isso conveniente que o Grupo se articule com as autoridades do Estado ligados à educação.
- 6) - Elaboração de projetos - foi examinada a possibilidade de se estudarem os projetos de escolas já constantes no acervo do I.N.E.P. (Seção de Arquitetura Escolar) e de se contratar um desenhista ou acadêmico

co de Arquitetura que elabore, com a orientação técnica do Grupo, os projetos a serem submetidos ao Banco Nacional de Habitação.

7) - problema de verbas - os membros do Grupo salientaram a necessidade de se resolver com urgência o problema das verbas do Grupo para 1968, sob pena de sofrerem um colapso as suas atividades.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

2ª Reunião realizada no dia 15 de dezembro de 1967, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha e Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados -

1) - Programa de 1968 - foi examinado pelo Grupo o programa de atividades para 1968, tendo os engenheiros e arquitetos que compõem o GNDCE externado sua preocupação diante de muitos impasses / com se defronta o Grupo desde a sua criação e instalação oficial : falta de verbas próprias, ausência de dotação para o exercício de 1968, instalação da sede do Grupo ainda não concluída, ausência de um corpo de auxiliares administrativos (contínuos) e técnicos (desenhistas).

2) - Elaboração de projetos - o Arq. Luiz Braga ficou incumbido de projetar, submetendo ao Grupo, as escolas-tipo que em seguida serão encaminhadas ao Banco Nacional de Habitação.

3) - Colaboração de desenhistas - foi discutida a possibilidade de se contar com a colaboração dos dois desenhistas do Setor de Arquitetura Escolar do I.N.E.P.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONDIÇÕES ESCOLARES

24ª Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 1967 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Assuntos tratados -

1) - Exigências pedagógicas para a construção de escolas - o Secretário-Executivo fez saber aos membros do Grupo da existência de dispositivos legais impondo a previsão, nos projetos de edificação de escolas, de reserva de área para contêineres, tendo em vista a importância cada vez maior da alimentação escolar nos empreendimentos educativos em curso. Os projetos de escolas a serem encaminhados pelo GNDCE ao Banco Nacional de Habitação deverão, por conseguinte, levar em conta o que a lei impõe para todos os casos de escolas erigidas com o concurso de verbas federais.

2) - Resposta às autoridades do ensino em Belém - o Dr. Roderico Pimentel determinou ao Secretário-Executivo que providenciasse a elaboração de resposta aos inspetores de ensino do Pará sobre a solicitação dos mesmos no tocante à assistência do Grupo. A citada resposta deve salientar que o GNDCE, ao viajar para o Rio de Janeiro, estenderá sua visita a Belém, para manter contato direto com aquelas autoridades,

3) - Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - o Dr. Roderico Pimentel reportou-se à citada entidade paulista, sublinhando a necessidade de se conhecerem as experiências da mesma no campo dos pré-fabricados.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

23ª Reunião realizada no dia 6 de dezembro de 1967 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

I - Presentes:

1) - Membros - Arq. Roderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - Ofício ao CONESCAL - o Arq. Roderico Pimentel submeteu à aprovação de seus pares os termos de ofício do Grupo ao Diretor do CONESCAL, solicitando urgentes informações com respeito à marcação da data do convênio a ser firmado com o Governo do Brasil por aquela entidade. O texto, após a leitura realizada pelo Coordenador, foi aprovado sem alterações.

2) - A experiência de Nogueira - o relatório da experiência de Nogueira, onde os que a presenciaram reproduziram suas impressões finais sobre os aspectos técnicos de que se revestiu, deverá ter, conforme foi assentado na reunião, as assinaturas dos mesmos, ficando o Secretário-Executivo encarregado de coletá-las.

3) - A ida ao C.E.N.P.H.A. - ficou finalmente marcado para o dia 12 a ida do Grupo ao CENTHA (Centro de Estudos e Pesquisas Habitacionais) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

4) - Reuniões do sub-grupo de arquitetos - para dar incremento às atividades do G.N.D.C.E., os arquitetos que o formam resolveram reunir-se semanalmente para elaborar os projetos previstos no acôrdo a ser firmado com o Banco Nacional de Habitação.

5) - Problemas financeiros na construção civil - o Dr. Paulo Ferreira teceu longas considerações sobre a incidência cumulativa de preços nos materiais de construção, e o Dr. Roderico sugeriu que o Grupo adotasse, sempre que possível, a eliminação de intermediários, de modo a reduzir os custos das obras. A compra direta ao produtor seria, no terreno econômico - financeiro, uma das medidas de maior significação para baratear a construção civil.

6) - Estudos do sub-grupo - como corolário do que foi até então debatido, o Arq. Ruderiso Pimentel preconiza o estudo, pelo seu sub-grupo, de 8 ou 10 tipos diferentes de escola, a serem submetidos ao Banco Nacional de Habitação, devendo o estudo analisar a composição de preços nas fontes produtoras no mercado e o custo do transporte dos materiais,. Acredita que um estudo alegado desse teor poderia proporcionar um barateamento de até 30% (trinta por cento).

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

99^a - Reunião realizada no dia 4 de dezembro de 1967, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros: Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - Reunião do dia 7 - foi confirmada, pelo Eng. Itamar Dias Rocha, a palestra a ser realizada no próximo dia 7 de dezembro no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, pelo Dr. Fernando Dias, do Banco Nacional de Habitação. O Secretário-Executivo ficou incumbido de providenciar a reserva de sala para a palestra e para a projeção de slides que se fará em seu decorrer.

2) - Ausência de membro do Grupo - o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho comunicou que em janeiro próximo estará ausente do País.

3) - Retorno do Prof. Mascaro - o Secretário-Executivo comunicou que o retorno do Prof. Mascaro, Coordenador do GNDCE, está previsto para o dia 20 do corrente mês.

4) - Encontro no CENPHA - foram acertados os detalhes da próxima ida do Grupo ao Centro de Pesquisas Habitacionais da Pontifícia Universidade Católica (CENPHA), ficando o Eng. Paulo Ferreira com a incumbência de ratificar o dia e a hora da visita.

5) - O relatório - o Dr. Ruderico comunicou aos presentes a feitura do relatório final de 1967, e da conveniência de nele se registrarem os problemas de base que o Grupo enfrenta desde a sua criação - falta de dotações próprias e substanciais, falta de instalações e de pessoal de escritório para dar organicidade às suas importantes e crescentes tarefas.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

21ª Reunião realizada a 22 de novembro de 1967, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - membros - Prof. Carlos Correa Mascaro, Coordenador; Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga; Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Itamar Dias Rocha e Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

2) - Secretário-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados -

1) - Aproveitamento das estações abandonadas das estradas de ferro - encampando a sugestão do Dr. Décio Leal, o Eng. Carlos Alexandre mostrou-se favorável ao aproveitamento, para escola, das estações de ferrovias deixadas ao abandono em vista da extensão de ramais deficitários, sendo ventilada a possibilidade de se encaminhar a proposta ao Sr. Ministro dos Transportes.

2) - A proposta ao Banco Nacional de Habitação - o Arq. Ivo Coutinho de Moura reiterou a conveniência de se estender a outras entidades como o SESI, o DNER e a Petrobrás a proposta feita ao BNH.

3) - A experiência de Nogueira - o Arq. Ruderico Pimentel fez um relato sucinto da experiência de Nogueira, estabelecendo data para um encontro com demais autoridades presentes à experiência, para julgamento de sua validade.

4) - O relatório de 1967 - o Prof. Mascaro reiterou a necessidade de se completar o Relatório do GNDCE referente a 1967.

5) - Orcamento para 1968 - foi discutido o problema da falta de meios para 1968, e da necessidade de buscar-se com urgência uma fonte de recursos que assegure a continuidade da atuação do Grupo.

6) - Viagem do Coordenador - o Prof. Mascaro comunicou sua próxima viagem ao estrangeiro, a serviço do Governo brasileiro.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

202 Reunião realizada a 14 de novembro de 1967 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

1. - Membros: Arq. Roderico Pimentel, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá.

2. - Secretário-Executivo: Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados

1. - Viagem a Porto Alegre - ficou assentado que dois representantes do GNDCE - Arquitetos Roderico Pimentel e Ivo Coutinho de Moura - irão a Porto Alegre, no dia 26, para entendimentos com autoridades educacionais e representantes da indústria de construção.

2. - Experiência de Nogueira - o Arq. Roderico Pimentel/ informou aos presentes sobre os detalhes da visita a Nogueira no próximo sábado, dia 18, para presenciarem o desfecho da experiência.

3. - Os membros do Grupo determinaram ao Secretário Executivo a inclusão do nome do Prof. Carlos Correa Mascaro, Coordenador do Grupo, nos ofícios em que é solicitado o pagamento de / jetons, dado que não se justifica a sua exclusão.

4. - Decidiram outrossim que será pedido ao Coordenador/ a regularização do pagamento dos jetons, de sorte a que não se repitam os atrasos costumeiros.

5. - Em vista da ausência do Eng. Itamar Dias, ficou adia da para o dia 22 o exame dos termos definitivos da proposta a ser encaminhada ao Banco Nacional de Habitação.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

192 Reunião realizada a 8 de novembro de 1967 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes

1. - Membros: Prof. Carlos Correa Mascaro, Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Itamar Dias Rocha.

2. - Secretário-Executivo: Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados

1. - Os pedidos do CONESCAL - após haver examinado o pedido de informações do CONESCAL, o Eng. Carlos Alexandre sugere / que o subgrupo de arquitetos também o examine.

Dada a abundância de dados pedidos e a variação dos mesmos em função dos diferentes Estados, o Prof. Mascaro sugeriu/ que cópias do documento fôsem enviados a São Paulo e Minas, para coleta de informações.

2. - A experiência de Nogueira - ficou deliberado que se rão enviados ofícios aos diretores das entidades que mandaram representantes para assistir à experiência de Nogueira. Tais ofícios agradecerão a colaboração e convidarão para o término dos trabalhos, a 18 de novembro.

3. - A proposta ao Banco Nacional de Habitação - o Eng. Itamar Dias ficou encarregado de redigir os termos da proposta que deverá ser submetido ao Banco Nacional de Habitação, nessa oportunidade, lembrou o Prof. Mascaro um estudo do Dr. Paulo Assis Ribeiro, sobre taxa de população mínima e necessária à construção de novas salas de aula. O Arq. Ivo Coutinho propõe que junto aos/ Centros Sociais do SESI fôsse feito trabalho idêntico ao que se pensar executar com o BNH. O Arq. Ruderico Pimentel propôs a prenisão de áreas externas de recreação. O Eng. Paulo Ferreira salientou a conveniência de se substituir a expressão "barração de obras" por "depósito" ou "almoxarifado".

4. - O Plano Trienal do GNDCE - o Prof. Mascaro distribuiu para os membros do Grupo, cópias do plano de trabalho do

do GNDCE para o triênio 1968/1970.

5. - Palestra sobre pré-fabricados - o Eng. Itamar Dias ficou incumbido de comunicar ao Grupo o dia marcado para a palestra de representante do Banco Nacional de Habitação sobre pré-fabricados.

6. - Viagem ao Rio Grande do Sul - deverá o Grupo, incorporado, visitar o Rio Grande do Sul no fim de novembro, avistando-se com autoridades da Secretaria de Educação, órgãos estaduais / incumbidos de construção de escolas, responsáveis por conjunta re sidenciais e setores da construção civil.

4 de novembro
18ª Reunião

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONTRUÇÕES ESCOLARES

Experiência de construção de pré-moldados, realizado em Nogueira, 2º distrito de Petrópolis, em novembro de 1967.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, em busca de processos de construção mais rápidos e econômicos, procura, através de demonstrações práticas de empresas / construtoras, pesquisar os processos que colimem o seu objetivo.

Assim, atendendo a uma oferta da MONTANAI S/A., resolveu patrocinar a experiência-demonstração desta firma, com o objetivo de, aferindo as fases dessa demonstração, iniciar a primeira experiência, que fará parte do seu cadastro de outros processos de pré-fabricação, que uma vez selecionados, possam merecer o apoio oficial para ampliação de suas indústrias, com o fim de atender à enorme demanda de construções no país.

Convidados pelos patrocinadores, estiveram presentes a fase inicial esta demonstração, os técnicos dos seguintes órgãos: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, Banco Nacional de Habitação e COHAB do Estado do Rio de Janeiro.

A COHAB do Estado da Guanabara, apesar de haver fornecido 2 viaturas, e haver enviado 2 representantes, estes tiveram uma pane na estrada, onde após 3 horas de espera conseguiram voltar ao Rio em condução emprestada.

Reunidos todos em Nogueira, 2º Distrito de Petrópolis, às nove e trinta horas do dia 4 de novembro de 1967, junto ao local da obra, constataram no terreno, com as fundações já executadas, achavam-se os elementos modulados, constantes de placas pré-moldadas, que na ocasião, foram transportadas dando início à montagem / do prédio.

Voltando ao local às 17,30 horas, verificou a comissão, estar terminando a montagem das paredes, com esquadrias, tubulações eletro-hidráulicas, e iniciada a montagem da laje de ferro.

Face às péssimas condições climáticas, descontando a hora do almoço, assim mesmo demonstrou à empresa construtora, haver montado a casa nas condições acima descritas, no prazo de 7 horas de trabalho, o que em condições normais, permitiria no mesmo prazo, a montagem da laje e cobertura que se achava no local por ocasião da retirada da comissão.

No dia 18 de novembro, voltando ao local os membros do GNDCE e autoridades convidadas, constataram estar concluída a casa, lavrando-se então a presente ata.

Em reunião ordinária a ser posteriormente marcada, os membros do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares analisarão a experiência, a primeira de uma série que pretendem patrocinar.

Petrópolis, 18 de novembro de 1 967

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

14ª Reunião realizada a 1º de novembro de 1967 no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

I - Presentes:

1) - Membros: - Professor Carlos Correa Mascaro, Coordenador; Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre de Sá, Eng. Itamar Rocha, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho,

2) - Secretario-Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

II - Assuntos tratados:

1) - Comunicação com Grupo - o Dr. Ruderico informa a respeito dos entendimentos com a empresa MADEPAN, e da conveniência de ter o Grupo um contato direto com a mesma.

2) - Convênio com o CONESCAL - tendo lido o texto do convênio com o CONESCAL, o Eng. Carlos Alexandre alega que o mesmo só prevê a modificação, mas não a rescisão; por isso, sugere a inclusão desse elemento no texto definitivo.

3) - Conferência sobre pré-fabricados - o Eng. Itamar Dias Rocha sugere que se faça uma palestra para o Grupo o Arq. Fernando Dias, que esteve num Congresso de pré-fabricados na Dinamarca, ali constatando que o pré-fabricado foi mais caro que a construção convencional; o tempo também não seria tão vantajoso, levando-se em conta a fabricação anterior dos preços.

4) - Viabilidade dos planos de educação - o Eng. Carlos Alexandre não crê na viabilidade do Plano Nacional de Educação, dada a discrepância entre o que se propõe e o que se realiza. Ademais, colidem entre o Plano Nacional de Educação, com metas até 1970 e o Plano Decenal, com metas até 1976. Sugere que o Grupo recomende a adoção de critério de promoção semi-automática.

O Prof. Mascaro ponderou que o assunto ainda se presta a muitas divergências entre os educadores, e frequentemente a adoção deste critério é seguida da queda de interesse do professor.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

16ª Reunião realizada a 26 de outubro de 1967, no I.N.E.P.

Presentes:

a) Membros do Grupo - Prof. Carlos Correa Mascaro, Coordenador; Arq. Ruderico Pimentel; Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho; Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá;

b) Secretário Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

Assuntos Tratados

a) O Arq. Ruderico Pimentel passou o posto de Coordenador ao Prof. Carlos Correa Mascaro, que retornou da viagem ao Chile, a serviço do Governo.

b) foi analisado o problema da liberação de verbas, e as dificuldades daí resultantes para o bom andamento das tarefas do Grupo.

c) Foram estudados os meios de elaboração de dois documentos, por parte do Grupo: o seu relatório anual, previsto nas Normas Regimentais e o plano trienal de atividades, para incorporação no Plano Estratégico do Governo Federal para o período 1967/70.

d) O Coordenador autorizou a tomada de providências para instalação do Grupo na sala do INEP reservada à Arquitetura Escolar.

e) Ficou acertado que as reuniões do Grupo passarão a ser efetuadas na própria sede do INEP, no 10º andar do Palácio da Cultura, às 10 horas da manhã.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

152 Reunião realizada a 24 de outubro de 1967, na Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara.

Presentes:

a) Membros do Grupo - Arq. Ruderico Pimentel, Arq. Ivo Coutinho de Moura e Engenheiro Paulo Ferreira de Souza Filho;

b) Secretário Executivo do Grupo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

c) Autoridades do Estado da Guanabara - Dr. Gonzaga da Gama, Secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara; e Dr. Franchirú, Diretor do Departamento de Serviços Complementares da Secretaria de Educação e Cultura.

Assuntos Tratados

O Dr. Ruderico Pimental explicou ao Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara a intenção do Grupo em reiniciar os contatos mantidos com a Secretaria de Educação, de modo a fixar um intercâmbio mutuamente proveitoso, para o GNDCE e para a Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares do Estado.

Reportando-se à audiência concedida a 4 de agosto pelo Dr. Benjamin de Moraes, antecessor do Secretário atual, o Arq. Ruderico Pimentel reproduziu a proposta lançada naquela oportunidade, no sentido de que se fizesse, em terreno cedido pelo governo estadual, uma experiência de construção de escola com material pré-fabricado, quando seriam aferidos tempo de construção, preço e qualidade.

O Sr. Secretário da Educação mostrou-se interessado pelas atividades do Grupo, tecendo considerações acerca do problema das construções escolares. Ao contrário de outros Estados, a Guanabara tem dificuldades crescentes em obter terrenos para edificação de escolas, pois onde a demanda é maior, também, é maior a dificuldade de aquisição de terrenos disponíveis. Citou em seguida a organização das escolas integradas (primário e ginásio em um só prédio), a instalação para breve da televisão educativa para os estabelecimentos do Estado e a criação da Carteira de Educação no Banco do Desenvolvimento do Estado como iniciativas de longo alcance.

Picou decidido que após a experiência pioneira que deve o Grupo realizar em Nogueira (Petrópolis), a 4 de novembro, será acertada com as autoridades do Estado, a realização da experiência similar.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

14ª Reunião realizada a 18 de outubro de 1967 no I.N.E.P.

I - Presentes

Membros - Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho.

Secretário Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicação e Expediente

O Secretário Executivo comunicou ao Grupo o retorno do Prof. Mascaro e o envio de ofícios à MADEQUIMIA S.A., ao CONESCAL, à Secretaria de Educação do Estado da Guanabara e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Comunicou igualmente a existência, na Alemanha, de um Instituto Adão de Construção de Escolas.

III - Assuntos tratados

O Dr. Ruderico Pimentel sugeriu a realização de uma experiência de construção no Distrito de Nogueira, em Petrópolis, para a mesma sendo convidados representantes dos Secretários de Educação dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, das Cooperativas Habitacionais de ambos os Estados e do Banco Nacional de Habitação. Sugeriu também a organização de um cadastro de firmas que se interessassem em participar dos empreendimentos do GNDCE.

Reiterou, na mesma oportunidade, a urgência em instalar-se o Grupo, passando a dispor de material e pessoal próprios.

IV - Resoluções

O Dr. Ruderico Pimentel acertou, com o Dr. Heraldo Reif, a utilização parcial da sala do INEP referente à Arquitetura Escolar, devendo entender-se com o Prof. Mascaro para obter do mesmo a anuência para instalação do Grupo.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

152 Reunião realizada a 11 de outubro de 1967 no I.N.E.P.

I - Presentes

Membros - Arq. Roderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Ivo Coutinho de Moura.

Secretário Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicações

O Dr. Roderico Pimentel avisou que estaria pessoalmente com o Sr. Ministro para reiterar a Sua Excelência a necessidade de instalação definitiva do Grupo e da conveniência de estar o MEC presente na Comissão do Ministério das Relações Exteriores incumbida de criar Casas do Brasil na Alemanha e em Portugal.

III - Expediente -

O Secretário Executivo comunicou o envio para o Diretor do CONESCAL, de mensagem solicitando que o mesmo marque data para assinatura do convênio.

IV - Assuntos Tratados

Ficou decidido que encaminhar-se-ia um ofício à MADEQUÍCA S/A, do Rio Grande do Sul, manifestando o interesse do Grupo em conhecer os processos de pré-fabricação da empresa.

V - Resoluções

A Reunião seguinte será a 18 do corrente mês.

12^u **GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES**
Reunião realizada a 4 de outubro de 1967 no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

I - Presentes

Membros do Grupo - Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Itamar Dias Rocha e Arq. Ivo Coutinho de Moura.

Especialistas - Eng. Arlindo Lopes Corrêa e Dr. José Nilo Tavares.

Secretário Executivo - Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicações

1. O Secretário Executivo comunicou ao Dr. Ruderico Pimentel, Coordenador Substituto do GNDCE, o recebimento de telegrama de Santa Catarina, da parte de setores da indústria madeireira, reiterando promessa de envio de material informativo.

III - Assuntos tratados e resoluções - O Dr. Ruderico Pimentel explicou ao Dr. Arlindo Corrêa quais eram os objetivos do GNDCE e do interesse deste em entrosar-se com o EPEA. O Dr. Arlindo Corrêa fez uma síntese dos trabalhos da Divisão de Recursos Humanos do EPEA, de suas próprias convicções acerca da problemática educacional do País e da sua ideia sobre o Grupo, que a seu ver deveria ser dedicado mais ao ensino médio que ao primário, já que neste núcleo de instrução, a seu ver, a questão é mais de qualidade que de quantidade.

CBPE

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES
112 Reunião realizada a 27 de setembro de 1967 no Escritório de
Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento e
Coordenação Econômica.

I - Presentes

Membros do Grupo - Arq. Roderico Pimentel, Eng. Carlos
Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Paulo Ferreira de
Souza Filho e Arq. Ivo Coutinho de Moura.

Secretário Executivo - Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicações

O Arq. Ivo Coutinho de Moura comunicou já ter sido auto-
rizada, pelo Diretor da Faculdade de Arquitetura, sua au-
sência da escola sempre que o Grupo se achar em reunião ou
viagem.

III - Assuntos tratados e resoluções

Foi decidido um encontro do Grupo com o Ministro da Edu-
cação e Cultura, a fim de que se recomendasse a Sua Excelên-
cia a assinatura do convênio com o CONESCAL. Na mesma opor-
tunidade, o Grupo solicitaria ao Sr. Ministro a cessão de
duas salas no Palácio da Cultura, pessoal e material de es-
critório, para que as tarefas do GNDCE não sofram solução
de continuidade.

A próxima reunião do Grupo deverá ser efetuada no EPRA
(Ministério do Planejamento), quarta-feira, dia 4 de outu-
bro, a fim de que o Grupo conheça as realizações da Divisão
de Recursos Humanos do citado Escritório, seu quadro técnico
e a coleção de plantas de edificações escolares que fazem
parte do acervo daquele Órgão.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

10ª Reunião realizada a 20 de setembro de 1967 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

I - Presentes

Membros - Prof. Carlos Correa Mascaro, Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga e Arq. Ivo Coutinho de Moura.

Secretário Executivo - Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicações

O Prof. Mascaro comunica ao Grupo sua ida ao Chile, a serviço do Governo Federal, devendo na sua ausência ocupar seu posto de coordenação do GNDCE o Arq. Ruderico Pimentel.

III - Assuntos tratados e resoluções

Foi acertada a assinatura de convênio com o CONESCAL, devendo a decisão ser submetida à aprovação do Sr. Ministro da Educação e Cultura. A passagem pelo Rio de Janeiro do Sr. Gonzalo Abad Grijalba, poderia ser aproveitada para a cerimônia de oficialização do acordo.

Ficou igualmente assentado que o Dr. Ruderico Pimentel deveria, representando o Grupo, avistar-se com o Diretor do Banco Nacional de Habitação, para estabelecer com o mesmo os entendimentos que possibilitem uma ação conjunta do GNDCE e do BNH.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

9ª Reunião realizada a 13 de setembro de 1967 no CBPE

I - Presentes

Membros - Prof. Carlos Correa Mascaro, Arq. Ruderico Pimentel, Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho, Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá, Arq. Ivo Coutinho de Moura, Eng. Itamar Dias Rocha.

Secretário Executivo - Prof. Sérgio Guerra Duarte.

Convidados Especiais - Prof. Marquez, perito da UNESCO

II - Comunicações

O Prof. Marquez transmitiu aos presentes o interesse do CONESCAL em firmar um convênio com o Brasil

III - Expediente

Tratou-se do ofício do Grupo ao Banco Nacional de Habitação, para acertarem ambas as entidades um programa comum de ação.

IV - Assuntos Tratados

A necessidade dispor o GNDCE de uma infra-estrutura administrativa para os seus serviços.

V - Resoluções

Ficou para o dia 20 a próxima reunião, dela devendo estar ausente, por motivo de viagem o Eng. Itamar Dias Rocha.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

8ª Reunião realizada a 30 de agosto de 1967 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

I - Presentes

A - Membros

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
3. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
4. Eng. Itamar Dias Rocha
5. Arq. Ivo Coutinho de Moura
6. Arq. Ruderico Pimentel

B - Convidados especiais

1. Prof. José Gomes de Campos

C - Secretário Executivo

1. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Comunicações

1. O Prof. Ivo Coutinho de Moura foi cientificado de que o Coordenador já remeteu ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ofício solicitando permissão para que o citado Professor possa participar das relevantes tarefas do Grupo, ausentando-se assim da Faculdade de Arquitetura sempre que fôr necessário.

III - Expediente

1. A cada membro foi dada uma cópia do Anteprojeto das Normas Regimentais

2. Foi também distribuída entre os presentes cópias da Ata da reunião precedente.

3. O Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho distribuiu para os membros do Grupo um documento sumariando o que pôde conhecer em São Paulo, quando da visita do GNDCE, acerca das construções escolares oficiais e da ação administrativa do Fundo Estadual de Construções Escolares.

IV - Assuntos tratados

1. O Anteprojeto das Normas Regimentais foi minuciosamente examinado através da leitura e comentários de cada um dos seus itens, tendo sido feitas sugestões destinadas a aperfeiçoar sua apresentação final.

2. O Eng. Carlos Alexandre apresentou um plano de ação, contendo as tarefas prioritárias de que deve ocupar-se o Grupo nos próximos meses.

V - Resoluções

1. Entrosamento com o Banco Nacional de Habitação - o Coordenador deverá enviar ofício ao Presidente do BHN, salientando o interesse do Grupo em avistar-se com as autoridades do Banco e iniciar um trabalho mutuamente proveitoso de intercâmbio e co - operação.

2. Ficou acertado que na primeira semana de setembro o Grupo aproveitará a estada no Rio de Janeiro de membros dos Conselhos Estaduais de Educação para informar aos mesmos dos objetivos e tarefas do GNDCE bem como colher material informativo sobre as experiências de cada Estado.

3. Por sugestão do Arq. Roderico Pimentel, ficou decidido que uma vez mais fôsse pedido às autoridades de cada Estado visitado o material prometido pelas mesmas.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Reunião realizada em 23 de agosto de 1967 no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

I - Presentes

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
3. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
4. Arq. Ruderico Pimentel
5. Prof. José Gomes de Campos
6. Prof. Sérgio Guerra Duarte

Foi justificada a ausência do Arq. Ivo Coutinho de Moura

II - Assuntos tratados

1 - obtenção de recursos financeiros para o funcionamento do Grupo - O Prof. Carlos Mascaro deu explicações acerca do mecanismo oficial de obtenção de recursos para o funcionamento do GNDCE bem como outras providências em curso destinadas à regularização dos serviços de secretaria do Grupo.

2 - encontro na Divisão de Orçamento e oferta de investimento estrangeiro - o Eng. Carlos Alexandre de Sá comunicou os entendimentos havidos entre o subgrupo de engenheiros e o Dr. Figueiredo, da Divisão de Orçamento do MEC, a respeito das normas contábeis oficialmente adotadas; Comunicou também a provável possibilidade de obtenção de vultoso investimento de origem externa, para a construção de escolas, devendo a mesma ser objeto de novos e mais cuidadosos estudos por parte do Grupo.

3 - Providências para encaminhamento de recursos aos Estados

Em vista da possibilidade de serem colocados à disposição do GNDCE recursos financeiros de várias procedências, foi salientada a necessidade de se organizar um programa intensivo de trabalho, em que se desse ênfase à promoção de iniciativas em áreas de maior desenvolvimento; tal programa seria formalizado com o estabelecimento de convênio entre as entidades de crédito e o Governo estadual interessado, com a interveniência do Grupo e o aval do Banco Nacional de Habitação ou dos próprios Bancos dos Estados interessados.

Um estudo prévio da viabilidade do empreendimento, e um anteprojeto contendo especificações a respeito do mercado lo

cal de construção civil, demanda social de escolas e recursos locais disponíveis precederia a fixação do convênio com cada Estado e correspondente execução

4 - Correspondência com o CONESCAL - o Dr. Carlos Mascaro procedeu à leitura de carta remetida pelo CONESCAL, órgão sediado no México e destinado a estudar o problema das edificações escolares em toda a América Latina, tendo a citada entidade sugerido o estabelecimento de um acordo de assessoria técnica com o Grupo.

5 - Reunião do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais - Tendo em vista o encontro, no Rio de Janeiro, no início de setembro, do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais, sugeriu o Prof. Mascaro que os subgrupos preparassem material informativo que relatasse as atividades dos mesmos desde a instalação do GNDCE e favorecesse um intercâmbio maior com os senhores conselheiros e demais autoridades presentes ao encontro.

6 - Estímulo às escolas particulares - sugeriu o Prof. José Gomes de Campos, que assistia, como convidado à reunião, que o Grupo incluísse a escola particular nos seus programas de trabalho, tendo o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho esclarecido que após o estabelecimento de convênios com cada Estado, a iniciativa privada poderá, desde que satisfaça aos requisitos exigidos, pleitear as dotações existentes para construções escolares.

7 - o aproveitamento dos pré-moldados - o Arq. Roderico Pimentel reiterou seu ponto de vista de que o pré-moldado constitui o processo mais indicado para construção de escolas na proporção numérica e nos prazos dos planos de governo.

8 - Distribuição do Boletim dos Prédios Escolares - a cada membro do Grupo foi entregue um Boletim dos Prédios Escolares, utilizado pelo Censo Escolar de 1964.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

62 REUNIÃO realizada a 9 de agosto no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

I - Presentes

1. Prof. Carlos Correa Mascaro
2. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
3. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
4. Arq. Ivo Coutinho de Moura
5. Arq. Ruderico Pimentel
6. Prof. Sérgio Guerra Duarte - Secretário

II - Assuntos tratados

1. Ida a São Paulo - o Prof. Mascaro comunica a ida do Grupo a São Paulo, no dia 16 de agosto, quarta-feira, para contatos com membros do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do Governo do Estado, da Prefeitura de São Paulo e setores do parque industrial nos dias 16, 17 e 18. O Arq. Ivo Coutinho, na mesma oportunidade, ficou incumbido de comunicar aos representantes locais da indústria a ida do Grupo.

2. Firma holandesa em condições de construir milhares de casas - o Arq. Ruderico Pimentel comunica ao Grupo o encontro informal que manteve com o Embaixador da Holanda, quando soube dos progressos em matéria de técnicas de construção desenvolvidos na Holanda, e da possibilidade do aproveitamento entre nós dessa experiência.

3. Encontro com Dr. Mário Trindade, do Banco Nacional de Habitação - o Arq. Ruderico Pimentel foi autorizado a ter um encontro com o Dr. Mário Trindade, devendo fazê-lo em companhia do Eng. Itamar Dias Rocha.

4. A organização de um cadastro de prédios escolares - foi salientada a necessidade de organizarem os Estados seus cadastros de prédios escolares, ficando estabelecida a conveniência de o Grupo elaborar um modelo de ficha sobre o assunto, de modo a orientar os Estados e assegurar a padronização dos informes para todo o País.

5. Experiências de outras organizações - o Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho fez entrega ao Grupo de farto material

informativo por ele obtido na SUDENE e versando, com detalhes, sobre os projetos de trabalho no campo das edificações escolares.

Na mesma oportunidade foi lembrada a necessidade de se ter às mãos, o mais rápido possível, material idêntico de Minas Gerais, conhecido pelo Grupo quando de sua visita a Belo Horizonte; bem como a conveniência de divulgar o citado material para os demais Estados.

6. Trabalhos dos subgrupos - o sub-grupo de Engenheiros de ver^á articular-se com a Secretaria Geral do MEC a fim de desenvolver esforços no sentido de desburocratizar o sistema de doação de verbas.

7. Normas Regimentais - comunicou o Dr. Mascaro que em breve já contará o Grupo com Normas Regimentais que disciplinem sua atuação.

8. Obtenção de recursos para cumprimento das metas - o Engenheiro Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá sublinhou as grandes dificuldades a serem enfrentadas pelo Governo para o cumprimento dos alvos fixados para 1970 no tocante à construção de salas de aula, já que por seus cálculos será necessário um desembolso de 600 a 900 bilhões de cruzeiros antigos. Os componentes do Grupo reconheceram a necessidade de aumento da rentabilidade no custo das construções e de busca de financiamentos que cubram parte das atuais necessidades.

9. Ofício à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - o Arq. Ivo Coutinho de Moura sugeriu que o Grupo participasse à Direção da citada Faculdade a sua criação e os planos de trabalho ora encetados, de modo a iniciar com o corpo docente da escola uma permuta de experiências.

10. Articulação com os Estados - foi discutida a modalidade mais conveniente de articulação com os Estados, sendo citado o papel dos Centros Regionais do INEP, os Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação e a possibilidade de recrutar arquitetos de cada Estado e subsidiar sua estada no Rio de Janeiro em convênio com o Banco Nacional de Habitação.

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

5ª Reunião realizada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara no dia 4 de agosto de 1967

I - Presentes

1. Dr. Benjamin de Moraes
2. Dr. Carlos Correa Mascaro
3. Arq. Luiz de Gonsaga Menescal Fabrício
4. Arq. Sérgio Castilho de Brito e Silva
5. Arq. Rizza Fernandes Conde
6. Eng. Alberto Caruso
7. Arq. Octacílio Dias Rocha
8. Eng. Itamar Dias Rocha
9. Eng. Carlos Alexandre da Silva de Sá
10. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho
11. Arq. Ivo Coutinho de Moura
12. Arq. Luiz Augusto dos Santos
13. Arq. Roderico Pimentel
14. Prof. José Gomes de Campos
15. Prof. Sérgio Guerra Duarte

II - Abertura dos trabalhos pelo Dr. Benjamin de Moraes

III - Apresentação do Grupo, pelo Dr. Mascaro:

A - Explicação do que é o GNDCE

1. O Decreto que criou o grupo
2. Visitas feitas ao Paraná e Minas Gerais - relatório
3. Objetivos

IV - Palavras do Prof. Benjamin de Moraes

A - Explicação de trabalhos feitos na Guanabara e articulação dos vários órgãos de construção escolar.

B - Declaração de que o INEP concedeu bolsa de estudos à Secretaria de Educação, tendo esta designado um de seus engenheiros para o curso da CONESCAL no México.

V - Assuntos diversos, discussões e experiências:

A - Construções na Vila Kennedy e Vila Esperança

1. Insuficiência de escola para abrigar a população escolar, em virtude da falta de planejamento.

B - Exigência do BNH no setor de construções de conjuntos.

1. O barracão de obras é feito de tal modo a ser adaptado para escola.

2. Modos de financiamento.

C - Carteira de Educação no Banco do Brasil para financiamento da educação (incluindo construções)

1. Outra alternativa seria através do BNH, para efeito de construções

D - Premência de escolas

1. Número de escolas de que o País necessita
2. Construções em bases não convencionais
3. Prédios pré-fabricados

E - Necessidade de uma filosofia de educação no Brasil

1. Desenvolvimento através da educação
2. Preparação do homem para o desenvolvimento
3. Mudar a filosofia do homem
4. Definição de que vai ensinar e que este ensino seja objetivo
5. Ao construir, saber para que
6. Necessidade de um desenvolvimento tecnológico
7. Escolas e cursos de acordo com as necessidades do desenvolvimento e do mercado de trabalho
8. Transformação dos ginásios comerciais, industriais e secundários em ginásios polivalentes
9. Necessidade de estudante conhecer as alternativas existentes antes da sua profissionalização
10. Necessidade de incorporar os municípios no esforço solidário de edificações escolares, seja estimulando a captação de recursos para ampliação da rede, seja estimulando a conservação dos prédios existentes

F - Problemas encontrados junto à indústria e o comércio

1. Pagamento do salário-educação
2. Escola que preparem para a vida

G - Tipos de construções na Guanabara

1. Estrutura para atender no momento, dispondo porém de base de fundações para aumento do prédio, atendendo necessidades futuras.
2. Ritmo de construções escolares
3. Previsão a curto prazo mas com vistas ao longo prazo
4. Edifícios construídos para integração do primário ao ginásio

H - Construções devem:

1. Atender a planos regionais, de acordo com as necessidades e possibilidades regionais e até locais

I - Necessidades de salas e problemas de recursos:

1. Serão necessários 170 mil até 1970
2. Estimativas de custos e investimentos necessários
3. Financiar educação é grande investimento
4. Nos Estados há dispersão de esforços e recursos
5. Há quotas de educação, de 1966, que ainda não foram liberadas para os Estados
6. O Ministério do Planejamento está interessado em desemperrar a máquina administrativa

J - Técnicos da Secretaria de Educação

1. Ratificação das idéias já expostas
2. A centralização de projetos escolares na Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares, qualquer que seja o órgão oficial que cuide da construção

VI - Projeção de imagens pelo Dr. Fabrício, bolsista do INEP no México.

VII - Apresentação, pelo Dr. Ruderico, de documento relativo a técnicas de construção.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 13 DE JULHO DE 1967.

Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e sete, atendendo a convocação nº 030-07-67/PPD, reuniram-se os Associados deste Sindicato, em sua sede social, à Rua Pedro Ferreira, 40-2º andar, às 17 horas, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Recepção aos Ilmos. Snrs., Secretário da Educação e Cultura e Secretário de Trabalho de Estado de Santa Catarina, Senador Antônio Carlos Konder Reis e Dr. Roderico Pimentel - representante do Grupo de Trabalho do Governo Federal, para Desenvolvimento das Construções Escolares. b) Estudo e discussão sobre a possibilidade de fornecimento de material (madeira) para a fabricação de 150.000 - (cento e cinquenta mil) salas de aulas; c) Assuntos Gerais e de interesse administrativo. Dando início dos trabalhos o Sr. Dr. Florisvaldo Diniz, convidou aos Snrs. Dr. Roderico Pimentel, Senador Antônio Carlos Konder Reis; Professor Galileu Craveiro de Amorim - Secretário da Educação e Cultura; Dr. João Paulo Rodrigues - Secretário de Trabalho e Habitação, para comporem a mesa dos trabalhos. Em seguida saudou os visitantes e aos Ilmos. Snrs. Carlos de Paula Seára - Prefeito Municipal de Itajaí, Sr. Darcy Pereira - DD. Delegado Regional em Santa Catarina do IBDF., e Sr. Décio Rangel - Inspetor da Agência local do IBDF., dizendo da satisfação da Classe Madeireira em poder reunir em sua sede tão ilustres visitantes. Dando conhecimento da Ordem do Dia aos presentes, solicitou ao Sr. Dr. Roderico Pimentel, para expor os planos do Governo Federal atinentes a fabricação de unidades escolares. Com a palavra e solicitado, fez uma ampla explanação da finalidade de sua visita ao Estado de Santa Catarina, em atenção ao honroso convite do Senador Antônio Carlos Konder Reis, dizendo que no plano de realizações do governo do Exmo. Sr. Marechal Artur da Costa e Silva, Digníssimo Presidente da República, até 1970, o problema educacional estará merecendo destaque especial, principalmente no que diz respeito aos brasileiros com idade variante de 7 a 15 anos de idade, para os quais, no momento, não tem número de salas de aulas suficientes. Informou que o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento das Construções Escolares, do qual faz parte, está estudando a possibilidade de construção de 150.000 salas de aulas, dentro do prazo acima referido. Como se trata de uma empreitada de grande vulto, e refere o Grupo, está fazendo estes contatos preliminares, e, neste momento apresentava à Classe Madeireira tão importante problema, na possibilidade de ser aprovado pelo Governo Federal, o emprêgo do material, quase em sua totalidade, em princípio, de madeira serrada. Para tanto, aconselhou que se realmente houver interesse, os madeireiros se propusessem a fazer estudos e apresentarem cálculos para poder expor em futuras reuniões do mencionado - Grupo de Trabalho. Na sua opinião, opina pelo emprêgo da madeira, este mais vantajoso do que o de alvenaria, mas necessitava de subsídios da Classe Madeireira para argumentar com mais segurança junto ao Grupo de Trabalho. Com a palavra o Dr. Florisvaldo Diniz, para perguntar ao Dr. Roderi

co Pimentel, quanto aos detalhes técnicos do plano, a fim de poder a Classe Madeireira, responder e fornecer os dados relativos. Com a palavra o Sr. Professor Galileu Craveiro de Amorim, informando que sua Secretaria já tem os planos para construção de salas de aulas e que o Governo do Estado de Santa Catarina tem obtido excelentes resultados no referido plano e, no momento, tem necessidade de construir 1.470 salas de aula. Solicitava aos Srs. Madeireiros que estudassem a possibilidade de atenderem tais demandas. Com a palavra o Sr. Dr. João Paulo Rodrigues, Secretário de Trabalho, informando ao plenário que sua Secretaria, também estava empenhada junto ao B.N.H. para construção dos núcleos populares à classe operária e que em várias cidades do Estado de Santa Catarina este programa já estava em vias de execução. O Sr. Presidente após estas explanações, agradeceu mais uma vez aos ilustres visitantes, especialmente ao Sr. Senador Antônio Carlos Konder Reis, por oportuna reunião e esperava que os Madeireiros presentes atendessem o mais preste possível as solicitações formuladas, para que dentro de um prazo, o menor possível, pudessemos atender o programa do Governo. Agradeceram a seguir o Sr. Dr. Roderico Pimentel, Sr. Senador Antônio Konder Reis e Sr. Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos e convidando a seguir aos presentes para um jantar informal na Sociedade Guarany. Finalmente solicitou a mim, Walter Rebelle para lavrar a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. (É cópia fiel do livro de Atas, transcrita das folhas 115 a 117).

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES (GNDCE)

Secretaria: MEC/INEP - 10º andar - Tel. 22-2414

3ª Reunião Ordinária

Data: 21 de junho de 1967

Hora: 8 h. - Local: C. B. P. E.

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Tel. 46-9574

I - Presentes

A - Membros:

- 1 - Prof. Carlos Correa Mascaro**
Diretor do I.N.E.P. - Presidente
- 2 - Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva e Sá**
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- 3 - Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga**
Ministério da Fazenda
- 4 - Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho**
Ministério do Interior
- 5 - Eng. Itamar Dias Rocha**
Banco Nacional de Habitação
- 6 - Arq. Ruderico Pimental**
Instituto de Arquitetos do Brasil

A ausência do Arq. Ivo Coutinho de Moura foi justificada pelo Arq. Ruderico Pimentel.

B - Secretário da Reunião

- 1. Prof. Sérgio Guerra Duarte**

II - Assuntos discutidos na reunião

1. Regimento e Decreto de Criação do Grupo - Foi salientada a idéia de se alterarem dispositivos de um e outro documento para ajustá-los às funções e aos papéis atribuídos ao GNDCE, cabendo ao Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho a iniciativa de propor as modificações.

2. Apresentada a idéia do estabelecimento de contatos com industriais ligados à exploração da madeira, de modo a possibilitar

tar um aproveitamento desse material nas construções escolares e criar modalidades de incentivo que permitam reduzir os custos de produção.

3. Encontro do Grupo com o Conselho Federal de Educação - ficou assentado que na primeira semana de julho, aproveitando a realização de sessões plenárias no Conselho Federal de Educação, o Grupo estabelecerá contatos com o Conselho, ocasião em que serão esclarecidos os objetivos do órgão e a necessidade da mútua colaboração. A ida do Grupo ao Conselho ficou estabelecida para 5 ou 6 de julho, data que será confirmada na próxima reunião.

4. Trabalho dos subgrupos - foi salientada a conveniência de iniciarem seus trabalhos os subgrupos organizados na 2ª reunião do GNDCE.

5. Organização da Secretaria - Reiterada a urgência de se organizar a Secretaria do Grupo, fornecendo à mesma um local definitivo de instalação, bem como recursos materiais e humanos.

6. IV Conferência Nacional de Educação - o Presidente informou ao Grupo que será realizada em São Paulo no próximo ano a IV Conferência Nacional de Educação, e que já foi examinada a possibilidade de se realizar simultaneamente uma exposição de material escolar; essa mostra poderia incluir firmas ligadas à Construção Civil ^{mente} especializada das construções escolares, sendo por isso necessário interessar às organizações particulares acerca do empreendimento.

7. Intercâmbio com outras instituições ou personalidades - outros órgãos nacionais e estrangeiros deverão ser consultados, à proporção que o Grupo desenvolver suas atividades; nessa mesma ordem de idéias, ficou estabelecido que os membros do Grupo tentarão obter informes acerca dos resultados de dois congressos internacionais que deverão realizar-se em breve, em Copenhague e Praga, já que ambos cuidarão de assuntos de interesse para o Grupo.

8. O Banco de Educação - tendo em vista o anteprojeto de criação de um Banco Nacional de Educação, foi sugerida a possibilidade de uma consulta a peritos do Banco Nacional de Habi-

tação, para examinar a proposta ou buscar fórmulas alternativas, ficando encarregado de tratar do assunto o Engenheiro Itamar Dias Rocha.

9. Encontros do Grupo: foi assentada a possibilidade do Grupo dirigir-se a Curitiba no dia 11 de julho, a fim de visitar entidade dedicada à produção de pré-moldados e a cooperativa habitacional; no dia 18, o Grupo deverá estar em Belo Horizonte, e a 25 em São Paulo.

10. A 4ª reunião ordinária ficou marcada para quinta-feira, dia 29 de junho de 1967, às 8 h. no CBPE, Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo.

**Proposição apresentada na 3ª reunião do
GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES**

É meta do Governo a construção de 140.000 salas de aula até 1970.

Simultaneamente nossa política Habitacional requer, para não agravar mais o problema, a continuação de milhares de casas por ano.

Em todo o Sul existem "ainda" florestas, contando a área amazônica com mais de 4.000.000 de quilômetros quadrados de matas; pois apesar disso, qualquer construção em madeira custa ao usuário neste país o preço de uma de alvenaria, e até mais caro!

Evidentemente, existe uma distorção que necessita urgentemente ser corrigida, pois esta matéria prima, a madeira em todas as suas múltiplas formas industriais modernas é, a nosso ver, a solução indicada para atendermos com a rapidez necessária e a custo razoável, escolas e casas em número necessário para a partida no desenvolvimento social imprescindível ao objetivo máximo de nesse país: o DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, onde áreas rurais e áreas urbanas, funcionem em condições tais que permitam aos homens produzirem essa prosperidade almejada, dando-lhes condições de prepararem seus filhos para prosseguirem na tarefa iniciada.

Acreditamos que as preváveis razões dessa distorção residam nos processos primários de nossa exploração florestal, de forma quase sempre predatória, nos sistemas deficientes de transporte, quase sempre da forma menos econômica, nos inúmeros intermediários e até mesmo no processo inflacionário galopante dos últimos anos, hoje felizmente em vias de contenção.

Acreditamos que um esforço conjugado, do B.N.H. e de nosso G.N.D.C.E., coletando para oportuna seleção, todos os processos nacionais e estrangeiros, poderão em curto prazo, dar-nos elementos para indicar as medidas que nos levem à solução almejada: edificações de montagem rápida e barata, uma vez que se possa motivar o reaparelhamento dos empresários, assegurando-lhes entre outras facilidades de incentivo, até mesmo contratos que compensem o investimento de re-equipamento.

Assim, submeto ao G.N.D.C.E. a consulta, de independentemente das atividades já programadas pelo Presidente, iniciar a Comissão da qual fazemos parte, os trabalhos de contato com as indústrias de madeira e os Órgãos do Governo que já pesquisaram o assunto.

A próxima viagem programada a São Paulo e Curitiba, permitirá o início desses contatos, mas Santa Catarina e Rio Grande do Sul poderão na mesma ocasião serem visitados.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1967

Ass.) Roderico Pimentel

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES (GNDCE)

Secretaria: MEC/INEP - 10º andar - Tel. 22-2414

2ª Reunião Ordinária

Data: 14 de junho de 1967

Hora: 8,00 - Local: - C.B.P.E.

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Tel. 46-9574

I - Presentes

A - Membros:

- 1. Prof. Carlos Correa Mascaro**
Diretor do INEP - Presidente
- 2. Eng. Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá**
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- 3. Arq. Luiz Augusto dos Santos Braga**
Ministério da Fazenda
- 4. Eng. Paulo Ferreira de Souza Filho**
Ministério do Interior
- 5. Eng. Itamar Dias Rocha**
Banco Nacional de Habitação
- 6. Arq. Roderico Pimentel**
Instituto de Arquitetos do Brasil
- 7. Arq. Ivo Coutinho de Moura**
Confederação Nacional da Indústria

B - Secretário da Reunião

- 1. Prof. José Gomes de Campos**

II - Assuntos discutidos na reunião

- A - Lançado em princípio o plano de visitas (a ser confirmado)**

1. São Paulo - 2ª feira, 3 de julho
2. Belo Horizonte - 2ª feira, 10 de julho
3. Curitiba - 2ª feira, 17 de julho

B - Visita e contáto do Presidente do G N D C E com o Presidente do Conselho Federal de Educação (C.F.E.)

1. Explicar o que é o G N D C E e suas finalidades
2. Apresentar o Grupo à Câmara de Planejamento do C.F.E.

C. Dr. Péricles Madureira de Pinho do C.F.E. visita o GNDCE

1. O Presidente solicita que o ilustre membro do C.F.E. promova encontro do G N D C E com a Câmara de Planejamento do C.F.E.
2. Dr. Péricles pondera que os resultados dos trabalhos do G N D C E poderiam vir (e deveriam) ser incorporados ao Plano Nacional de Educação (P.N.E.)

D - O Presidente informa ao G N D C E algumas das incumbências do INEP:

1. Pesquisas, investigações e estudos, utilizados pelo Governo para dar unidade política à educação nacional.
2. Visa a promover medidas aconselhadoras nas nem sempre seguidas pelos Poderes Públicos.
3. Houve período durante o qual o INEP exerceu junto ao Ensino Primário e Normal não ao poder orientador, como administrativo, tendo desenvolvido, em determinada época, um programa de construção de escolas primárias.
4. Não obstante a tradição de trabalho de que se orgulha o INEP, nem sempre se pode considerar como expressão de continuidade o que tem sido realizado como programa por seus sucessivos diretores. Cada Diretor tem imprimido orientação própria à sua administração.
5. O Governo Federal, através da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases (L.D.B.) dá as grandes linhas do nosso sistema educacional. A cada Estado cabe formular o seu sistema, dentro das linhas gerais da L.D.B.

6. O INEP tem órgãos regionais sediados em:
a) Rio de Janeiro (onde nos reunimos) b) São Paulo
c) Belo Horizonte; d) Porto Alegre, e) Salvador
f) Recife. Estão projetados os de Manaus e Natal.
7. As pesquisas são, de um modo geral, feitas de acordo com a qualidade e o interesse do pesquisador e nem sempre na área que se deseja, podendo ser até mesmo não corresponder aos mais necessários e urgentes.
8. No Brasil não tem havido e em muitos casos é difícil manter-se unidade, em pesquisas e solução de problemas educacionais devido à diversidade de regiões e de interesses.
9. A pesquisa em si é sempre de valor cultural, mas estamos, no momento presente, necessitados de objetividade e aplicação imediata dos resultados das pesquisas. Dentro deste espírito o G N D C E foi organizado e os objetivos de trabalho de mesmo foram propostos.
10. Antes de formularmos qualquer pensamento em definitivo sobre a ação do Grupo será necessário observar o que já está sendo feito. Devemos evitar a incidência e repetição de erros.
11. Assim sendo, nas visitas a serem feitas poderemos estabelecer uma divisão de trabalho (tarefas) para melhor observação.
12. Nos Estados poderemos ter contato com órgãos de planejamento de construções, bem como entendimentos com membros dos Conselhos Estaduais de Educação e representantes dos Secretários de Educação.
13. O G N D C E, para maior rendimento do trabalho, poderá se bipartir de acordo com áreas de interesse dos membros do mesmo (Ver proposta escrita pelo Arq. Roderico Fimantel, anexa)
14. Apela-se para o representante do B N H para que estude a possibilidade de, através do referido Banco, haver planos e financiamento para construções escolares, tanto públicas como particulares.

15. a) Escola e comunidade devem funcionar em harmonia. O B.N.H. tem condições para orientar e acompanhar o problema e harmonizá-lo.
b) É declarado que os financiamentos do B N H aos Municípios deverão ser concedidos mediante apresentação de um Plano Diretor.
c) Os loteamentos deverão ser transformados em áreas planejadas.
16. Firmou-se em princípio que cada membro do G N D C E procure trazer em documento escrito, a sumula de suas idéias e projetos .
17. O Ante Projeto de Regimento deverá ser apresentado em forma global, para discussão, depois de maior amadurecimento de idéias a respeito do trabalho a ser desenvolvido pelo G N D C E. Se necessário poderia ser até proposta, alteração do Decreto que o criou.
18. Encontros Nacionais de Planejamento (ENPLA) - Manaus - Natal - Brasília - Porto Alegre. Serão discutidos nêstes encontros assuntos do Plano Nacional de Educação, incluindo itens referentes ao problema de construções escolares.
19. Solicita a Presidência que o representante do B N H examine os planos de financiamento suscetíveis de adaptação futura aos programas de construção escolar.
a) Há verba anual no orçamento para construção escolar, sabendo-se que é insuficiente, mas satisfatória para pagar prestações de empréstimo.
20. A 3ª reunião ordinária ficou marcada para 4ª feira, dia 21 de junho de 1967, às 8,00 horas no C B F E, Rua Voluntários da Pátria, nº 107 - Botafogo.

Proposição apresentada na 2ª reunião do

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES

Considerando a amplitude das atividades necessárias aos nossos trabalhos, onde na primeira fase eles se processarão todos no campo da pesquisa e levantamento de dados que permitam a análise necessária as medidas que serão propostas nas conclusões, parece-me conveniente dividir o nosso Grupo em duas (2) comissões, onde a cada uma fossem atribuídas trabalhos específicos, dentro do campo de atividades normais de seus componentes.

Assim, sugiro que as atividades referentes a leis, regulamentos e demais instrumentos existentes sobre programas escolares, assuntos referentes à construção de escolas em ligação com o B.N.H., recursos disponíveis e sua adequada distribuição, fossem todas essas atividades atribuídas à seguinte comissão:

Paulo Ferreira de Souza Filho
Itamar Dias Rocha
Barbosa da Silva de Sá

uma vez que todos eles são elementos que pela própria função pública que exercem, têm a formação de economistas, e prática efetiva de administração pública.

A outra Comissão, que seria composta por

Ivo Coutinho de Moura
Luiz Augusto dos Santos Braga
Rudérico Fimentel

ficariam afetos os trabalhos de exame dos projetos já existentes, novos processos de construção, elaboração de novos projetos e obras de adaptação das escolas existentes.

Esta divisão em duas comissões não impede que além da reciprocidade de colaboração entre elas, sejam prosseguidos os trabalhos em conjunto sob a presidência do Professor Carlos Correa Mascaro.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1967

Rudérico Fimentel

GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES (GNDCE)

Reunião Preliminar

Data: 1º de junho de 1967

Hora: 8,30

Local: C.B.P.E.

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Tel.: 46-9574

I - Presentes

A - Membros do GNDCE

1. Prof^o. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP
2. Eng^o. Paulo Ferreira de Souza Filho
Ministério do Interior
3. Arq. Luís Augusto dos Santos Braga
Ministério da Fazenda
4. Arq. Ivo Coutinho de Moura
Confederação Nacional da Indústria
5. Eng^o. Itamar Dias Rocha
Banco Nacional de Habitação
6. Arq. Ruderico Pimentel
Instituto de Arquitetos do Brasil

B - Convidados:

1. Prof^o. José Gomes de Campos
2. Eng^o. Heraldo Guimarães Reif de Paula
3. Jorn. Décio Leal Pereira de Souza

II - Exposição do Prof^o. Mascaro

A - Razão do GNDCE

1. Raízes na I Conferência Nacional de Educação realizada em Brasília, de 27 de março a 2 de abril de 1965 e na II Conferência Nacional de Educação realizada em Porto Alegre, de 26 a 30 de abril de 1966.
2. A formação do presente Grupo é também resultante da inspiração e cooperação de diversos organismos nacionais, estrangeiros e internacionais.
3. A razão de ser o GNDCE um órgão de composição interministerial com a participação de instituições de caráter não governamental decorre da necessidade de se definir a política educacional brasileira em termos de responsabilidade

solidária não só dos Poderes Públicos como da iniciativa privada.

4. Verificou-se pelos estudos apresentados à Conferência Nacional de Educação e urgência da adoção de uma nova política de construções escolares definindo o que se deveria atribuir a cada Poder nesse importante setor de atividade para expansão dos sistemas de ensino.

B - Pensamento das Conferências Nacionais de Educação

1. A Iª Conferência definiu a organização de uma ação solidária entre Poderes. Estabeleceu uma base legal através de Convênios entre governos. Formulou Planos de Desenvolvimento para a Educação. Foi feita a primeira entrega de recursos para a expansão do ensino primário, observando-se a distribuição de população.
2. A IIª Conferência (Anais, Vol. I, pág. 345, resolução nº. 18) recomendou a "Criação de um Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares", de composição inter-ministerial.

C - Mecanismo de funcionamento do GNDCE.

1. Sugestão ao Governo

- a) Secretaria ou Órgão Executivo
- b) Reuniões locais e regionais
- c) Contatos com grupos afins
- d) Auto disciplinação de atividades de construções escolares
- e) Levar ao Ministério da Educação e Cultura e êsse ao Presidente da República a constituição do GNDCE, se for o caso, visto ter sido resultado de uma resolução de uma Conferência Nacional de Educação e da qual participaram o MEC, o CFE, os Conselhos Estaduais de Educação e os Secretários de Educação dos Estados.

D - Base para estudos a serem feitos pelo GNDCE

1. Censo Escolar
2. Estudos do INEP
3. Estudos sobre prédios escolares
4. Necessidade do País a curto e a longo prazo (em 1964, pa

ra atender às crianças em idade escolar haveria necessidade de 150.000 salas de aula.

E - Obstáculos

1. Embora haja recursos já nas mãos dos Estados não houve planos para aplicação em salas de aula.
2. Em alguns Estados não houve plano e verifica-se um verdadeiro atentado à construção escolar.

F - Oportunidades

1. De correspondência com a CONESCAL, do México, especializada em construções escolares.
2. De bolsas de estudos no México (já foram 4 do Brasil)
3. De bolsas de estudos na Inglaterra, destacando-se o ramo da construção em áreas tropicais.
4. De visitas aos órgãos de estudos, de planejamento e de construções escolares (inclusive de reparos) nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

G - Informações

1. O salário educação, nos primeiros anos foi destinado em maior parte à construção escolar.
2. A verificação de dinheiro gasto em construção escolar deve prever uma disciplinação pois o dinheiro deve ser gasto, mas bem gasto e bem disciplinado.

H - Necessidade de plano objetivo para:

1. Atender às necessidades brasileiras.
2. Aproveitar o que já está sendo feito.
3. Possibilitar ajuda externa.

I - Encontros Regionais (ENPLA) de Manaus, Natal, Porto Alegre e Brasília.

1. Propósito de levar planos avante.
2. Distribuição de recursos de acordo com possibilidade de levar avante projetos de construções escolares.

(Nosso déficit escolar é de 6 milhões de crianças).

III - Assuntos diversos

A - Plano de prioridade de aplicação de recursos

1. Aqueles que atendendo às necessidades e aos recursos disponíveis, derem maiores resultados imediatos.

B - Visitas do GNDCE

1. O Profº. Mascaro sugere visitas a São Paulo e Paraná.

C - ENPLA

1. Haverá um representante do INEP nos 4 ENPLA, o qual relatará ao GNDCE o que for do interesse do mesmo.

D - Ponto chave do GNDCE

1. Somos órgão inspirador, assessor, orientador, planejador e os Estados são executores.

E - Será estudado um regulamento de reuniões e mecanismo de funcionamento do GNDCE.

F - Articulação do GNDCE

1. Com órgãos congêneres já existentes.
2. Com o Ministério da Saúde, com o SESI e o SENAC.
3. Com o próprio MEC pois estamos preocupados com 7.000 estudantes de nível superior e esquecidos de 6 milhões de crianças em idade escolar e sem escolas.
4. Com autoridades a fim de partir o nosso brado de alerta para procurar resolver ou orientar a solução do problema de déficit de educação primária.

G - Importantes

1. Dia 2 de junho, às 10 horas haverá investidura do GNDCE, perante o Ministro da Educação e Cultura.
2. A próxima reunião do GNDCE será dia 8 de julho de 1967 às 8 horas no INEP à rua Voluntários da Pátria nº 107.

ENDERECOS DOS MEMBROS DO G.N.D.C.E

Profª. EIZA NASCIMENTO ALVES - Ministério da Educação e Cultura
Res.: Rua Marquês de Abrantes, 119 - Apto. 1205 - Tel.: 225-2301
C B P E - R. Voluntários da Pátria, 107 Tel.: 246-1098

Dr. FRANCISCO CEZAR AZEVEDO LEMOS - Ministério da Educação e Cultura
Res.: Av. Ataulfo de Paiva, 900 - Apto. 804 - Tel.: 227-3160
Escritório: (10 - 12,30).....Tel.: 232-1303

Arq. LUIS AUGUSTO DOS SANTOS BRAGA - Ministério da Fazenda
Res.: R. Henrique Lacombe, 9 - Apto. 205.....Tel.: 222-5060
Ilha do Governador.- Ramal: 175 ou 271
Escritório:.....Tel.: 242-6771

Engª. LUIS BERNFELD STANGER - Ministério do Planejamento
Res.: R. Viveiro de Castro, 50 - Apto. 801.....Tel.: 236-0400
Tel.: 235-2917

Fab. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
Secretária Da. BETTY -.....Tel.: 242-0028
Ramal.....574 - 579 - 544 - 222-9961

Arq. LUIZ DE LIMA ACIOLI - Ministério da Educação e Cultura
Res.: Rua Miguel Lemos, 8 - Apto. 605
Escritório.....Tel.: 222-4490

Gen. LUIS MENDES DA SILVA - Ministério do Interior
Res.: R. Gustavo Sampaio, 194 - Apto. 906.....Tel.: 236-5133
Ramal: 49
Escritório: Rua das Palmeiras, 55.....Tel.: 246-8050

Arq. RENATO FERREIRA DE SÁ - Ministério da Educação e Cultura
Res.: R. Pompeu Loureiro, 32 - Bl. B - Apto. 702..Tel.: 257-4472
Escritório: Av. Nilô Peçanha, 155 - s/401.....Tel.: 222-0784

Econ. VALECIO ORNELLAS - Banco Nacional de Habitação
Esc.: Av. Presidente Wilson, 164 - 11º andar - GB.Tel.: 222-5390
Res.: R. Gonçalves Lêdo, 41 - Fonseca - Niterói..Tel.: 7763

Profª. ZENAIDE CARDOSO SCHULTZ - Ministério da Educação e Cultura
Res.: Av. Atlântica, 2536 - Apto. 703.....Tel.: 257-1611
Serviço: Palácio da Cultura, 10º andar.....Tel.: 222-1003

Engº Heraldo Guimarães Reif de Paula - Ministério de Educação
e Cultura

69.1175

1 de outubro de 1968

: membros do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares (GNDCE)

: Coordenador do GNDCE

:

Senhor Coordenador

Em aditamento ao Ofício nº 824, de 3/7/1968, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura por seu intermédio, onde apresentamos a S. Ex^a., um relatório de nossas atividades, solicitando também as indispensáveis medidas necessárias ao prosseguimento de nossos trabalhos, dirigimo-nos agora a V. Sa., pedindo encaminhar a S. Ex^a., e nesse pedido coletivo de exoneração do posto de membros do GNDCE, uma vez que nos últimos 4 meses, estamos com nossas atividades paralizadas.

Esta nossa decisão facilitará a S. Ex^a., a reestruturação do Grupo, medida proposta por V. Sa., e que julgamos indispensável para o bom prosseguimento dos trabalhos até hoje confiados a nossa responsabilidade.

Acreditamos que uma adequada reestruturação, onde os membros do GNDCE tenham o apoio necessário de pessoal e recursos permitira levar a bom termo os trabalhos por nós iniciados e trazidos até o presente estágio.

Solicitando a V. Sa., transmitir a S. Ex^a., o Sr. Ministro nossos agradecimentos pelo trato dispensado durante o exercício de nossa missão, aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Sa., nossos protestos de estima e consideração.

Rudericc Pimentel

Ivo Continho de Moura

Paulo Ferreira de Souza Filho

Luís Augusto dos Santos Braga

Carlos Alexandre Barbosa da
Silva da Sa

824
C Ó P I A

6
3 de julho de 1 968

- : Coordenador Substituto do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares
- : Senhor Ministro da Educação e Cultura
- : solicita medidas para o prosseguimento dos trabalhos do GNDCE

Senhor Ministro:

Na ausência do titular efetivo, que se encontra no exterior em missão oficial, temos a honra de submeter a V. Excia., o presente documento, onde após recapitular as suas atividades, prestando contas de seus trabalhos, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, vem respeitosamente encarecer a V. Excia., a necessidade de uma série de medidas urgentes, sem as quais, difícil se tornará prosseguir em suas atividades, honrando a confiança do Governo, quando, pelo decreto nº 60.155 de janeiro de 1967, resolveu criá-lo.

Para atingirmos as metas fixadas no Plano Nacional de Educação, que procura corresponder aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em particular os da Conferência de Santiago, segundo estudos realizados pelo Ministério da Educação e Cultura, faz-se necessário construir e equipar, até 1970, mais de 140.000 salas de aula.

Outro não tem sido o objetivo do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares que desde a sua criação tem procurado em suas visitas, contatos e estudos, levantar os que considera serem os pontos de estrangulamento do sistema, e propor recomendações que depois de transformadas em acordos bilaterais, entre o Governo Federal e os Estados, Municípios e Entidades Públicas e Privadas, permitirão uma dinamização e uma maior racionalização da atividade de construção escolar em nosso país.

Devido a descentralização da responsabilidade de planejar e construir escolas, preconizada na Lei de Diretrizes e Bases, que atribui esta competência aos Estados e Municípios em vez de um Plano Nacional de Construções Escolares, cuja execução não teria meios de controlar, optou o Grupo pela formulação de um elenco de medidas que ofereceriam ao Governo meios de modificar a inadequada estrutura verificada no setor, e dar-lhe nova vitalidade.

Assim é que propõe uma modificação do sistema de promoções verificado em quase todos os Estados, o que vem congestionando o sistema, obrigando-os a um esforço muitas vezes desnecessário para a criação de novas vagas.

A unificação dos diversos órgãos estaduais encarregados do planejamento e da construção escolar é indispensável para evitar uma dispersão de esforços, que tem tido como consequência prejuízos incalculáveis.

Convênios com o Banco Nacional de Habitação, com o Serviço Social da Indústria - SESI, e com o Serviço Social do Comércio - SESC, pelos quais estas entidades passariam a prever em seus próximos projetos de conjuntos habitacionais e centros sociais, a construção de uma escola primária devidamente dimensionada, evitariam que estes novos empreendimentos viessem a agravar o já existente "deficit" de salas nos Municípios em que se localizam.

O acordo de cooperação bilateral a ser assinado entre o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares - GNDCE - e o Centro de Pesquisas Habitacionais - CENPHA - permitirá ao nosso grupo estudar cada região do país, para ver os projetos, processos e materiais mais convenientes a serem utilizados, capacitando-nos a prestar aos Estados e Municípios, quando solicitados, a assistência técnica tão necessária para a racionalização do prédio escolar.

Através de um convênio com o Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina - CONESCAL, nós estaríamos a par de tudo o que vem sendo feito em outros países no campo das construções escolares e receberíamos a orientação segura que precisamos principalmente quando iniciamos esta experiência completamente inédita em nosso país.

Estas Senhor Ministro são medidas que tendo sido por nós estudadas e julgadas viáveis foram transformadas em minutas de recomendações e convênios, cujas cópias encontram-se em anexo, e que depois de julgadas convenientes pelas altas autoridades responsáveis pelo problema da construções escolar em nosso país, deverão ser transformadas em acordos bilaterais.

Outras medidas entretanto, encontram-se em fase de estudos, tais como:

- a criação de um Fundo de Construções Escolares que eliminaria o problema da defasagem existente entre os planos de construções escolares e o início do ano fiscal;

- que o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, obrigue nos planos regionais sob seu controle rigor nos dados referentes às escolas e adequada localização das mesmas de forma a que só sejam financiados os projetos em que as escolas estejam localizadas em áreas próprias e dimensionadas de acordo com as reais necessidades locais;

- que mediante convênio com as Forças Armadas, sejam aproveitados como professores as famílias dos militares destacados nas áreas da SUDAM e da SUDENE, de forma a que novas escolas a serem construídas e as já existentes, não deixem de ser aproveitadas por falta de professores.

Nesta fase das nossas atividades, sentimos continuar a falta do indispensável apoio logístico, que não tem permitido um maior desenvolvimento de nossos trabalhos, e hoje o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares vê com apreensão, a impossibilidade de prosseguimento dos mesmos, caso perdurem as dificuldades que tem encontrado.

Lamentariam os componentes do Grupo, a interrupção desses trabalhos levados até agora com tanto entusiasmo, e cujos frutos já se manifestam em resultado das ações programadas. Recesos

de falharem à confiança neles depositada pelo Governo, é que recorrem à V. Excia., pedindo determinar as seguintes providências de caráter urgente.

- a) - Recursos para a instalação de uma secretaria conforme solicitada no orçamento - Programa.
- b) - Aprovação do Orçamento Programa, acima mencionado, já apresentado no princípio do ano, e até hoje sem solução.
- c) - Regularização do pagamento das "gratificações por sessão", de acordo com o ofício nº 759 do INEP - ao Gabinete.

Aguardando a acolhida que for dispensada por V. Excia aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Rudérico Pimentel
Coordenador Substituto do GNDCE

Ivo Coutinho de Moura
Repres. Confederação da Indústria

Paulo Ferreira de Souza Filho
Repres. do Ministério do Interior

Luís Augusto dos Santos Braga
Repres. do Ministério da Fazenda

Carlos Alexandre Barbosa da Silva de Sá
Repres. do Ministério do Planejamento

ORÇAMENTO - PROGRAMA (REFEITO).

I - Esquema das Reuniões

O Plenário do GNDCE é constituído de dois representantes do Ministério da Educação, sendo um indicado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e outro pela Confederação Nacional da Indústria; dois do Ministério do Interior, sendo um apontado pelo Banco Nacional de Habitação; um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e um do Ministério da Fazenda.

O Coordenador do Grupo é o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Grande parte do Trabalho dos elementos do Grupo vem sendo realizado individualmente face a natureza dos mesmos.

Pesquisas bibliográficas, redação de correspondência a órgãos congêneres solicitando dados e informações, análise dos elementos recebidos, prepare de plantas e especificações de prédios escolares, relatórios e análises de observações colhidas nas viagens de inspeção e um grande número de outras tarefas já foram detalhadamente mostrados no Relatório de Atividades.

Esses trabalhos vem sendo distribuídos pelo Coordenador de acordo com as aptidões e conhecimentos específicos de cada membro do Grupo.

Esse procedimento aliado a um esquema de duas reuniões semanais, para intercâmbio de idéias, fixação de diretrizes e tomadas de resoluções, demonstrou ser o sistema mais eficiente de trabalho nas condições atuais.

A atuação do Secretário Executivo convocando as reuniões, organizando suas pautas, de acordo com as instruções do Coordenador, regendo as Atas, controlando o expediente, mantém o entrosamento do Grupo de maneira eficiente.

Para esse tópico do Programa de Trabalho, face ao número de membros do Plenário, inclusive o Secretário Executivo, e tendo em vista o número de reuniões programadas, estimamos as necessidades financeiras em NCr\$ 28.756,00 (vinte e oito cruzeiros novos setecentos e cinquenta e seis centavos), Acrescidos de uma dotação de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) para despesas com material de escritório, totalizando, portanto, NCr\$ 30.756,00 (trinta mil cruzeiros novos setecentos e cinquenta e seis centavos).

II - Plano de Viagens aos Estados

Para o perfeito desempenho de nossa função de presta-

ção de assistência técnica às diversas unidades da Federação, torna-se indispensável a visita a diversos Estados para que, estudando o problema de parte, tomando contato com as dificuldades locais e vendo o que se está fazendo, tenhamos uma visão em perspectiva da situação, possamos colher material para estudo e apresentar soluções, promover intercâmbio de informações e preparar o simpósio a ser realizado em novembro do corrente ano.

Para que o nosso plano de viagem fôsse o mais racional possível e o mais barato, procuramos dividir o país em regiões que seriam visitadas por apenas dois elementos do Grupo e dentro destas regiões obter as informações que precisamos, indo somente aos locais de maior interesse. Os Estados já visitados foram excluídos do nosso Plano de Viagens para 1968.

Nestas viagens somente as passagens interestaduais e as diárias correrão por conta de nosso orçamento. Para as visitas aos diversos pontos de cada Estado, procuraremos em contato com as autoridades locais para a obtenção de condução e guia. Como uma primeira aproximação, nenhuma outra deverá exceder o prazo de 15 dias, e permaneceremos em cada Estado cerca de três dias.

Seria de todo interessante, até mesmo indispensável, que fôssemos acompanhados nestas visitas por um elemento do CENPHA que está aparelhado para promover estudos sobre os materiais e processos construtivos que mais convierem a cada região. No entanto, as condições para a viagem deste elemento do CENPHA serão definidas no convênio a ser assinado entre este órgão e o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

Assim, o nosso Plano de Viagens para 1968, compreendia:

Região Amazônica - Avião comercial até Manaus. Visita à cidade e arredores em condução da Secretaria de Educação, navio e hidro-avião das Forças Armadas.

Visita às Guarnições Militares das povoações das fronteiras até Roraima, em avião da FAB. Volta em transporte do Estado por estrada de rodagem até Brasília, com visitas no percurso. Volta ao Rio em avião comercial. Duração prevista para esta viagem 20 dias.

Região Centro-Oeste - Viagem em avião comercial até São Luiz com escalas em Brasília e Terezinha. Visitas a estas cidades.

Contato com os Secretários de Educação e os técnicos em construções escolares. Viagem em avião comercial até Belém. Idem, viagem até Brasília por rodovia em transporte do Estado com visitas no percurso. Volta ao Rio de Janeiro em avião comercial. Duração prevista para esta viagem 15 dias.

Área da SUDENE - Viagem em avião comercial à Salva -

der, Recife, Natal e Fortaleza. Contato com os Secretários de Educação e os técnicos em construções escolares. Visitas em viaturas dos Estados. Duração prevista para esta viagem 15 dias.

TOTAL..... NCr\$ 14.000,00

III - Convênios

Nesse trabalho envolve experiências e estudos para que possamos formular sugestões.

Experiências e estudos demandam recursos humanos, técnicos e materiais de que não dispomos.

Por outro lado não seria lógico que existindo entidades que já se dedicam ao estudo de problemas que embora não dizendo respeito especificamente a construção escolar apresentam uma tal identidade que as soluções sem nos utilizarmos de uma estrutura que já está pronta, funcionando.

Assim é que sugerimos a assinatura de um convênio com o Centro de Pesquisas Habitacionais - CENPHA, que já vem há algum tempo operando no campo da pesquisa de projetos, materiais de construção e processos construtivos mais adequados às condições encontradas nas diversas regiões do Brasil:

Este convênio visaria basicamente:

a) Utilização do material já existente para a formulação de projetos (sugestões) aos Estados e Municípios.

b) Pesquisas em conjunto nos locais para a apresentação de sugestões aos Estados e Municípios.

c) Utilização da revista mensal do CENPHA para a publicação de matéria do Grupo.

Este convênio não envolverá nenhum gasto a não ser os já previstos para as viagens.

IV - Publicações

O problema das publicações de matérias do Grupo ficará resolvido satisfatoriamente com o convênio a ser assinado com o CENPHA.

Por este convênio apresentariamos, livre de quaisquer despesas, todo o mês ao CENPHA matéria que dissesse respeito a construção escolar e que seria publicada em sua revista mensal.

Desta forma ficaríamos livres das despesas com uma edição cara, e que, por menor que fosse, teria uma grande quantidade de números encalhados, forneceriamos matéria à revista do CENPHA, abriríamos para ela um novo mercado e ofereceríamos aos nossos leitores a-

lém de nossos artigos, outros ligados à construção civil também.

V - Estudos e Experiências

É difícil para um Grupo que começa, prever com antecedência quais os estudos e experiências que realizará em um ano de atividades.

Estes estudos e experiências serão executados na medida das necessidades e sempre que necessitarmos, com a colaboração de CENPHA, nos termos do convênio a ser assinado.

O custo destas experiências deverão correr por conta do interessado não acarretando nenhum ônus para o Grupo.

VI - Simpósios

É uma de nossas atribuições procurar despertar nas autoridades responsáveis a consciência para o problema da construção escolar.

O intercâmbio de informações, a normalização dos prédios escolares e a racionalização dos processos construtivos são também nossos objetivos.

É por este motivo que aventamos a hipótese de realizarmos no fim do ano, em novembro preferivelmente, um simpósio sobre construções escolares.

De acôrdo com nossa idéia este simpósio teria a duração de cinco dias, seria realizado nos auditórios da CNI e contaria com a presença de dois representantes de cada Estado que viajariam por conta própria. Neste simpósio convidaríamos a cada Estado que tivesse se destacado em uma atividade relacionada com a construção escolar que apresentasse um trabalho de forma a difundir pelos outros Estados os resultados das experiências bem sucedidas.

Um roteiro para os trabalhos poderia ser:

- 1) abertura dos trabalhos;
- 2) o problema da construção escolar no Brasil;
- 3) o levantamento de prédios escolares;
- 4) o Censo Escolar;
- 5) processos de promoção;
- 6) normas para projetos de escolas;
- 7) processos construtivos;
- 8) as construções moduladas;
- 9) a conservação dos prédios escolares;
- 10) encerramento solene com a presença do Ministro da Educação;

11) jantar de encerramento.

O simpósio seria organizado ou por empresa especializada ou pelo pessoal do INEP que se encarregaria de:

- a) reservar lugar nos hotéis para os visitantes;
- b) providenciar local para a assembléia;
- c) gravar as conferências e os debates;
- d) bater, mimeografar e distribuir as conferências e os debates;
- e) fazer no local uma exposição de fotografias, plantas e material escolar.

Este simpósio além de tudo o quanto foi dito, fornecerá material para estudo e publicações, permitirá que se discuta em uma mesa redonda os problemas de construções escolares como se apresentam em todo o país e preparará o caminho para uma reunião de Secretários de Educação a ser realizada no ano que vem.

O orçamento do GNDCE para 1968, segundo o exposto, atingirá portanto a soma de NCr\$ 44.756,00 (quarenta e quatro cruzeiros novos e setecentos e cinquenta e seis centavos).
